

Carla Luciana Silva
Gilberto Grassi Calil
Paulo José Koling
(Organizadores.)

**ESTADO E PODER:
QUESTÕES TEÓRICAS E ESTUDOS
HISTÓRICOS**

Coleção Tempos Históricos, 11

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

REITOR

Alcibiades Luiz Orlando

VICE-REITOR

Benedito Martins Gomes

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Sonia Regina Sari ferreira

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Eurides Kuster Macedo Júnior

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson João Zonin

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Cárliton Vieira dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Adilson Francelino Alves

Antonio de Pádua Bosi

Beatriz Helena Dal Molin

Cárliton Vieira dos Santos

Clodis Boscarioli

Eurides Kuster Macedo Júnior

Gláucia Maria Figueiredo Silva

Gustavo Biasoli Alves

Jefferson Andronio R. Staduto

José Ricardo Souza

Lavinia Raquel Martins de Martins

Loreni Teresinha Brandalise

Lúcia Helena Pereira Nóbrega

Luis Francisco Angeli Alves

Marina Kimiko Kadowaki

Mário Luiz Soares

Samuel Klauck

Soraya Moreno Palácio

Wilson João Zonin

Yolanda Lopes da Silva

**Carla Luciana Silva
Gilberto Ggrassi Calil
Paulo José Kolling
(Organizadores)**

**ESTADO E PODER:
QUESTÕES TEÓRICAS E ESTUDOS
HISTÓRICOS**

Coleção Tempos Históricos,11

**EDUNIOESTE
CASCAVEL
2011**

© 2011, dos autores

Capa:
André Crepaldi

Diagramação:
André Crepaldi

Ficha Catalográfica:
Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,
Brasil)

Estado e poder: questões teóricas e estudos históricos / organizado
por Carla Luciana Silva; Gilberto Grassi Calil; Paulo José Koling -
E79e Cascavel: Edunioeste, 2011.
190 p. (Coleção Tempos Históricos, 11)

ISBN 978-85-7644-235-6

1. Historiografia. 2. História – Estudo e ensino. 3. Rio Grande do Sul
- História. 4. Cáceres, MT – Desigualdade social. 5. Argentina - História. 6.
Integralismo. I. Silva, Carla Luciana, org. II. Calil, Gilberto Grassi, org. III.
Koling, Paulo José, org. IV. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. V. Título

CDD 21.ed. 907.2
981
CIP-NBR 12899

Impressão e Acabamento
Gráfica Universitária
Rua Universitária, 1619
Fone (45) 3220-3085
Fax (45) 3324-4590
Cep. 85819-110 - Cascavel PR
Caixa Postal 701

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| <i>Apresentação</i> | 07 |
| <i>A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico</i> | 13 |
| Sonia Regina de Medonça | |
| <i>Para além de Foucault: Estado, Classes e o Sistema Prisional</i> | 35 |
| Gelson Rozentino de Almeida | |
| <i>A problemática da História nos Grundrisse de Marx</i> | 59 |
| Pedro Leão da Costa Neto | |
| <i>La extraviada senda. El liberalismo ante el nacimiento de la Republica Populista (Argentina y Brasil, 1943-1946)</i> | 81 |
| Ernesto Bohosla VS by | |
| <i>O integralismo no pós-guerra: do nacionalismo à defesa do liberalismo econômico</i> | 101 |
| Gilberto Calil | |
| <i>Aqui o que governa é este facção. Crime e controle social no Rio Grande do Sul (1850-1889)</i> | 123 |
| Marcio Antonio Both da Silva | |
| <i>Processo de organização da seção regional do PRP gaúcho: um estudo do funcionamento institucional</i> | 147 |
| Claudira Cardoso | |
| <i>O Acesso à Cidade: uma abordagem sobre desigualdade</i> | 169 |
| Vivian Lara Cáceres Dan | |

Morada e Pertencimento:

Apontamentos sobre a problemática das cidades191

Paulo José Koling

APRESENTAÇÃO

A atualidade das questões da história política está na realidade, nas lutas, nos embates da história recente. As lutas não permitem a separação estanque entre o Estado e a sociedade. Também não podemos seguir separando os lugares das lutas e embates, as relações sociais permeiam a totalidade. Ao dizer isso assumimos que a luta de classes permeia essas relações sociais. Portanto, falar de relações de classes implica em assumir o embate e abandonar os reducionismos.

A política não é o lugar do embate superestrutural, que paira acima das relações sociais. Assim como a economia não é a base da sociedade, que determina de forma acabada o que vai ocorrer e como os indivíduos vão agir e pensar. A partir dessas percepções iniciais, impõe-se a releitura de alguns textos que haviam sido abandonados por parte dos historiadores, reler inclusive textos que foram por alguns jogados ao “lixo da história” por supostamente não servirem mais aos historiadores. Dizer que não, não queremos Marx apenas do *18 Brumário*, nem apenas sua veia divertida, irônica e descontraída, que sim, nos agrada. Mas recuperar nessa leitura os efetivos embates de classe, o papel da sociedade e seus conflitos com o estado, o papel da política e dos políticos na relação de classes. Dizer que Poulantzas segue atual quando vemos a relação promíscua entre estado, governos e conglomerados seja na construção do neoliberalismo, seja no gerenciamento de sua crise. E além disso, nos permite refletir sobre, mais uma vez, a totalidade, a produção, a circulação, o consumo. Entender como esses elementos se complexificaram nesse início de milênio. Mas claro que para isso, teremos que atualizar essas leituras, ler muitos outros autores. Mas da reflexão teórica, do concreto pensado, vamos pra teoria, mas esse espiral passa pelas relações sociais concretas. É o exercício cotidiano da leitura e da interpretação da realidade que vivemos.

Ademais, temos, no Brasil, muito a comemorar com a possibilidade concreta que temos tido de efetivamente estar

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

lendo os *Cadernos do Cárcere*, os *Escritos Políticos* e as *Cartas do Cárcere* em formatos que até então poucos tinham tido acesso no Brasil. Aprofundar nossas leituras de Gramsci, a complexidade do seu pensamento “em espiral” como diz Sonia Mendonça, que muito nos honra com um texto neste livro. Da perspectiva de totalidade partimos, por ela nos guiamos e a ela queremos retornar. Planos de estudos, planos de trabalho, pesquisas exaustivas buscando agregar a pesquisa, a reflexão teórica profunda, a retomada de clássicos, não porque tenham um estatuto cristalizado no passado, mas porque o que disseram ainda se mantém e se aprofunda. Se tudo o que Marx escreveu não tivesse mais lugar no mundo, não servisse mais para entender a nossa realidade concreta, talvez ele pudesse ser cristalizado. Mas aí, o que teríamos? Um novo mundo, novas bases sociais? Bom, parece que algo sobre isso ele também teria a dizer.

Não queremos, e aqui falando no âmbito de Estado e Poder, simplesmente ser reconhecidos como “gramscianos”. Queremos, isso sim, seguir abraçando a possibilidade de estudar esse grande teórico revolucionário, que ao mesmo tempo mostrou como se formava a moral-intelectual capitalista recolocada pelo “americanismo” nos anos 1930, paripassu com a saída fascista. Como a moral de uma época é refeita, cria os caminhos do consenso para com isso poder efetivamente convencer as pessoas, criar nelas necessidades. Convencer, coagir, reprimir, convencer de novo. Assim vamos lendo nossa história, até chegarmos na realidade recente em que essas teses continuam sendo colocadas à prova: o consenso, a coação, a repressão, a hegemonia.

Temos plena consciência de que algumas idéias que estão muito claras para nós, que trazemos da leitura possibilitada a partir de Gramsci, não são consensuais e são, inclusive, usadas para desqualificar nossos trabalhos. Se estamos dizendo que existe uma ampliação do estado, se estamos desmistificando uma sociedade civil “boazinha”, se estamos em busca dos aparelhos privados de hegemonia, temos que buscar onde estão e como se estruturam essas

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

trincheiras. Assim, um jornal, uma revista, uma editora, são aparelhos de hegemonia, são privados, têm relações com o estado. Podem ser um partido mais eficiente que os formais. A imprensa não pode ser entendida apenas como tema de pesquisa, ela pode ser também objeto. Objeto porque vivo, portador de sujeitos reais, portador de projetos sociais, partícipes da construção de uma nova moral-intelectual. E não estamos falando aqui de manipulação. Não estamos falando de aparelhos ideológicos do estado. Estamos falando de construção de hegemonia, de consensos, de sentidos atribuídos à existência humana. Ou não será isso que os teóricos liberais passaram anos escrevendo e seguem lendo e reproduzindo nos seus diversos e parecem infinitos aparatos de hegemonia: o indivíduo como centro do universo, o sucesso como objetivo humano e transcendental?

Com isso pretendo apenas dar uma ampla visão do que vem sendo lido e discutido em Estado e Poder, e que justifica a reunião dos textos deste livro. Os autores não são responsáveis por estas idéias, nem todos eles estão vinculados a este grupo, temos a honra de ter muitos convidados e interlocutores. Queremos ressaltar, isso sim, o diálogo e a possibilidade de aprendermos com suas leituras teóricas e práticas de realidades específicas.

Este é o segundo livro organizado pela Linha de Pesquisa Estado e Poder em conjunto com o Grupo de Pesquisa História e Poder da UNIOESTE. É o resultado de atividades de pesquisa, ensino e extensão que vêm sendo realizadas pelo Grupo, em interação com outros grupos, e que busca tornar público o resultado de parte das investigações que vem sendo realizadas.

Buscamos com a produção dos livros da Linha de Pesquisa propiciar um instrumento de amadurecimento da reflexão histórica e historiográfica. Nesse sentido, boa parte do material aqui apresentado se origina de participações dos autores em atividades de divulgação, seminários, bancas, realizadas no âmbito do Grupo. No entanto, os textos não são frutos da fala, e sim do posterior amadurecimento dessas

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

falas, do retorno à discussão teórica, metodológica e historiográfica realizada pelos seus autores.

O primeiro texto, de Sonia Mendonça, dimensiona questões teóricas que vem sendo estudadas pelo Grupo. A professora participou no ano de 2008-09 como Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Seu rigor teórico e metodológico em grande medida segue contribuindo para aprofundarmos as questões de pesquisa sobre as formas da hegemonia na contemporaneidade. Sonia toca aqui diretamente na questão da historiografia acerca do Estado, especialmente o estado brasileiro, e distinguindo as leituras liberal e marxiana sobre o Estado. Aprofunda a crítica às visões do Estado como sujeito central da história brasileira, propondo sua leitura a partir das relações sociais das quais ele faz parte.

O texto de Pedro Leão da Costa Neto aprofunda a discussão sobre os referenciais marxistas. Um marxismo vivo, em estudo e reflexão, que permite uma análise dialética com a realidade. Por isso o retorno à obra clássica de Marx não é feita para reafirmar dogmas, mas para aprofundar a compreensão e transformação da realidade concreta. O texto de Pedro discute a concepção histórica de Marx nos Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. Aponta para as condições históricas e teóricas vividas por Marx que o levaram deixar de lado uma visão teleológica de uma revolução premente para problematizar novas possibilidades revolucionárias.

O texto de Gelsom Rozentino de Almeida traz uma reflexão sobre temática fundamental no mundo atual, mas ainda pouco estudada na perspectiva que o autor propõe. O título já enuncia a questão: Para além de Foucault: Estado, Classes e o Sistema Prisional. Indica que para além da questão do controle é necessário buscar as relações sociais presentes no sistema prisional, seu papel e lugar social.

O quarto texto apresentado do professor Ernesto Bohoslavsky traz um estudo comparativo entre Argentina e Brasil. Mostra a emergência das idéias e práticas liberais no pós II Guerra Mundial. Problematiza o caráter das

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

democracias daqueles que supostamente combateram do fascismo. No caso brasileiro excluía-se o Partido Comunista do processo, enquanto que na Argentina participavam da aliança anti-populista. O artigo busca compreender e explicar essa situação.

Em sintonia com essa discussão, temos o texto de Gilberto Calil, que mostra como os integralistas - que antes de seu estudo eram conhecidos apenas pelos seus movimentos anteriores ao Estado Novo - se rearticularam no pós-Guerra e qual seu papel no sentido de produção e ação ideológica do integralismo, a defesa do liberalismo econômico, inclusive sendo um dos introdutores do pensamento de Hayek no Brasil.

Na seqüência temos dois textos que podem ser pensados como história regional, e que abrangem o estado do Rio Grande do Sul. Marcio Both da Silva retoma a temática da violência e das relações sociais que a mesma ajuda a instituir em dada região gaúcha no século XIX. Claudira Cardoso mostra como o Partido de Representação Popular, ou seja, os integralistas do pós-guerra, se articularam. Seu estudo concreto trata do Rio Grande do Sul, onde o partido teve uma de suas maiores bases eleitorais e grande organização política e ideológica.

Por fim, apresentamos dois capítulos que se inserem na história regional estudando questões das cidades, as formas de organização e apropriação do solo urbano. O primeiro deles, de Vivian Lara, trabalho fruto do Mestrado realizado no âmbito da linha de Pesquisa Estado e Poder, que aponta para uma realidade que se reproduz em diferentes pontos do território nacional. Seu estudo abrange uma cidade secular, Cáceres, que passou por um processo de reconfiguração no final do século XX. Ao mesmo tempo em que rearticulou e acelerou a acumulação do capital, manteve a cidade com bolsões de pobreza e violência intensos. O último capítulo, de Paulo Koling, é parte do resultado de um projeto de extensão universitária, ou seja, de intervenção concreta na realidade, mostra como o crescimento de Marechal Cândido Rondon

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

trouxe consigo zonas de total abandono por parte do Estado, gerando uma situação de miséria extrema, mas que também foi espaço de organização e reivindicação dos moradores.

Um terceiro livro está sendo organizado, enfatizando os estudos relacionados à Ditadura e Redemocratização brasileiros, com ênfase no papel da grande imprensa. Com isso se delineiam as possibilidades amplas de estudo no campo de Estado e Poder: as reflexões teóricas, as formas concretas da hegemonia burguesa, os estudos situados na história local, articulados com o desenvolvimento do capitalismo atual, e os diferentes instrumentos de construção de hegemonia.

CARLA LUCIANA SILVA
Fevereiro de 2011

A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico

Sonia Regina de Mendonça *

Fazer um balanço historiográfico do estado atual das pesquisas sobre a temática das relações entre Estado e Poder é tarefa hercúlea e bem pouco simples, haja vista a pluralidade de autores e instituições que a elas se dedicam. Portanto, não será exatamente isto que farei aqui. A principal raiz desta dificuldade repousa, antes de mais nada, nas concepções de Estado que norteiam as investigações neste âmbito. Me parece que é a discussão dessa problemática o ponto crucial para entendermos as tendências vigentes no bojo das pesquisas sobre Estado e Poder, das quais decorrem experiências concretas de investigação bastante diferenciadas.

Por tais razões, optei por discutir, ainda que brevemente, algumas visões de Estado presentes na historiografia brasileira, de modo a tentar dar conta das “linhagens” de pesquisa delas derivadas.

Começo por ressaltar que a questão do Estado, na produção historiográfica brasileira, é usualmente tida como “árida” ou “*demodée*”, sendo as reflexões a seu respeito – com flagrantes desdobramentos sobre a pesquisa – relegadas pelos mais incautos (ou mais argutos) à esfera de uma “questão institucional”, o que pouco contribui para conferir à temática a importância e destaque que ela merece, mormente nos dias de hoje e na sociedade em que vivemos.

De uma maneira geral, a premissa condutora das pesquisas sobre Estado e Poder refere-se a uma visão do Estado como “engrenagem institucional” que “paira acima da Sociedade”, chegando-se a extremos de atribuir-se ao Estado

* Doutora em História pela USP, docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Pesquisador I do CNPq, Professora Visitante junto ao Mestrado em História da Unioeste (2008-2009).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

brasileiro papel axial na formação histórica do país, responsável pela moldagem ou pela própria produção de nossa sociedade, haja vista a forte carga genética ibérica por ele herdada. O que boa parte dos autores desconhece é a procedência de tal visão, fazendo com que tomem a “entidade” Estado como algo aprioristicamente dado, de forma pouco refletida e mesmo desavisada.

Poucos se dão ao trabalho de questionar a qual matriz de pensamento filia-se o conceito de Estado de que se utilizam, fazendo com que, desta forma, sequer tenham conhecimento claro sobre suas origens históricas e teóricas. Justamente por isso, inicio tecendo brevíssimas considerações acerca das duas principais matrizes de pensamento sobre o Estado, a Liberal e a Marxista para, adiante, verificar como a questão se desdobra no âmbito das pesquisas sobre o tema.

O Estado nas Matrizes Liberal e Marxiana

Em seu registro do senso comum – ou mesmo acadêmico – o Estado é identificado a uma determinada agência burocrática ou a figuras de proa da administração pública, decorrendo e ratificando uma coisificação do conceito, caudatária da mais tradicional matriz conceitual a seu respeito: a matriz liberal. Nesse registro, o Estado é concebido a partir de dois princípios-chave: a) sua derivação do Direito, especialmente do Direito Público e b) sua pertinência ao domínio da Natureza. Semelhante matriz teve sua historicidade própria, via de regra apagada pelos pesquisadores mais notórios que trabalham com a problemática. Isso significa assumir que, desde o século XVII, importantes pensadores elaboraram suas teorias acerca do Estado visando combater a grande potencia intelectual do período: a Igreja Católica e sua idéia de direito divino, cuja origem e fim repousavam num plano teocrático e transcendente. Neste sentido, os primeiros teóricos da matriz liberal sobre o Estado representaram um avanço considerável no pensamento político ocidental, perdendo o homem seu papel diminuto e assumindo a

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

centralidade do universo, tornado responsável por suas ações e modos de viver.

Uma das ambições desses primeiros teóricos consistiu em transformar as Ciências do Homem em algo tão rigoroso e passível de comprovação quanto as Ciências Exatas, elegendo a Matemática como seu paradigma. Por isso mesmo fazia-se imperioso estabelecer leis universais asseguradoras da comprovação das condutas humanas em todo e qualquer contexto histórico. Com isso, o principal problema da concepção liberal de Estado residiu em sua própria naturalização, posto ser sua premissa a-histórica.

No âmbito específico da concepção de Estado, a matriz liberal partia da noção de contrato social, seu fundamento necessário e inquestionável. A condição para que ele ocorresse derivava, por sua vez, de um viver em “estado – ou sociedade - de natureza”, a ser superado por forma mais civilizada: “o estado – ou sociedade civil”.

E por “estado de natureza”, ainda que com variações significativas entre eles, os teóricos liberais entendiam um modo de vida a - social, onde os homens viviam em permanente barbárie e guerra, regrados por interesses, desejos, instintos e apetites profundamente individuais, logo, potencialmente fadados ao extermínio. Tratava-se, pois, de um estado (modo de estar) apolítico e nocivo, inviabilizador da sociabilidade humana e necessariamente “superável”. E a superação desse “estado de coisas”, descartada a intervenção divina, se fazia mediante a Razão, consubstanciada na Lei, por sua vez decorrente do Contrato Social. Assim, na origem do Estado esteve um ato de vontade racional humana, derivada da necessidade da própria manutenção do grupo e que, para tornar-se viável, implicaria em claras limitações das prerrogativas e direitos individuais em nome de uma outra figura capaz de conter as conseqüências funestas do “estado de natureza”. Aí residiu a origem do chamado “estado ou sociedade civil”, entendido como *civilitas* (civilização) ou *civitas* (cidadão), segundo Norberto Bobbio & Michelangelo Bovero (1987).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Nessa matriz teórica, o verdadeiro estado político – onde os homens pudessem realizar suas potencialidades enquanto civilizados e cidadãos – seria o “estado civil” ou Estado, pura e simplesmente. A partir daí a lei, oriunda do governante, regularia a todos do mesmo modo, situando-se de modo imparcial acima dos interesses individualistas que haviam florescido até a emergência do Contrato. Da mesma forma explicita-se a origem da identificação entre Governante e Estado, assumindo o primeiro a encarnação do segundo.

Em conclusão, é necessário reter três aspectos concernentes a essa matriz de conceber o Estado. O primeiro prende-se ao fato de que a “sociedade – ou estado – civil” gerava uma sociabilidade concebida nos estritos limites da política, ou seja, da existência de um soberano e de um *pactum societatis* que gerassem as condições para que a proteção da Lei e do Governante beneficiasse aos Homens - súditos. Com base nessa premissa, Estado e Governo tornaram-se sinônimos, tal como ainda perpetuado por inúmeras pesquisas e reflexões contemporâneas acerca do Estado. O segundo aspecto refere-se à consolidação de uma visão de Estado como somatório de direitos individuais – “naturais” – dos quais se abriu mão em nome da superação do “estado de natureza”, o que redundou numa visão de Estado como entidade diversa e distinta do conjunto dos indivíduos que o originou. Já o terceiro, relaciona-se à herança que ratifica o Estado como Sujeito, entidade ativa que “paira” acima da sociedade, dotada de vontade e iniciativas próprias, como se não correspondesse aos agentes sociais sobre os quais passa a comandar.

Passando à segunda matriz a que aludi no início, temos que a concepção liberal de Estado sofreria rigorosa crítica desde inícios do século XIX. Partindo de Hegel, se questionaria o caráter a-histórico e universal do Estado, bem como a idéia de um “contrato” que transferisse ao Governante todos os poderes sobre a sociedade. Seria com a matriz marxiana que a ruptura com tal paradigma se completaria.

Antes de prosseguirmos, vale esclarecer que a nova matriz igualmente operaria com uma dualidade conceitual:

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

não mais a sociedade de natureza *versus* a sociedade civil, mas sim sociedade civil e sociedade política, ficando claro que se introduziu um outro termo no binômio: a sociedade política, em lugar do Estado enquanto sociedade civil, como bem o aponta Michelangelo Bovero (op. cit., p. 136). Longe de mero formalismo, a alteração atinge o cerne do paradigma liberal, posto separar, claramente, uma esfera propriamente política do âmbito propriamente civil, demonstrando algo peculiar: que o Homem, na matriz marxiana, jamais teria vivido historicamente em Estado de Natureza e, por conseqüência, que sua sociabilidade não poderia esgotar-se na esfera restrita da política.

As premissas da matriz marxiana são bem conhecidas por todos, importando reter, para efeitos didáticos, algumas delas: 1) seu ponto de partida não é o indivíduo enquanto tal, nem tampouco a sociedade como somatório de individualidades, sendo a própria natureza inerente ao Homem Social, portanto passível de transformação; 2) que os homens contam com uma sociabilidade própria que lhes é conferida, em cada contexto histórico, pelo lugar por eles ocupado no processo de produção, diferenciando-se proprietários e não proprietários dos meios de produzir; 3) que a matriz marxiana constrói uma visão antes de mais nada histórica e classista da sociedade e dos homens os quais, por sua vez, pertencem sempre a uma classe social, tendo inexistido, em qualquer tempo, individualidades soberanas em puro "estado de natureza".

Partindo dessas premissas, a nova matriz alocaria a origem do Estado na emergência da propriedade privada, no contexto histórico em que um dado grupo social se apropriasse, privadamente, dos meios de produzir, subordinando a todos os demais, transformados em força de trabalho. Nessa perspectiva o Estado emergiria para assegurar os interesses e a própria reprodução dos proprietários através da Lei e demais instrumentos coercitivos que garantissem, ao mesmo tempo, a subordinação e não-contestação dos despossuídos. Logo, o Estado nada teria de "natural", sendo socialmente explicável

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

dentro de uma perspectiva estrita e profundamente histórica. A ruptura promovida pela nova matriz leva a uma radicalização oposta aos resultados do paradigma liberal, resultando não na justificação do Estado, mas em sua desmistificação racional. Na verdade, a transformação promovida pela matriz marxiana resultaria de duas modificações: a remoção do Estado de Natureza enquanto instrumento conceitual que representava o lugar “aquém do político” e a degradação da Sociedade Civil de um momento político e superior a outro, não político ou inferior.

Em suma, a matriz liberal de Estado coloca como relação fundamental aquela que se verifica entre Indivíduo e Coletivo, fazendo com que a sociedade não tenha outra figura real além da política e que a sociedade civil seja, ao mesmo tempo, Estado, já que, segundo ela, fora da Sociedade Civil ou Estado não existiria propriamente Sociedade. Já a matriz Marxiana coloca como fundamental a relação entre duas figuras coletivas: sociedade civil e sociedade política. No entanto, neste registro, embora o primeiro termo se refira a uma forma primeira de coletividade, não significa que tenha sido instituída por um deliberado ato associativo, do mesmo modo que a sociabilidade deixa de reduzir-se, de modo unívoco, à figura da politicidade. Sintetizando: temos, de um lado, o Estado como a face do aparelho burocrático superposto à sociedade e o poder emergindo como algo que desce do vértice para a base, resistindo-lhe os sujeitos a partir de direitos civis; de outro, temos o Estado como um organismo no qual a pluralidade dos sujeitos privados se agrupa numa unidade superior, de modo que o poder emerge como algo que ascende da base ao vértice, em virtude do exercício de direitos políticos.

Dentre os pensadores que, em pleno século XX, beberiam de ambas as matrizes teóricas, ratificando-as e lhes emprestando colorações próprias, destacaria Max Weber (1992) – e seus tipos-ideais de dominação – e Antonio Gramsci (2000, v. 3) – com sua peculiar ampliação do Estado.

Por certo dentro do campo do próprio marxismo, a

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

premissa do Estado como representante das classes dominantes gerou inúmeras correntes interpretativas, muitas das quais o consideraram de forma mecânica, configurando o que se chama de determinismo econômico. Gestou-se, assim, como variante do paradigma marxiano, uma visão do Estado como Objeto, responsável por um conjunto de linhagens que, de uma forma ou de outra, minimizaram a dimensão de complexidade inerente à problemática do Estado, reduzido a “braço armado” da burguesia. E seriam as transformações sócio-políticas ocorridas em pleno século XX que permitiram que, no domínio do marxismo, surgissem outras conceituações do Estado para além da vulgata estalinista. Dentre elas, a do pensador italiano Antonio Gramsci. Para ele a grande questão norteadora de suas reflexões residiu, justamente, na redefinição do caráter do Estado capitalista ocidental contemporâneo e na complexidade de suas determinações, criticando sobrejamente aquilo que chamava de visão “economicista” ou “mecanicista”.

O Estado, em Gramsci, não é Sujeito nem Objeto, podendo ser percebido como uma Relação Social, nas palavras de Nicos Poulantzas (1985). Como condensação das relações sociais presentes numa dada formação histórica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais nela existentes, incorporando em si mesmo, em sua própria materialidade, os conflitos vigentes na sociedade.

Gramsci recupera os conceitos de Sociedade Civil e Sociedade Política e, ao redefini-los no contexto histórico de seu tempo, recria o Estado como Estado Ampliado. A compreensão do Estado como relação parte, por sua vez, de um registro triádico, existindo, em Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a infra-estrutura – espaço das relações sociais de produção; b) a sociedade civil – espaço dos indivíduos organizados junto aos chamados Aparelhos Privados de Hegemonia e cerne da ação política transformadora organizada em torno a projetos hegemônicos e contra-hegemônicos; c) a sociedade política – ou Estado restrito, identificado ao que mais comumente se designa como

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Estado, i.e., o conjunto de aparelhos e agências do poder estatal propriamente ditas. O peculiar da visão de Estado ampliado do pensador sardo é que este, enquanto relação social engloba tanto a Sociedade Civil, quanto a Sociedade Política, em permanente interação.

Seu ponto de partida foi a reflexão sobre a conjuntura sócio-política italiana diante da ascensão do fascismo, suscitando no filósofo e militante a necessidade de explicar a adesão do superexplorado campesinato meridional ao “culto” a Mussolini. Para responder a essa inquietação, Gramsci dedicou-se a refletir sobre as peculiaridades do Estado capitalista, verificando a impossibilidade de resumi-lo à simples dimensão da coerção ou violência desvendando, assim, a cultura como elemento amalgamador do Estado Ampliado. E cultura para Gramsci não remete à erudição dos sábios, mas ao conjunto das visões de mundo – valores, crenças e percepções – desenvolvidas por cada classe e suas frações. E na medida em que, sob o capitalismo, nem todos os grupos puderam desenvolver sua própria visão de mundo, por dificuldades na organização de aparelhos privados de hegemonia próprios, adotaram, como sua, a visão de mundo de outros grupos, via de regra, dominantes. Seria esse o princípio do funcionamento da hegemonia, quando o projeto de um dado grupo se impõe ao conjunto dos demais, sendo por eles compartilhado.

A peculiaridade do Estado contemporâneo, segundo Gramsci, é que ele igualmente guarda um espaço de consenso e não puramente de violência “legítima”, sendo este consentimento/convencimento obtido a partir da organicidade dos aparelhos privados de hegemonia e também de determinadas ações do Estado restrito que igualmente promove e generaliza os projetos das frações de classe hegemônicas. Nesse registro, Estado e Política são inseparáveis da Cultura e mesmo instituições da sociedade política tipicamente relacionadas com a coerção – como o Exército – são responsáveis pela difusão de projetos culturais.

A transformação social e do Estado só pode ser obtida,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

segundo Gramsci, a partir da multiplicação de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, responsáveis pela superação do “homem-massa” e pela organização das vontades coletivas em torno a projetos que disputam entre si a imposição de um projeto contra-hegemonico com vistas a tornar-se hegemônico. Para tanto, faz-se imprescindível a ação dos intelectuais, organizadores da hegemonia/cultura. Indo mais além, é imperioso que, para impor-se como hegemônico, o projeto organizado junto a este ou aquele sujeito coletivo organizado, conte com porta-vozes inscritos na Sociedade Política ou Estado restrito, de modo a assegurar sua própria hegemonia enquanto prática. Percebe-se, pois, que o conceito de Estado Ampliado, além de altamente dinâmico, é coerente às lutas de classe que, ininterruptamente, atravessam tanto a Sociedade Civil, quanto a Sociedade Política.

Pensar o Estado gramsciniano – assim como pesquisar a seu respeito - é pensá-lo/investiga-lo sob uma dupla perspectiva: 1) a das formas mediante as quais as frações de classe se consolidam e organizam para além da produção, no seio da Sociedade Civil e 2) a das formas através das quais agências ou órgãos públicos contemplam projetos e/ou atores sociais emanados dos aparelhos privados de hegemonia dos quais a Sociedade Civil é portadora. Uma delas, certamente, possuirá papel hegemônico junto a uma dada agência do estado, porém, ainda assim, outras também lá se farão presentes, em constante conflitividade.

O Estado na Historiografia Brasileira

Creio que, a partir dessas considerações, já é possível vislumbrar os contornos da visão de Estado que prepondera junto às pesquisas sobre o tema no Brasil.

Estas, de modo geral, ainda comungam – consciente ou inconscientemente – da matriz liberal de Estado mencionada na primeira parte. Seu signo mais flagrante é o próprio protagonismo do Estado em nossa formação social, muitas vezes atrelado ao legado colonial português. Dentro

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

dessa linha interpretativa o Estado é visto como resultado de um amálgama entre poder público e privado, capaz de impor, de cima para baixo e coercitivamente, normas e diretrizes, distribuindo, em contrapartida, prebendas e benefícios, donde um de seus mais renitentes corolários historiográficos: o Estado patrimonialista, que tem em Raymundo Faoro (1977) seu mais notório representante.

Mesmo em plena década de 1980, na esteira do processo de “abertura” política então em curso, inúmeros autores consagraram suas pesquisas sobre a história política do Brasil aferrando-se a igual perspectiva, que ratifica e naturaliza não apenas a “alteridade” do Estado, como seu inquestionável predomínio sobre a Sociedade, frágil e submissa. Dentre esses estudiosos, um dos mais renomados é José Murilo de Carvalho (1985) que, igualmente, valoriza o peso da herança lusitana na construção estatista da sociedade brasileira. Para além de uma homogeneidade “coimbrã” a pasteurizar as “elites d’aquém mar”, o autor elabora a noção de estatania, segundo ele mais adequada para o caso brasileiro do que a de cidadania.

Semelhantes constatações não são pobres em desdobramentos, merecendo destaque a forte carga de negatividade associada ao Estado e que transparece através das adjetivações usualmente a ele atribuídas, tais como “centralizador”, “cooptador” e “coercitivo” o que pressupõe, como seu reverso necessário, a fragilidade ou impotência da Sociedade, incapaz de promover formas próprias de organização e representação políticas.

Outros trabalhos consagrados sobre o Brasil Republicano também compartilham dessa mesma perspectiva nas pesquisas realizadas por seus autores. Um desses exemplos é o de Ângela de Castro Gomes, em seu livro *A Invenção do Trabalhismo*, publicado em 1988 e defendido originalmente em 1987 como tese de Doutorado em Ciência Política – e não em História - junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), instituição que se afirmou como núcleo de referência nas pesquisas sobre o Estado brasileiro,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

responsável pela publicação da revista *Dados*.

A pesquisa da autora não visa, diretamente, ao estudo do Estado brasileiro e sim às relações entre ele e a classe operária no Brasil o que não o exime, todavia, de figurar na historiografia sobre a temática específica, uma vez que a autora, já no terceiro parágrafo da Apresentação da obra afirma que

A questão da cidadania passa no Brasil pela questão dos direitos sociais (...). e o ponto comum do debate é o fato de ela envolver de alguma forma a classe trabalhadora e unir participação política aos direitos desta classe trabalhadora (...). Para tanto privilegiei **dois atores** (...): a classe trabalhadora e o Estado seriam os atores principais. (GOMES, 1988, pp. 9-10, grifos meus)

Como se vê, além de ser tomado como um agente social, um Sujeito, o Estado é desde o início percebido em situação de alteridade com relação à sociedade, já que o segundo “ator” mencionado pela pesquisadora é um coletivo, uma classe, muito embora Gomes destaque estar enfatizando, de fato, “a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente” (GOMES, op. cit., p.46). Se essa é a intenção, podemos até levar em conta, muito embora, insisto, se trate do ponto de partida para a visão de Estado tradicional e acrítica, conquanto se admita a existência de classes.

Propondo-se a investigar as origens e práticas do chamado populismo no Brasil a autora efetua uma crítica às chamadas “abordagens tradicionais” para a elas contrapor um novo conceito: o de “pacto trabalhista”. Baseando-se em intensa pesquisa junto à documentação produzida e veiculada pelo Ministério do Trabalho, um dos alvos prioritários do estudo, Gomes afirma estar buscando produzir - e de fato está, até certo ponto - uma “interpretação histórica alternativa, fundada em pesquisa empírica mais demorada e iluminada pelas novas contribuições da produção internacional sobre a formação da classe trabalhadora” (GOMES, op. cit., p.47)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Esta referência tem como alvo os trabalhos de Francisco Weffort (1978), supostamente responsável por uma explicação do populismo enquanto simples manipulação de massas e troca de ganhos materiais por obediência política. Ora, sabidamente, o autor, de fato um pioneiro nas discussões sobre o tema, produziu reflexões sob a forma de ensaio, não se propondo a realizar vasta pesquisa documental, muito embora tenha sido também um dos primeiros a buscar desvincular o populismo da “mera manipulação das massas”, fato que Gomes e inúmeros outros autores, insistem em imputar a ele. Por certo não estamos aqui defendendo ou criticando abordagens do populismo no Brasil, mas apenas procurando aferir o conceito de Estado utilizado.

Neste sentido cumpre ultrapassar os capítulos iniciais da obra, detendo-nos nos finais, particularmente os de número VI e VII, o primeiro deles denominado, justamente, “A Invenção do Trabalhismo”, onde a concepção de Estado adotada pela autora se faz menos invisível. O objetivo dessas partes consiste em ressaltar a dimensão simbólica desse “novo pacto” estabelecido, sobretudo entre 1937 a 1945, entre Estado e classes trabalhadoras no Brasil, a qual, para Gomes, seria responsável por um dos traços mais marcantes da história política nacional: a consolidação da “ideologia da outorga”, que pautaria as relações entre Estado e trabalhadores daí por diante. Segundo suas próprias palavras, “a invenção do trabalhismo permite justamente refletir sobre a dimensão simbólica que alimentava e dava feição específica a estas relações políticas, a este pacto social” (GOMES, op. cit., p. 253). Revelador apelo à noção de “pacto”, em se tratando da análise de relações tão assimétricas quanto aquelas entre a “entidade” Estado e a “classe trabalhadora”, que fica sobremaneira reforçada em passagens como essa:

O contrato que presidia a instituição da obrigação política no Brasil ultrapassava a lógica dos interesses pela qual se troca obediência por segurança. Nessa perspectiva o contrato é um “negocio”. (...) e já no caso do contrato como troca de presentes, a noção de interesse individual

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

é fortemente diluída (...). Isto porque **aquele que contrata não se submete, ele adere**. (GOMES, op. cit., p. 249, grifos meus).

Não é complicado perceber o conceito de classe adotado no trabalho: aquele do senso comum dicionarizado e não aquele em seu estatuto teórico marxista, ainda que, por intermédio de artifícios como este, um leitor desavisado possa até perceber uma filiação da autora ao instrumental conceitual dessa matriz de pensamento. Ao mesmo tempo, explicita-se ao longo dos capítulos mencionados, a visão liberal de Estado comungada pela autora, ainda que seu “co-participe” seja uma “classe”: o Estado deriva de um contrato, de um pacto, o que lhe assegura um espaço de “externalidade” e “superioridade” com relação às classes e à própria sociedade:

O contrato fundador do pacto político entre povo e Presidente, ao extrapolar uma lógica utilitária, colocando-se FORA DO MERCADO, definia a cidadania como pertencimento e a retribuição como paixão e não como interesse político. (GOMES, op. cit., p. 251, grifo no original)

Como se percebe, conquanto na Apresentação da obra se admita a existência de uma classe trabalhadora – embora jamais de uma classe dominante - no decorrer da análise tal noção é esvaziada pela autora que, para demonstrar seus pontos de vista, despe o conceito de Estado de qualquer conteúdo de classe resvalando, de forma auto-evidente, para a matriz liberal, como se constata da passagem:

O povo revelava à autoridade suas necessidades, seu destino, e esta, por sua virtude e sensibilidade, captava e executava este sinal que existia implicitamente. Ou seja: o Estado brasileiro era produto tanto de uma vontade nacional inconsciente (o povo), quanto de uma vontade racional consciente (o legislador). (GOMES, op. cit., p. 249)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

A identificação unívoca estabelecida entre Estado e governantes - ou individualidades excepcionais - é tamanha que a autora chega a calcar alguns de seus argumentos explicativos do "pacto trabalhista" em atributos como a "clarividência" de Getúlio Vargas ou à "dinâmica atuação" do Ministro Marcondes Filho cujos discursos - proferidos em programa radiofônico dirigido aos trabalhadores - são por ela considerados como "um verdadeiro mapeamento do Estado brasileiro" (GOMES, op. cit., p. 234)

Ora, caberia então inquirir: mapeamento do Estado como, se, em nenhum momento se discute, por exemplo, as trajetórias de Marcondes Filho ou mesmo de Vargas, para além do estrito âmbito de suas carreiras políticas? Mapeamento por quê? Se sequer são tangenciadas sua pertinência a entidades de representação de classe ou até mesmo sua inserção social? Tomando a fala dos documentos oficiais como base da análise, a autora prima por não interrogar as próprias condições de sua produção, a pertinência social de seus autores-atores, bem como sua vinculação a aparelhos privados de hegemonia, ratificando, a um só tempo, um Estado Sujeito e "sujeitos do Estado".

Comentários como estes fazem com que, malgrado possa ser elencado junto ao grupo de estudos inovadores no que diz respeito a história dos "trabalhadores" no país, *A Invenção do Trabalhismo* e escritos posteriores da autora acabem por reduzir e neutralizar a categoria "trabalhismo" como substituto eficaz para a caracterização do conjunto das relações políticas, partidárias e sindicais no Brasil pós-30.

Ademais, uma outra substituição é realizada a partir da visão de Estado utilizada por Gomes: substitui-se a classe trabalhadora "sem consciência" e alvo da mera "manipulação" pelo Estado - atribuída, uma vez mais, a Francisco Weffort (1978) - por trabalhadores "conscientes" e satisfeitos em "retribuir" à "doação" realizada pelo "clarividente" chefe da nação. Bem ao estilo da visão liberal de Estado, a categoria "classe" torna-se epíteto unicamente atribuído aos "que

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

trabalham” e não aos que dominam. Mediante este artifício ratifica-se a noção de classe como apanágio de grupos potencialmente desordeiros ou agitadores, bem como a noção de Estado como identificada à ordem, ao governo que legisla e donde emana todo o poder, a ponto de ser encarnado por agentes de destaque como Marcondes Filho, Vargas e outros.

Vale ainda uma ressalva que pode servir como alerta: nem sempre ou quase nunca, a pesquisa com documentação primária deve significar, necessariamente, um “atestado ideológico” de “bons antecedentes” ao historiador dedicado à investigação sobre o Estado e isso por algumas razões. Em primeiro lugar, porque a pesquisa conduzida a partir de categorias ou conceitos pouco coerentes irá, forçosamente, viciar os resultados da investigação. Em segundo lugar porque o pesquisador empiricista, ao utilizar a noção de Estado vigente no senso comum como sujeito, ao decalcar na documentação oficial uma dada política pública, por exemplo, naturaliza o próprio conteúdo dos documentos como se fosse a “a política em si”, deixando de ver neles o resultado de embates vigentes dentro do próprio Estado, mesmo que em sua acepção liberal.

Pesquisas com este viés, acriticamente presas às informações contidas nos *corpi* documentais, redundam em resultados harmônicos e assépticos – quando não francamente apologéticos – como se Relatórios, Boletins e fontes similares não fossem, eles próprios, repertórios de categorias discursivas aptas a envolver seus interlocutores, sendo fundamental identificar, antes de tudo, quem seriam estes. Pesquisas deste tipo, no entanto, acabam por fornecer valiosas informações para aqueles que se dedicam a praticar o ofício de historiador com alguma perspectiva crítica. Quem, dentre nós, já não recorreu às compilações de Edgar Carone (1972, 1976 e 1985) em busca de informações sobre a história do Brasil Republicano?

Estudos sobre o Estado e suas políticas, deste tipo, por vezes se aproximam de demandas elaboradas por frações da própria classe dominante, especialmente aquelas que combatem os excessos de intervencionismo público,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

sobretudo em matéria econômica, demandas típicas do pensamento liberal, ainda que essas mesmas frações se encontrem umbilicalmente inseridas no mesmo Estado que tanto criticam. Ao mesmo tempo, o sucesso dessas análises – que dificilmente sofrem de constrangimentos editoriais por exemplo – resulta numa brutal padronização da noção de Estado, tornado um “ser reificado”, além e acima da Sociedade, sendo por isso mesmo capaz de “criá-la” e “recriá-la”

A rigor, a perspectiva de analisar o Estado como entidade continente de uma dinâmica peculiar, dotada de lógica/práticas imanentes e sempre percebido em separado dos conflitos que perpassam a vida social em seus múltiplos níveis resulta numa única questão-chave: o apagamento da complexidade inerente ao processo histórico, especialmente dos conflitos que, permanentemente, o instituem. Nesse singelo e secular registro, o Estado pode ser tomado como um bloco monolítico de organismos vazios de atores sociais dotados de interesses específicos e donde emanam, de forma “natural”, as políticas públicas, jamais perceptíveis enquanto fruto dos interesses de classe.

Contrastando com esse quadro, desde finais dos anos 1980, um “incomodado” grupo de historiadores marxistas – dentre os quais me situo - passou a transformar suas preocupações em trabalhos acadêmicos formais. Seus principais questionamentos partiam, justamente, da banalização da matriz do Estado-Sujeito e, tomando como suposto ser este o lócus da dominação de classe, enveredaram pela reflexão em torno do pensamento gramsciano. Por isso mesmo, o Estado seria analisado como uma interrelação entre Sociedade Civil e Sociedade Política, tomando a primeira – e não a última - como referencial inicial da pesquisa. Lançando mão deste instrumental seria possível promover, de fato, um a “ampliação” do Estado já que, em Gramsci, esta não esteve restrita apenas à multiplicação e crescimento de aparelhos privados de hegemonia de cunho popular, verificando que o Estado igualmente se refere a contradições no próprio seio das classes dominantes.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Tomando por base meu trabalho mais conhecido, *O Ruralismo Brasileiro*, defendido como tese de Doutorado em 1990 e publicado somente em 1997, gostaria de tecer algumas considerações aos jovens pesquisadores sobre como operacionalizar, com Gramsci, a atividade da pesquisa em História Política, a qual já demonstrou resultados bem sucedidos, materializados em mais de 30 dissertações e teses por mim orientadas e ainda em elaboração no âmbito das atividades do *Núcleo de Pesquisas sobre Estado e Poder no Brasil*, fundado em 1993 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

Trata-se, em primeiro lugar e antes do que tudo, de canalizar nossa indignação contra a concepção de Estado preponderante para o esforço de uma pesquisa exaustiva e sistemática, destinada a desnaturalizar o estabelecido. Assim, se não me contento com a visão de Estado que subjaz ao chamado "estado oligárquico", espécie de tatuagem na historiografia sobre a Primeira República, devo munir-me de perspectivas alternativas para construir conhecimento capaz de combatê-lo. Afinal o que é oligarquia? Tal como a noção de elite, ela tem o estatuto teórico da profundidade de "poder ou governo de poucos", segundo o senso comum dicionarizado. Ora, tais categorias pouco operam ou explicam, pois toda e qualquer sociedade política é marcada pelo exercício do poder por parte de poucos, o que impõe ir além do formalismo acadêmico hegemônico.

Para tanto, trata-se, em primeiro lugar, de inverter a lógica que preside a visão corrente de Estado, negando sua externalidade e superioridade com relação à sociedade – ou sociedade civil – e afirmando a unidade contraditória que preside a imbricação inescapável entre sociedade civil e sociedade política. Trata-se, enquanto procedimento metódico chave, de partir da sociedade civil para a sociedade política e não o inverso, como se costuma fazer. Trata-se, também, de verificar que a disputa pela hegemonia – cimento da coesão "estatal" nos termos de Gramsci - tem seu chão social primeiro no próprio terreno da produção e que, ademais, ela não pode

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

nem deve ser buscada tão somente no plano discursivo dos agentes, ainda que esse discurso deva ser integrado e analisado.

Trata-se, em segundo lugar, de verificar, a partir da precedência da Sociedade Civil enquanto espaço privilegiado pela pesquisa, os canais e instrumentos pelos quais se organizam, junto a ela, as diversas vontades coletivas. No caso do *Ruralismo*, localizei a origem das formas associativas das próprias frações da classe dominante brasileira do período – vulgo “oligarquias agro-exportadoras” - desenvolvidas desde fins do século XIX, bem como suas bases sociais, bandeiras, programas e estratégias, o que me levou a constatar a existência de nítido conflito atravessando a própria classe dominante, materializado em entidades “patronais” que contrapunham grupos de interesses de extração sócio-regional distintos. Entre eles se daria uma disputa acirrada pelo convencimento, não apenas de seus *homoioi*, mas de parcelas crescentes de setores outros sociais, da mesma forma que pelo “aparelhamento” de seus representantes junto ao Estado restrito através das modalidades disponíveis.

Partindo desses procedimentos e respaldada por sólida e vasta pesquisa documental – claro que não restrita, apenas, às fontes oficiais – a hegemonia deixa de ser vista como derivada do estritamente econômico, passando a ser considerada como formulação cultural de uma visão de mundo a partir das agremiações estudadas, que envolveram agentes concretos, associações que rapidamente se transformaram em centros formadores e multiplicadores de seus quadros e projetos, através de publicações, revistas, congressos e escolas médias e superiores.

O mais importante, todavia, viria no próximo passo da pesquisa, voltado a detectar e radiografar o Estado restrito, assumindo como suposto que todas essas associações penetraram o aparelho de Estado, consolidando e ampliando – a partir dele e para além de seus próprios limites de classe - sua capacidade de intervenção na grande política nacional. Mais do que definir quem dispôs, neste período, da hegemonia, a pesquisa preocupou-se em explicitar os conflitos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

que atravessavam as frações das classes dominantes no Brasil.

Segundo Virginia Fontes: “O trabalho de Sonia Mendonça aponta para uma verdadeira reviravolta nos estudos sobre o Estado no Brasil e sobre a íntima articulação que se constrói, lentamente, entre sociedade civil, coerção e hegemonia” (FONTES, 2005, p. 225), consideração esta que muito me orgulha.

Para terminar, gostaria de lembrar que já é tempo de superar a suposição ingênua de que o Estado se reduza ao próprio presidente ou um de seus ministros. Estudar o Estado é investir na pesquisa sobre que sujeitos coletivos organizados da Sociedade Civil têm seus representantes – intelectuais - junto a que organismos estatais. Estudar o Estado é verificar que interesses seus vários organismos absorvem e privilegiam ao perpetrar suas práticas. É investigar que outros aparelhos privados de hegemonia contam com porta-vozes, ainda que em posição não hegemônica, junto a cada um dos “aparelhos” estatais. Estudar o Estado é estudar o conflito e não a homogeneidade. Somente assim creio ser viável compreender a efetividade de determinada política pública em detrimento de outra ou ainda porque diretrizes distintas de práticas estatais encontram-se, muitas vezes, superpostas, posto que emanadas de órgãos diferenciados.

E os estudos sobre o Estado ou ainda sobre a atuação de alguma de suas agências e dos aparelhos privados de hegemonia que lhe dão substância e organicidade não podem jamais consistir na compilação acrítica da “documentação oficial”. Isso porque tudo aquilo de relacional e conflitivo que o Estado restrito contém, só pode ser capturado se o “desconstuirmos” a partir da Sociedade Civil. Caso contrário, permaneceremos reféns do mantra aparentemente monocórdio da narrativa oficial e dela continuaremos prisioneiros por excesso de “miopia”. Em síntese, tomar o Estado como uma Relação Social não apenas nos permite evitar as armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como igualmente estimula a desnaturalização dos mecanismos mais profundos de seu funcionamento, não fosse ele um

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

permanente vir-a-ser.

Bibliografia Citada

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. 1987. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense.

CARONE, Edgar. 1972. *A República Velha* (instituições e classes sociais). São Paulo: Difel.

_____. 1976. *A Terceira República* (1937-1945). São Paulo: Difel.

_____. 1985. *A República Liberal* – evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel.

CARVALHO, José Murilo. 1980. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Campus.

FAORO, Raymundo. 1977. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre: Globo, 2 v.

FONTES, Virginia. 2005. Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil. In: *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto.

GOMES, Ângela de Castro. 1988. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice.

GRAMSCI, Antonio. 2000. Breves Notas sobre a Política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3.

MENDONÇA, Sonia Regina de. 1997. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec.

POULANTZAS, Nicos. 1985. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985

WEBER, Max. 1992. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

WEFFORT, Francisco. 1978. *O populismo na política brasileira*.
Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Para além de Foucault: Estado, Classes e o Sistema Prisional

Gelsom Rozentino de Almeida

Cárcere e Fábrica: irmãos siameses

A origem da prisão remonta ao surgimento do Estado, embora com o objetivo de detenção para julgamento, pois as penalidades eram aplicadas no criminoso, com castigos, suplícios e morte. O modelo prisional com caráter reeducacional ou de ressocialização tem origem no final do século XVI com a criação de Casas Correccionais para homens e mulheres, como a pioneira *House of Correction*, com a transformação do Castelo de Bridewell em prisão (1553), próximo a Londres, Inglaterra, para disciplinar delinquentes. Um pouco depois (1596) em Amsterdã (Holanda) foi criada a prisão de Raskhuis, destinada a homens. E entre 1597 e 1600 criou-se a Spinhuis para mulheres, com seções especiais para meninas. Essas prisões destinavam-se, a princípio, a ser uma espécie de presídio com objetivo de abrigar vadios, mendigos e prostitutas, resultantes das dificuldades sociais por que passava a sociedade europeia em geral. Posteriormente, ao longo dos séculos XVII e XVIII, principalmente, mas ainda no século XIX, outros países da Europa conceberam estabelecimentos penais com a mesma finalidade, sendo que os estabelecimentos ingleses conhecidos como *workhouses* obtiveram grande notoriedade. Embora esses estabelecimentos se destinassem ao específico cumprimento da pena com caráter educativo, “educando” a mão-de-obra para o capital, é importante ressaltar que as penas de suplícios continuaram a ser aplicadas em grande escala.

¹ Procientista FAPERJ. Prof. Adjunto DCH/PPGHS/UERJ. Diretor do Museu do Cárcere

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

No final do século XVIII, países como a França, Inglaterra e principalmente os Estados Unidos, influenciados pelas idéias de teóricos iluministas como Rousseau e dos ideais liberais propagados por movimentos como a Revolução Francesa, começaram a reformular suas leis, seus códigos criminais e suas prisões, passando a existir um elemento novo que influenciará todas as penas, os “direitos humanos”, levando à extinção formal no século XIX das penas de suplício por desconsiderar a humanidade do condenado. Data desse período histórico o desenvolvimento de estudos e reflexões sobre o que veio a se constituir como sistema penitenciário, com destaque para Jean Mabillon (*Reflexões sobre as prisões monásticas* – 1695), Cesare Beccaria (*Dos Delitos e das Penas* – 1764) e John Howard (*O Estado das Prisões na Inglaterra e no País de Gales* – 1776).

Para Foucault a prisão é menos recente do que o nascimento dos códigos penais, preexistindo à utilização sistemática nas leis penais. Foi constituída fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber cumulativo e centralizado, a instituição-prisão responsável por tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo. Os modelos da detenção penal – Gand, Gloucester, Walnut Street – marcam os primeiros pontos visíveis dessa transição para a prisão como local do cumprimento da pena, mais que inovações ou pontos de partida. Ao longo de dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado. Entretanto, ao fazer da detenção pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário que se pretende “autônomo”, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas.” (FOUCAULT, 2001)

A moderna prisão é criada para transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita pela classe dominante, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retreinar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento – jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro – contribuindo para a identificação da prisão como a forma mais eficiente e mais civilizada de todas as penas. A prisão não foi primeiro uma privação de liberdade acrescida de uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos. (FOUCAULT, 2001, p. 196-197)

A prisão, como instituição completa e austera, deve ser um aparelho disciplinar exaustivo, tomando como sua responsabilidade controlar todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições. Além disso, a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta. Enfim, ela possui um poder quase total sobre os detentos. Ela tem que ser a máquina mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total.

A construção do moderno sistema penal resultou na disciplina da força de trabalho pela instituição carcerária, primeiro para a manufatura, depois para a fábrica, com os

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

seus diferentes modelos e sua crise até os dias atuais. Temos como referência duas vertentes principais. Para Foucault, o cárcere é o emblema do modelo de organização do poder disciplinar exercitado no contexto social de quem detém o próprio poder, um modelo que assume aspectos quase metafísicos e que perde, exatamente devido à sua generalização e abstração, uma dimensão histórica precisa. De forma diversa, Melossi e Pavarini procuram constantemente comparar os esquemas teórico-interpretativos que propõem para explicar primeiro a gênese e depois o desenvolvimento dos distintos sistemas penitenciários e a incidência concreta que as instituições penitenciárias têm na organização econômica e social que estão analisando.

Melossi define a relação capital/trabalho assalariado como a chave para compreender a instituição carcerária, elegendo a formação do proletariado — o aspecto subordinado das relações de produção capitalistas — como objeto do interesse científico da pesquisa: expropriados dos meios de produção e expulsos do campo — o violento processo de acumulação primitiva do capital nos séculos XV e XVI —, os camponeses se concentram nas cidades, onde a insuficiente absorção de mão-de-obra pela manufatura e a inadaptação à disciplina do trabalho assalariado originam a formação de massas de desocupados urbanos. (MELOSSI e PAVARINI, 2006)

O estudo mostra a população de mendigos, vagabundos, ladrões e outros delinquentes dos centros urbanos — então conhecidos como as classes perigosas —, produtos necessários de determinações estruturais, mas interpretados como expressão individual de atitudes defeituosas, tangidos para as *workhouses* — uma invenção do século XVI para resolver problemas de exclusão social da gênese do capitalismo. A transformação do Castelo de Bridewell em casa de trabalho forçado de camponeses expropriados, com a finalidade de disciplina para o trabalho assalariado na manufatura, é emblemática da política de controle das massas marginalizadas do mercado de trabalho, sem função na reprodução do capital

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

— mas obrigadas a aceitar empregos por salários miseráveis para evitar a internação nas *workhouses*. No início do século XVII, a estrutura de Rasphuis seria o modelo de disciplina da força de trabalho ociosa formada por camponeses expropriados dos meios de subsistência material, em toda Europa continental: raspar troncos de pau-brasil para produzir tintura com o pó da serradura — involuntária contribuição do Brasil Colônia para o sistema penal moderno —, além de disciplina para o trabalho assalariado, cumpriria funções de prevenção especial e geral, segundo o princípio de menor elegibilidade, pelo qual a eficácia da prisão pressupõe condições carcerárias piores do que as condições do trabalho livre. (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004)

Melossi reconstitui em sua análise os percursos que resultaram na disciplina da força de trabalho pela instituição carcerária, primeiro para a manufatura, depois para a fábrica, reforçando o trabalho da família, da escola e de outras instituições sociais. Na sociedade de produção de mercadorias, a reprodução ampliada do capital pela expropriação de mais-valia da força de trabalho — a energia produtiva capaz de produzir valor superior ao seu valor de troca (salário), como ensina Marx —, pressupõe o controle da classe trabalhadora: na fábrica, instituição fundamental da estrutura social, a coação das necessidades econômicas submete a força de trabalho à autoridade do capitalista; fora da fábrica, os trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho e do processo de consumo — a chamada superpopulação relativa, sem utilidade direta na reprodução do capital, mas necessária para manter os salários em níveis adequados para valorização do capital —, são controlados pelo cárcere, que realiza o papel de instituição auxiliar da fábrica. Assim, a disciplina como política de coerção para produzir sujeitos dóceis e úteis, na formulação de Foucault, descobre suas determinações materiais na relação capital/trabalho assalariado, porque existe como adestramento da força de trabalho para reproduzir o capital, processo definido por Dario Melossi como fenômeno de economia política.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Pavarini situa o nascimento da moderna penitenciária na transição da prisão de Walnut Street, em Filadélfia (1790) para a prisão de Auburn, em Nova York (1819), origem dos modelos de penitenciária de Filadélfia e de Auburn, concebidos como instituições de controle social da sociedade capitalista mais desenvolvida da era moderna. (MELOSSI e PAVARINI, 2006)

A gênese do modelo de Filadélfia tem início na decadência das *workhouses* americanas que, como suas congêneres inglesas, eram dedicadas à reclusão de pequenos delinqüentes, vagabundos, devedores e pobres em geral, como se sua simples existência e *ainda* não subordinação ao capital fosse crime. A transformação crescente da escala da produção manufatureira para a industrial seria a base da crise das *workhouses* americanas, reduzindo as casas de trabalho a instituições de terror, com trabalho manual repetitivo e sem função de adestramento da força de trabalho encarcerada.

Pavarini demonstra através de sua pesquisa que o modelo de Filadélfia, criado pela inspiração religiosa *quaker*, com celas de isolamento em forma panóptica para oração, arrependimento e trabalho individual em manufaturas, seria a solução para a crise da política de controle: os reduzidos custos administrativos da vigilância carcerária explicam sua rápida difusão nos EUA. Mas novas transformações estruturais da sociedade americana produzem nova crise: a natureza antieconômica do trabalho individual isolado e a impossibilidade do trabalho coletivo em condições de isolamento celular colocam o modelo de Filadélfia na contramão das mudanças do mercado de trabalho — e a solução da crise apareceria na adoção do modelo de Auburn, mais tarde conhecido como o sistema penal americano, caracterizado pelo trabalho comum durante o dia, sob a lei do silêncio.

A tese da dependência do sistema punitivo em face dos processos econômicos do mercado de trabalho reaparece nos parâmetros de execução penal do modelo de Auburn, orientados menos para a correção pessoal e mais para o

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

trabalho produtivo; assim como a manufatura produz o confinamento solitário do modelo de Filadélfia, a indústria engendra o trabalho coletivo do modelo de Auburn, com o *silent system* para isolar e controlar — abrindo novas possibilidades de exploração do trabalho carcerário por empresários privados. Mas o conluio do capital com o sistema prisional para explorar o trabalho do preso também entra em crise, como mostra Pavarini: por um lado, a exploração destruidora da força de trabalho, o emprego do preso como força de trabalho escravo na agricultura sulista, a brutalidade dos castigos corporais por razões de ritmo de trabalho e o compromisso entre empresários e juízes de transformar penas curtas em penas longas de prisão para maior extração de mais-valia; por outro lado, a luta de sindicatos e organizações operárias contra os custos inferiores e maior competitividade do trabalho carcerário (salários menores, ausência de tributos etc.) e as dificuldades de industrialização do aparelho carcerário em época de renovação tecnológica acelerada — tudo isso contribui para decretar o fim da prisão como empresa produtiva nos EUA, já no começo do século XX. Afinal a penitenciária não é uma célula produtiva, mas uma fábrica de homens para transformar criminosos em proletários, ou uma máquina de mutação antropológica de sujeitos reais, agressivos e violentos, em sujeitos ideais, disciplinados e mecânicos. A tese do criminoso encarcerado como não-proprietário encarcerado ilumina a tarefa do cárcere na sociedade burguesa, instituição coercitiva para transformar o criminoso não-proprietário no proletário não-perigoso, um sujeito de necessidades reais adaptado à disciplina do trabalho assalariado.

Entre os aspectos comuns dos ensaios de Melossi e de Pavarini aparece a valorização do conceito de Pasukanis da pena como retribuição equivalente da sociedade capitalista, no sentido de troca jurídica que realiza o princípio da igualdade do Direito, correspondente à troca de força de trabalho por salário no mercado de trabalho, que exprime a redução de toda riqueza social ao trabalho abstrato medido pelo tempo, o critério geral do valor na economia e no Direito.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

(PASUKANIS, 1989) Assim, a pena como retribuição equivalente representaria o momento jurídico da igualdade formal, que oculta a submissão total da instituição carcerária, como aparelho disciplinar exaustivo para produzir sujeitos dóceis e úteis, que configura o cárcere como fábrica de proletários; por outro lado, o salário como retribuição equivalente do trabalho, na relação jurídica entre sujeitos “livres” e “iguais” no mercado, oculta a dependência substancial e a desigualdade real do processo de produção, em que a expropriação de mais-valia significa retribuição desigual e a subordinação do trabalhador ao capitalista significa dependência real, determinada pela coação das necessidades econômicas, que configuram a fábrica como cárcere do operário.

É bem verdade que Foucault examina o nascimento da instituição carcerária e de outras instituições de confinamento a ela afins na França, no período compreendido entre o final do século XVIII e os primeiros anos do século XIX. Porém, o alcance que ele atribui à descoberta do modelo de organização penitenciária é tamanho que faz dele um esquema universal, que parece destinado a reproduzir-se sem modificações, malgrado as mudanças ocorridas na sociedade francesa e ocidental em geral, dos primeiros anos do século XIX até os dias atuais.

Em outras palavras, a Foucault interessa mais a descoberta deste modelo de controle disciplinar e dos seus mecanismos abstratos de funcionamento do que as modalidades concretas de gestão do sistema penitenciário e dos outros instrumentos análogos de controle social (escola, hospital, hospício, quartel, fábrica etc.) no período histórico considerado. E todo o sistema se volta para o controle sobre o *corpo do indivíduo*. Por conta disso, não é de todo injustificado perguntar se os organogramas de controle disciplinar colocados em prática pela sociedade burguesa funcionaram efetivamente e que exigências concretas de poder, e não apenas de uma organização social abstrata, corresponderam a eles. Cabe perguntar, enfim, se foram alcançados os resultados que

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

se propunha obter. E, para irmos além de Foucault, indagarmos se mais do que o controle e disciplinarização do indivíduo – sem que este seja esquecido – o sistema prisional não cumpriu um papel de dominação de classe.

Melossi e Pavarini estabelecem conexões entre cárcere e organização econômica e política da sociedade, com a preocupação de situar o cárcere num contexto histórico preciso. Ao mesmo tempo procuram constantemente comparar os esquemas teórico-interpretativos que propõem para explicar primeiro a gênese e depois o desenvolvimento dos distintos sistemas penitenciários e a incidência concreta que as instituições penitenciárias têm na organização econômica e social que estão analisando.

Punição, Reforma Carcerária e Estrutura Social

O trabalho de Rusche e Kirchheimer, citado por Foucault, influenciou provavelmente muito mais do que este admitiu o seu clássico trabalho, bem como também quase todos os que escreveram sobre o tema.

Para nossos objetivos, cabe destacar a parte sobre a reforma moderna do cárcere e seus limites, nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a relação entre o aumento do nível de vida das classes subalternas e seus efeitos sobre a política criminal. As condições de vida das classes subalternas na Europa teriam melhorado de modo considerável na segunda metade e em especial no último quartel do século XIX. Teria início na Europa um período de prosperidade que duraria até 1914, interrompido apenas por crises menores. A participação das massas no consumo de bens que até então eram inacessíveis teria sido consequência, em parte, do incremento dos níveis de remuneração e, em parte, da produção em massa. A influência desse desenvolvimento econômico na redução da criminalidade tornou-se logo perceptível. O número de delitos e condenações decresceu em toda parte, ou pelo menos permaneceu estacionado. (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Abordando os princípios de proporcionalidade e os métodos de processo penal, Rusche e Kirkchheimer são claros em identificá-los como produtos das revoluções burguesas. Contra os resíduos do feudalismo e da burocracia absolutista foram utilizados como armas tanto a independência do judiciário como a racionalização da lei penal. A campanha do judiciário prussiano contra a interferência do governo nos casos de atos ilegais, por exemplo, durante todo o século XIX, não seria mais do que uma etapa dessa luta. O refinamento dos métodos processuais seria um dos caminhos mais efetivos de proteger a conquista e a extensão do poder econômico através de meios algumas vezes questionáveis, mesmo do ponto de vista das classes dominantes. De forma diversa, na luta contra as classes subalternas, a independência do judiciário, que na prática atendia às classes dominantes, a despeito do formalismo do método, ou justamente por ele, revelava-se como mais um útil instrumento.

Em países como a Inglaterra, foram mantidos processos patriarcais informais para pequenos delitos, vale dizer, para os crimes das classes subalternas. O mesmo resultado foi alcançado em outros países pelo fato de que um processado sem meios não tinha condições de assegurar a assistência de um defensor. É interessante notar, nesse caso, que a instituição de defesa gratuita nunca se afirmou na Alemanha, França ou Inglaterra de modo que se pudesse falar de igualdade entre os vários estratos da sociedade no exercício dos direitos legais. Foram criados tribunais especiais ou lei marcial para a repressão rápida e efetiva das tentativas organizadas de revolução social, como ocorre depois da derrota da Comuna de Paris em 1871." (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004, p. 197-198)

Desse modo, o final do século XIX assinalaria o encerramento do período de antagonismo entre os últimos remanescentes do feudalismo e a nova classe burguesa, que lutava para assegurar o controle da máquina do governo e da administração. Continuar o processo de formalização da lei

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

penal como garantia de posição social e econômica tornou-se, assim, cada vez menos necessário, alterando o significado de independência do judiciário. A atitude liberal que era característica entre os juizes na primeira metade do século XIX deu lugar a um conservadorismo, depois da reconciliação da burguesia com a burocracia e os interesses agrários, transformando a ideologia de independência gradualmente numa camuflagem para a luta contra as classes subalternas. A orientação da lei penal foi afetada por essas mudanças. Como, a partir de então, o governo seria identificado com a burguesia (ou dominação burguesa) e seus interesses, não seria mais necessário proteger a burguesia contra a arbitrariedade do governo. A ultrapassada questão política de proteger o indivíduo no processo criminal tornara-se um problema de mera técnica legal. (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004)

O desenvolvimento de uma abordagem sociológica da lei penal coincide com a mudança nas bases políticas. A definição do crime como simplesmente um fenômeno social seria atestada por pesquisas sobre as relações entre as taxas de criminalidades e flutuações econômica. Ademais, o problema dos métodos punitivos era agora examinado a partir do ponto de vista do futuro do criminoso, a expectativa de reabilitação e as precauções que deveriam ser tomadas, e não mais como um problema de manutenção de uma proporção justa entre o crime e a pena. No extremo, essa abordagem significaria que em casos comuns o crime poderia resultar apenas na necessidade de transferir o delinqüente para uma instituição de caridade bem organizada.

A reforma carcerária e a tendência a substituir outras formas de punição pelo encarceramento, foi acompanhada por uma diminuição na duração e na severidade das sentenças. Através de tabelas com dados sobre a França, entre 1832 e 1933, verifica-se que a pena de trabalhos forçados e reclusão diminuiu de 5,7% para 0,4%, a pena de prisão por mais de um ano diminuiu de 14,3% para 3,0% e de prisão por um ano ou menos aumentou de 80,0% para 96,0%. As condições carcerárias também melhoraram com a melhoria geral das

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

condições de vida. Muitas prisões consideradas inadequadas foram abandonadas e outras tantas construídas. A superlotação, com suas conseqüências morais e higiênicas, ao menos nos países desenvolvidos foi quase eliminada. A saúde do preso e sua alimentação passam a receber maior atenção. A conseqüência desses melhoramentos é prontamente vista através das estatísticas de mortalidade. Na Inglaterra, por exemplo, o índice de mortes caiu de 1,08% em 1877 para 0,56% em 1898, e a taxa de suicídio, de 1,76% em 1877 para 0,7% em 1896. (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004, p. 204-205)

A moderna literatura sobre a reforma penitenciária tem início nesse contexto e resulta na insistência em tratar o crime como um problema médico-psicológico, o preso como um “paciente” que deveria ser “curado”. Além disso, conhecendo os “sintomas” poderiam ser identificados os prováveis criminosos. O mais famoso defensor dessa vertente foi Lombroso, que entende o crime como um fato real, que perpassa todas as épocas históricas, natural e não como uma fictícia abstração jurídica. Como fenômeno natural o crime teria que ser estudado em sua etiologia, isto é, a identificação das suas causas como fenômeno, de modo a se poder combatê-lo em sua própria raiz, com eficácia, com programas de prevenção realistas e científicos. Para Lombroso as causas do crime são eminentemente individuais e devem ser buscadas no estudo do delinqüente. É dentro da própria natureza humana que se pode descobrir a causa dos delitos, partindo da idéia da completa desigualdade fundamental entre homens honestos e criminosos.¹

Os reformistas do final do século XIX e início do XX mantiveram a noção de que o nível de vida dentro da prisão deve ser mais baixo do que o nível mínimo forma da prisão.

¹ Cesare Lombroso (1835-1909) foi um homem polivalente: médico, psiquiatra, antropólogo e político. Sua extensa obra abarca temas médicos (“Medicina Legal”), psiquiátricos (“Os avanços da Psiquiatria”), psicológicos (“O gênio e a loucura”), demográficos (“Geografia Médica”), criminológicos (“L’Uomo delinquente”). Dentre seus seguidores no Brasil destaca-se Nina Rodrigues. Dentre os reformistas da medicina-psiquiatria foram fundamentais Juliano Moreira e Heitor Carrilho.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Enrico Ferri, representativo de um país pobre cujas classes subalternas raramente participavam da melhoria geral das condições econômicas européias, expressou uma forte oposição, em fins do século XIX, a “essa reviravolta do princípio de justiça que tornaria as prisões mais convenientes e mais confortáveis do que os lares dos cidadãos pobres e honestos, os quais, continuando a ser honestos, podem morrer de fome aguda ou crônica, uma vez que a sociedade não lhes assegura comida e abrigo, a não ser quando eles se tornam delinqüentes.” (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004) O problema tornou-se menos agudo porque o progresso econômico e a melhoria geral da vida do proletariado possibilitaram uma relativa melhora das condições carcerárias, sem destruir a linha que demarcava a vida fora da prisão.

A despeito de haver perdido seu significado econômico nos países de capitalismo industrial altamente desenvolvido, o trabalho realizado pelo preso permanece um problema central. A oposição ao trabalho carcerário, em escala industrial, fez com que essa atividade ficasse limitada a bens manufaturados para uso na própria prisão ou nas repartições públicas. Além disso, com a profissionalização dos carcereiros como funcionários assalariados, eles não têm nenhum interesse econômico particular nesse tipo de trabalho. O Estado passa a se satisfazer com um retorno parcial de seus gastos, pelo menos nos livros de contabilidade, e define o aspecto pedagógico do trabalho carcerário como o elemento central da “recuperação” do preso. A remuneração do trabalho do preso também enfrentaria forte oposição, pois significaria colocá-lo no mesmo nível do trabalho livre, embora com valor ainda menor e pago a parte, às vezes disponível para a aquisição de suprimentos extras. Como compensação, Inglaterra e França passam a incorporar o trabalho ao sistema de progressão da pena. Nos países centrais a maior parte dos internos era composta por operários mais ou menos especializados que, pela longa inatividade forçada, regrediam do ponto de vista profissional. Isto porque seria necessária a oferta de instrução profissional qualificada, o que raramente era (e ainda é) feito.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Objetivando a facilidade de controle com menor custo, o trabalho no campo para o apenado é adotado como solução para o problema da recuperação, o que normalmente significa que o condenado é solto do jeito que entra na prisão, sem nenhum treinamento que possa ampliar suas chances num mundo cada vez mais competitivo. Os investimentos envolvidos, as dificuldades de encontrar mercado e a opinião pública contribuem para impedir a introdução de um programa efetivo de treinamento de mão-de-obra. Todavia, mesmo no sul dos EUA e em países como Brasil, a implantação de colônias agrícolas prosseguiria por décadas.²

As propostas reformistas para melhoria das condições sanitárias e de saúde no sistema prisional encontram um limite natural nas próprias construções e precariedade de infraestrutura, além da escassez de recursos e da oposição de setores da execução penal e da opinião pública. Não obstante, houve avanços nessa área. Os exercícios físicos foram introduzidos de acordo com as concepções modernas de saúde. Aqui, também, faz-se uma distinção entre as condições julgadas absolutamente essenciais para a saúde do condenado e as que podem proporcionar-lhe prazer.

Como consequência das propostas de reformas, inúmeras leis e códigos são estabelecidos demarcando não só deveres mas reconhecendo direitos ao preso, mesmo que limitados e, na maioria das vezes, sequer respeitados pelo Estado. A burocratização das condições de vida e as limitações à liberdade pessoal são contornos inevitáveis do encarceramento e, como contradição inerente do sistema, nenhuma reforma abandonou o princípio de que o nível de vida do prisioneiro deveria ser pior que em liberdade, de forma a manter os efeitos dissuasivos da punição. A par da contradição entre dissuasão e reabilitação, um reflexo das

² Em 1894, a Colônia Correccional de Dois Rios foi criada para afastar da cidade os bêbados e vagabundos. Na década de 1940, no governo Vargas, foram criadas duas colônias correccionais destinadas a recuperar os presos pelo trabalho: uma em Dois Rios e outra em Abraão, na Ilha Grande. Nesse período destaca-se o Presídio Agrícola do Distrito Federal – Esmeraldino Bandeira – em Bangu, ponto de partida para o grande complexo penitenciário do Gericinó, no Rio de Janeiro.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

tendências antagônicas na própria sociedade, há uma outra contradição no conceito de ressocialização na sociedade contemporânea. Ressocialização significa adaptação a uma vida ordeira com trabalho regular, e repousa na expectativa de que o tipo de comportamento aprendido na prisão possibilite ao condenado reajustar-se ao mundo fora da prisão depois de solto. A consciência, por parte dos condenados, de que esta perspectiva é em grande medida fictícia é uma das razões para os resultados precários dos programas de ressocialização, como mostram as estatísticas de reincidência (ainda que os dados não sejam plenamente confiáveis), e ainda uma razão por que os administradores rapidamente se voltam para o enfoque dissuasivo.

Para além de Foucault

O desenvolvimento da produção, aumento das riquezas, valorização da propriedade privada, resultados do desenvolvimento capitalista e, principalmente, da fragmentação ou dissolução das relações sociais e sua reconstrução e ressignificação pelo capital, contribuem de forma decisiva para a extensão e aperfeiçoamento das práticas punitivas. Não interessa o indivíduo e seu corpo. Não apenas como disciplinarização da mão-de-obra pelo trabalho, inclusive prisional. Mas também pelo controle do corpo social, a defesa do capital e seus interesses, como defesa da sociedade em geral.

Segundo Foucault, o que seria necessário moderar e calcular são os efeitos de retorno do castigo sobre a instância que pune e o poder que ela pretende exercer. Calcular uma pena em função não do crime, mas de sua possível repetição, visando não à ofensa passada, mas a desordem futura. Em sua lógica é preciso punir exatamente o suficiente para impedir que o crime seja repetido.

As principais condições para a implementação do novo arsenal de penas a partir do século XIX, conforme Foucault, seriam: ser tão pouco arbitrário quanto possível; utilizar a

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

mecânica de forças, diminuir a atração do crime, tornar a pena mais temível invertendo a relação entre desvantagens e prazeres do crime; ter clara a utilidade de uma modulação temporal (qual seria a utilidade se fosse definitiva?). Pelo lado do condenado, a pena é uma mecânica dos sinais, dos interesses e da duração. Mas o culpado é apenas um dos alvos do castigo. Este teria como alvo principal os outros, todos os culpados possíveis. Este princípio estaria relacionado com a publicidade da pena – lei, código, castigo –, a punição pública, como reforço coletivo da ligação entre idéia de crime e a idéia de pena, mas invertendo na sociedade o tradicional discurso do crime, criando a “cidade punitiva”: “concebamos os lugares de castigos como um jardim de leis que as famílias visitariam aos domingos.” Por outro lado, a prisão em seu todo seria incompatível com toda essa técnica de pena-efeito, da pena-representação, da pena-função geral, da pena-sinal e discurso. Ela é a escuridão, a violência, a suspeita. (FOUCAULT, 2001, p. 87-95)

De forma geral, do ponto de vista dos princípios disciplinares que devem reger qualquer instituição prisional, temos o desenvolvimento das seguintes técnicas: o estabelecimento da *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo; ser um espaço flexível, com o *quadriculamento*, cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar um indivíduo, decompondo o coletivo, fragmentando grupos, dividindo a ocupação do espaço quantas vezes se fizer necessária para interromper comunicações inúteis e a vigilância de cada um; o estabelecimento de localizações funcionais, através de uma arquitetura apropriada (que teve origem nos hospitais); os elementos devem ser intercambiáveis, não definindo o lugar do indivíduo pelo seu *território*, pelo lugar que ocupa, mas por uma classificação e hierarquização, que pode dispor do indivíduo, fazê-lo mudar de lugar, independente de sua vontade.

O controle da atividade ocorreria: pelo estabelecimento de rígido controle sobre o tempo, através da definição de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

horários e seus usos produtivos; pela elaboração temporal do ato, isto é, o controle minucioso do movimento em todas as fases e sucessões; na correlação entre corpo, tempo e ato, onde um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente; a articulação corpo-objeto, como uma engrenagem eficiente do aparelho de produção; a utilização exaustiva do tempo, de forma positiva, onde o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência. Para tanto Foucault apresenta uma questão: "Como capitalizar o tempo dos indivíduos, acumulá-lo em cada um deles, em seus corpos, em suas forças ou capacidades, e de uma maneira que seja susceptível de utilização e de controle? Como organizar durações rentáveis?" (FOUCAULT, 2001, p. 133)

As disciplinas devem ser compreendidas também como aparelhos que objetivam adicionar e capitalizar o tempo. A organização prisional, semelhante a militar, apresenta, de forma transparente, quatro processos: 1) dividir a duração em segmentos, sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico; 2) organizar essas sequências segundo um esquema analítico – sucessão de elementos tão simples quanto possível, combinando-se segundo uma complexidade crescente; 3) finalizar esses segmentos temporais, fixar-lhes um termo marcado por uma prova, que tem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo; 4) estabelecer séries de séries, de forma sucessiva e ininterrupta.

A implantação da moderna prisão tem como um de seus princípios a punição pelo trabalho. Todavia, a sua formulação eficaz, do ponto de vista "pedagógico", deveria buscar o esforço voluntário do detento e a identificação deste como o caminho da regeneração.

O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma 'moral' do salário como condição de sua existência. O salário faz com que se adquira 'amor e hábito' ao trabalho; dá a esses malfeitores que ignoram a diferença entre o meu e o teu o sentido de propriedade – 'daquela que se ganhou com o suor do rosto'; ensina-lhes também, a eles que viveram na dissipação, o que é a previdência, a poupança, o cálculo do futuro; enfim, propondo uma medida do trabalho feito, permite avaliar quantitativamente o zelo do detento e os progressos de sua regeneração. O salário do trabalho penal não retribui uma produção; funciona como motor e marca transformações individuais: uma ficção jurídica, pois não representa a 'livre' cessão de uma força de trabalho, mas um artifício que se supõe eficaz nas técnicas de coerção.

A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção. (FOUCAULT, 2001, p. 204)

Desnuda-se a reconstrução da lógica capitalista executada pelo moderno sistema prisional. Trabalho: "ressocializa-se" o apenado através da disciplina, da docilização, da pedagogia do reconhecimento do seu "devido lugar" no mundo, como subalterno, disponível e descartável.

Desde pelo menos meados do século XIX alguns estudiosos na França e Inglaterra já apontavam os limites e contradições do sistema, indicando que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade, podendo até contribuir para o seu aumento, multiplicando ou transformando a quantidade de crimes e de criminosos, em efeito perverso e oposto ao seu objetivo oficial. Esses juristas precocemente já identificavam que a detenção provocaria a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela. A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalharia na população delinqüentes perigosos: a prisão não pode deixar de fabricar

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

delinquentes. Fabrica-os pelo tipo de existência compulsória: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, é de qualquer maneira não 'pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa'; queremos que a prisão eduque os detentos, mas um sistema de educação que se dirige ao homem pode ter razoavelmente como objetivo agir contra o desejo da natureza? A prisão fabrica também delinquentes impondo aos detentos limitações violentas; ela se destina a aplicar as leis, e a ensinar o respeito por elas; ora, todo o seu funcionamento se desenrola no sentido do abuso de poder arbitrário da administração, o que gera um sentimento de injustiça no preso, corrupção, medo e incapacidade dos guardas. A prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as complicitades futuras. E nesses clubes - a prisão como um clube anti-social - é feita a educação do jovem delinvente que está em sua primeira condenação.

As críticas relatadas por Foucault superam o seu contexto histórico e, se não são regra geral, tornam-se aplicáveis aos sistemas carcerários de muitos países, inclusive o Brasil. As condições dadas aos detentos libertados condenam-nos fatalmente à reincidência: porque estão sob a vigilância da polícia; porque têm designação de domicílio, ou proibição de permanência, obrigações a cumprir sem que lhes sejam fornecidas condições mínimas. E, grave problema social, ainda longe do conhecimento necessário e da sua solução, a prisão fabrica indiretamente delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento. Os rigores da regulamentação, as exigências ou do Estado, ou dos proprietários, ou dos empregadores, e as técnicas mais cerradas de vigilância, multiplicavam as ocasiões de delito, e faziam se bandear para o outro lado da lei muitos indivíduos que, em outras ocasiões, não teriam passado para criminalidade especializada, em todos os períodos de crise e reforma do sistema.

Essa crítica da prisão é feita constantemente em duas direções: contra o fato de que prisão não era (e não é)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

efetivamente corretora, que a técnica penitenciária nela permaneceria em estado rudimentar; contra o fato de que, ao querer ser corretiva, ela perde sua força de punição, que a verdadeira técnica penitenciária é o rigor, e que a prisão é um duplo erro econômico: diretamente pelo custo inerente de sua organização e indiretamente pelo custo da delinquência que ela não reprime. Ora, a essas críticas, a resposta foi invariavelmente a mesma: a recondução dos princípios invariáveis da técnica penitenciária. Há um século e meio que a prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente; a realização do projeto corretivo como o único método para superar a impossibilidade de torná-lo realidade.

Após as críticas, fracassos, revoltas, defende-se “a volta aos seus princípios fundamentais”, expressos nas “sete máximas universais da boa condição penitenciária”: 1) a detenção penal deve então ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo - **princípio da correção**; 2) os detentos devem ser isolados ou pelo menos repartidos de acordo com a gravidade penal de seu ato, mas principalmente segundo sua idade, suas disposições, as técnicas de correção que se pretende utilizar para com eles, as fases de sua transformação - **princípio da classificação**; 3) as penas, cujo desenrolar deve poder ser modificado segundo a individualidade dos detentos, os resultados obtidos, os progressos ou as recaídas - **princípio da modulação das penas**; 4) o trabalho deve ser uma das peças essenciais da transformação e da socialização progressiva dos detentos; o trabalho penal ‘não deve ser considerado como o complemento e, por assim dizer, como uma agravação da pena, mas sim como uma suavização cuja privação seria totalmente possível. Deve permitir aprender ou praticar um ofício, e dar recursos ao detento e a sua família; todo condenado de direito comum é obrigado ao trabalho; nenhum pode ser obrigado a permanecer desocupado - **Princípio do trabalho como obrigação e como direito**; 5) a educação do detento é, por

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e de uma obrigação para com o detento - **princípio da educação penitenciária**; 6) o regime da prisão deve ser, pelo menos em parte, controlado e assumido por um pessoal especializado que possua as capacidades morais e técnicas de zelar pela boa formação dos indivíduos.- **princípio do controle técnico da detenção**; 7) o encarceramento deve ser acompanhado de medidas de controle e de assistência até a readaptação definitiva do antigo detento. Seria necessário não só vigia-lo à sua saída da prisão, 'mas prestar-lhe apoio e socorro.' - **princípio das instituições anexas.** (FOUCAULT, 2001, p. 224-225)

Esses princípios gerais, impressos na constituição do sistema prisional e vigentes ainda nos dias atuais, não impedem, senão agravam, a sua própria crise.

Não devemos então conceber a prisão, seu 'fracasso' e sua reforma mais ou menos bem aplicada como três tempos sucessivos. Devemos antes pensar num sistema simultâneo que historicamente se sobrepôs à privação jurídica da liberdade: um sistema de quatro termos que compreende: o 'suplemento' disciplinar da prisão – elemento de sobreponder; a produção de uma objetividade, de uma técnica, de uma 'racionalidade' penitenciária – elemento do saber conexo; a recondução de fato, se não a acentuação de uma criminalidade que a prisão devia destruir – elemento de eficácia inversa; enfim a repetição de uma reforma que é isomorfa, apesar de sua 'idealidade', ao funcionamento disciplinar da prisão – elemento do desdobramento utópico. É este conjunto complexo que constitui o 'sistema carcerário' e não só a instituição da prisão, com seus muros, seu pessoal, seus regulamentos e sua violência. O sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência. (FOUCAULT, 2001, p.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

225-226)

Para que serve o fracasso da prisão?

Se tal é a situação, a prisão, ao aparentemente ‘fracassar’, não erra seu objetivo; ao contrário, ela o atinge na medida em que suscita no meio das outras uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, por em plena luz e organizar como um meio relativamente fechado mas penetrável. Ela contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irreduzível a um certo nível e secretamente útil – rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. Essa forma é a delinquência propriamente dita. Não devemos ver nesta a forma mais intensa e mais nociva da ilegalidade, aquela que o aparelho penal deve mesmo tentar reduzir pela prisão por causa do perigo que representa; ela é antes um efeito da penalidade (e da penalidade de detenção) que permite diferenciar, arrumar e controlar as ilegalidades. Sem dúvida a delinquência é uma das formas da ilegalidade; em todos os casos, tem suas raízes nela; mas é uma ilegalidade que o ‘sistema carcerário’, com todas as suas ramificações, investiu, recortou, penetrou, organizou, fechou um meio definido e ao qual deu um papel instrumental, em relação às outras ilegalidades. Em resumo, se a oposição jurídica ocorre entre a legalidade e a prática ilegal, a oposição estratégica ocorre entre as ilegalidades e a delinquência. O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de ilegalidade: produzir delinquentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinquente como sujeito patologizado. O sucesso da prisão: nas lutas em torno da lei e das ilegalidades, especificar uma ‘delinquência’. (FOUCAULT, 2001, p. 230)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Essa dessimetria de classe está inscrita na lei e justiça da ordem capitalista. A delinqüência, percebida como ilegalidade dominada, torna-se um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes, em diferentes modalidades de corrupção, tráfico e prostituição. Historicamente a utilização política dos delinqüentes se mostrou bastante eficiente também como linha auxiliar de dominação. E o Estado utiliza o sistema penal como instrumento para o controle diferencial das ilegalidades.

Não tratamos aqui de um poder, de um Estado ou de um sistema prisional em geral ou abstrato ou que paire acima da sociedade. Ao contrário, consideramos que a sua formação e seu desenvolvimento foram determinados em última instância pelas necessidades do modo de produção capitalista. Mas não se realizou da mesma forma em todas as formações nacionais, não obstante a semelhança entre os países ocidentais capitalistas, mas situou-se em cada lugar de acordo com princípios gerais mediados por contextos e processos históricos específicos.

E, para além de Foucault, destarte sua fundamental contribuição, o Estado estabelece com o seu sistema penal e sistema prisional, intimamente articulados, senão fundidos, um rígido sistema de controle social. O seu objeto não é o corpo ou o indivíduo: é a classe. A lei e a ordem são definidas para extrair artificialmente comportamentos delinqüentes das relações sociais, onde possuem um contexto, uma inserção, um sentido, uma história.

Bibliografia Citada

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELOSSI, Dario e PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica – as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006.

PASUKANIS, E.B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Janeiro: Renovar, 1989.

RUSCHE, George e KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2004.

A problemática da História nos Grundrisse de Marx

Pedro Leão da Costa Neto*

O objetivo do presente ensaio é problematizar a concepção histórica de Marx desenvolvida nos *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, redigidos nos anos 1857 – 1858, que representou a primeira sistematização de seus estudos de economia política, retomados após a derrota da revolução de 1848. Acreditamos que, para entendermos a especificidade desta concepção, é necessário analisar três aspectos associados a sua redação: o primeiro, a conjuntura de crise econômica dos anos de 1856-1858, no interior do qual os *Manuscritos de 1857-1858* foram elaborados; o segundo, a re-leitura da filosofia de Hegel, em particular de sua *Ciência da Lógica*, que Marx realizou justamente neste momento e o terceiro, as investigações de Marx referentes às formações sociais pré-capitalistas, que tiveram seus inícios em seus trabalhos dedicados à sociedade asiática, desde o princípio da década de 1850.

I – A crise econômica e a redação dos *Grundrisse*

Os diferentes escritos de Marx redigidos durante a crise econômica mundial dos anos 1856-1858¹ – desde a sua correspondência até os *Manuscritos de 1857-1858*, estão profundamente marcados pela eclosão e desenrolar desta crise,

* Professor do Mestrado de História da Universidade Tuiuti do Paraná. Doutor em Filosofia pela Universidade de Varsóvia. Este artigo é uma versão expandida da nossa comunicação apresentada no V Colóquio Nacional de Filosofia da História realizado em Salvador - agosto de 2009.

¹ É comum datar a crise econômica aos anos 1856

– 1857, entretanto se nos referimos aqui ao período 1858

– 1858 é que desde meados do ano 1856, Marx já dedicava uma forte atenção aos primeiros sinais de uma eclosão da crise. Para maiores referências sobre as atividades de Marx neste período, consultar o escrito de Marcello Musto (2009) e sobre o desenrolar da crise Michel Krätke (2007: 150ss.).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

assim como, pela esperança de seus desdobramentos revolucionários, que se manifestam na idéia da iminência de uma revolução. Esta crise, como observa Krätke (2007: 152), “ultrapassa em profundidade e em dimensão, todas as crises conhecidas até agora, a ponto de tornar-se a primeira verdadeira crise do mercado mundial da história do capitalismo”. Particularmente revelador neste sentido é acompanhar a correspondência de Marx e Engels e os artigos de Marx dedicados à crise e publicados no *New York Daily Tribune*, entre 1856-1858². É importante destacar que Marx e Engels pensam esta crise, a partir do desenrolar da crise de 1847-1848³, que desembocou em uma grande onda revolucionária. Em *A Crise Monetária na Europa*, um de seus artigos redigidos para o referido jornal norte-americano, Marx observa:

Daqui a preocupação das classes altas da Europa ligada a gosto amargo, que a vitória sobre a revolução serviu somente para, que no ano de 1857 existissem as condições materiais para a realização dos objetivos, que no ano 1848 eram apenas ideais. Todo este período desde meados de 1849 até os dias atuais mostra-se somente como um momento de alívio concedido pela história da antiga sociedade europeia, para poder por fim mostrar um concentrado de todas as suas tendências. (MARKS & ENGELS, 1967: 163).

A correspondência entre Marx e Engels, como observamos anteriormente, nos oferecem importantes

² Sobre a importância dos artigos jornalísticos de Marx e sua relação com os trabalhos de Crítica da Economia Política, consultar os trabalhos de Sergio Bologna (1974) e de Krätke (2007).

³ Em seu importante escrito citado anteriormente, Bologna observa claramente a relação entre os períodos 1847-48 e 1857-58: “Se abria então o 1857, o ano fundamental, no qual finalmente tomaria corpo o programa teórico do partido dos operários revolucionários. Certamente a crise daqueles anos não foi para Marx somente um terreno de experimentação de hipóteses, ele a viveu com a convicção de uma eminente retomada revolucionária geral. Em 1848 o *Manifesto*, em 57 os *Grundrisse*. Mas uma vez que as coisas andaram diferentemente, uma vez que as previsões foram secamente desmentidas, hoje nós relemos todos estes materiais como uma mera sonda preparatória de um trabalho sistemático futuro.” (Bologna, 1974: 46).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

indicações, sobre a esperança dos dois revolucionários em uma revolução iminente. Em uma carta de Engels para Marx, datada de 14 de abril de 1856, observa:

Agora começa a última fase de febre especulativa: a Rússia importa capital e especulação, e com tais distâncias e ferrovias de centenas de milhas de distância, dará origem a tal especulação que não tardará em levar ao *craque*. (...) Esta vez o *craque* superará a tudo o conhecido anteriormente, todos os fatores estão presentes: intensidade, extensão universal e envolvimento de todas as camadas sociais proprietárias e dominantes. (MARKS & ENGELS, 1972: 46-47).

Dois dias depois Marx escreveu a Engels, dando notícias de sua participação no Banquete para celebrar o aniversário do *People's Paper* e do discurso lá proferido – que analisaremos na seqüência; referindo-se a situação na Alemanha, afirma: “Na Alemanha tudo dependerá da possibilidade de apoiar a revolução proletária com uma segunda edição da Guerra Camponesa. Então tudo andará de forma esplendida”. (MARKS & ENGELS, 1972: 49-53).

Em uma carta endereçada a Engels de 26 de setembro de 1856, aparece uma clara referência às dimensões da crise e a necessidade dos preparativos para a revolução que se aproxima:

Creio que no mais tardar no inverno de 1857, irromperá uma grande crise monetária. (...) Em todo caso diferentemente das crises anteriores, a França inventou uma forma na qual a febre especulativa pode estender-se e se estendeu a toda a Europa. (...) Além de tudo, desta vez a coisa tomou forma em escala européia de uma maneira nunca antes alcançada, e eu não creio que continuaremos aqui sentados por muito tempo como espectadores (...) a mobilização das nossas forças esta próxima. (MARKS & ENGELS, 1972: 84-85).

Apenas alguns dias depois, em uma carta endereçada a

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Marx, Engels afirma:

Queria saber, quanto da ação especulativa continental se encontra na Inglaterra; me parece, que é uma quantidade imensa. Dessa vez será o dies irae, como nunca dantes. Toda indústria européia em queda total, todos os mercados saturados (para a Índia não se envia nada atualmente), todas as classes dominantes envolvidas na especulação, bancarrota completa da burguesia, guerra e caos no grau mais elevado. Eu igualmente acho que tudo se realizará neste anno 1857. (MARKS & ENGELS, 1972: 87-88).

Em uma carta especialmente reveladora, neste mesmo sentido, em novembro de 1857, Engels escreve a Marx:

A crise tem desta vez um decorrer muito particular. A especulação das ações na França e na Alemanha encontra-se desde um ano em um estado pré-crítico, entretanto somente agora a especulação com ações em seu principal centro, em Nova Iorque, teve um craque, e desta maneira chegou a um momento decisivo. (...) Além da ação especulativa envolveu todas as matérias primas e produtos coloniais. (...) Assegurado esta também a expansão e o prolongamento da crise. (...) O único que poderíamos desejar é que a "melhoria" em direção da crise crônica adviesse antes que surja o segundo e decisivo golpe principal. Faz falta uma pressão crônica durante certo tempo para aquecer as massas populares. Então o proletariado desferirá melhor o golpe, com mais conhecimento de causa e de maneira mais coordenada. (...) Não gostaria que os acontecimentos começassem demasiado cedo, antes que toda a Europa estivesse envolvida, de outra maneira a luta seria mais difícil, mais longa e com mais flutuações. (...) Durante os últimos sete anos, apesar de tudo, a sujeira burguesa tinha, de certa maneira, também me alcançado, agora me sinto completamente limpo e me sinto outra pessoa. A crise será tão útil ao meu organismo como os banhos de mar. Dizíamos em 1848: agora chegou a nossa vez, e em certo

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

sentido tinha chegado, porém desta vez chegou definitivamente, e desta vez será uma luta de vida ou morte. Meus trabalhos militares adquirem assim um maior sentido prático; me perei imediatamente a estudar a organização militar existente e a tática elementar dos exércitos prussiano, austríaco, bávaro e francês; praticarei, além disso, a equitação, isto é, a caça a raposa, que é uma verdadeira escola. (MARKS & ENGELS, 1972: 247-252).

Esta última frase não deixa de nos remeter a uma certa “divisão do trabalho” entre os dois camaradas.

Marx e Engels, como demonstram os diferentes extratos de sua correspondência, depositavam grandes esperanças no desenlace revolucionário da crise. Em outros momentos de sua correspondência, observa os problemas colocados pela possibilidade de uma revolução vitoriosa em uma região –o continente europeu-, em um momento no qual o capitalismo ainda se encontra em pleno desenvolvimento em outras áreas:

Não podemos negar que a sociedade burguesa experimentou pela segunda vez seu século XVI, um século décimo sexto que, o espero, soará o sino de finados da sociedade burguesa do mesmo modo que o primeiro lhe deu a luz. A missão particular da sociedade burguesa é o estabelecimento do mercado mundial, ao menos em esboço, e da produção baseada no mercado mundial. Como o mundo é redondo, isto parece ter sido completado pela colonização da Califórnia e Austrália e a abertura da China e do Japão. O difícil para nós é isto. No continente, a revolução é iminente e assumirá também de imediato um caráter socialista. Não estará destinada a ser derrotada neste pequeno rincão, tendo em conta que em um território muito maior o movimento da sociedade burguesa está, todavia, em acenso? (MARKS & ENGELS, 1972: 427-428)

Depois de termos reconstruído, a partir da

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

correspondência entre Marx e Engels, a idéia das dimensões da crise e a perspectiva da revolução iminente, analisaremos o discurso de Marx, pronunciado no aniversário do jornal cartista *People's Paper*, aonde podemos encontrar, ao lado de uma sintética exposição do Materialismo Histórico, a idéia da iminência da revolução, apresentada da maneira mais clara e expressiva, apesar de sua extensão da citação, julgamos importante reproduzi-lo na sua totalidade:

As chamadas revoluções de 1848 não foram mais que pequenos fatos episódicos, ligeiras fraturas e fissuras na dura crosta da sociedade européia. Bastaram, entretanto, para revelar o abismo que existia debaixo desta crosta. Demonstraram que sob essa superfície, tão sólida na aparência, existiam verdadeiros oceanos de matéria líquida, que só necessitavam ser postos em movimento para fazer saltar em pedaços inteiros continentes de rochas firmes. Proclamaram, de forma confusa e ruidosa, a emancipação do proletariado, esse segredo do século XIX e da sua revolução.

É verdade que essa revolução social não foi uma novidade inventada em 1848. O vapor, a eletricidade e o tear mecânico foram revolucionários muito mais perigosos que os cidadãos Barbès, Raspail e Blanqui. Porém, apesar de que a atmosfera na qual vivemos exerce sobre cada um de nós uma pressão de 10.000 quilos, por acaso a sentimos? Não, em grau maior que a sociedade européia, antes de 1848, sentia a atmosfera revolucionária que a rodeava e que a pressionava de todos os lados.

Nos encontramos na presença de um grande fato característico do século XIX, que nenhum partido se atreverá a negar. Por um lado, despertaram forças industriais e científicas cuja existência não teria podido sequer suspeitar nenhuma das épocas históricas precedentes. Por outro lado, existem sintomas de decadência que superam em muito aos horrores que registram a história dos últimos tempos do Império Romano. Hoje em dia, tudo parece levar em seu seio sua própria contradição. Observamos que as máquinas, dotadas de maravilhosas propriedades de reduzir e

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

tornar mais frutíferos o trabalho humano provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas se convertem, por obra de uma estranha magia, em fonte de privações. Os triunfos da técnica parecem ter sido adquiridos a custa das qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; porém, ao mesmo tempo, o homem se converte em escravo de outros homens ou de sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece não poder brilhar mais que sobre o fundo tenebroso da ignorância. Todos nossos inventos e nosso progresso parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta. Este antagonismo entre a indústria moderna e a ciência, por um lado, e a miséria e a decadência, por outro; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato palpável, irresistível e incontroverso. Alguns partidos podem lamentar este fato; outros podem querer desfazer-se dos progressos modernos da técnica de forma a se verem livres dos conflitos atuais; outros podem imaginar que este notável progresso industrial deve complementar-se com uma regressão política igualmente notável. Pelo que se refere a nós, não nos enganamos a respeito da natureza deste espírito maligno que se manifesta constantemente em todas as contradições que acabamos de assinalar. Sabemos que para fazer funcionar as novas forças da sociedade se necessita unicamente que estas passem para as mãos de novos homens, e que tais novos homens são os operários.

Estes são igualmente uma invenção da época moderna, como as próprias máquinas. Em todas as manifestações que provocam o desconforto da burguesia, da aristocracia e dos pobres profetas da reação, reconhecemos ao nosso bom amigo Robin Goodfellow, a velha toupeira que sabe cavar a terra com tanta rapidez, esse digno pioneiro que se chama Revolução. Os operários ingleses são os primogênitos da indústria moderna. E não serão, naturalmente, os últimos a contribuir a revolução social produzida por essa indústria, revolução que significa a emancipação de sua

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

própria classe em todo o mundo e que é tão universal como a dominação do capital e a escravidão assalariada. Conheço as lutas heróicas travadas pela classe operária inglesa desde meados do século passado, e que não são tão famosas por terem sido mantidas na obscuridade e silenciadas pelos historiadores burgueses. Para vingar-se das iniquidades cometidas pelas classes dominantes, na Idade Média existia na Alemanha um tribunal secreto chamado "*Vehmgericht*". Se alguma casa aparecia marcada com uma cruz vermelha, o povo sabia que o proprietário da referida casa havia sido condenado pelo "*Vehme*". Hoje em dia, todas as casas da Europa estão marcadas com a misteriosa cruz vermelha. A História é o juiz; o agente executor de sua sentença é o proletariado. (MARX & ENGELS, 1972: 3-5).

Marx neste discurso destaca vigorosamente, através de uma análise dialética entre o manifesto e o oculto e, utilizando a célebre imagem da "velha toupeira", o papel decisivo desempenhado pelo desenvolvimento das forças produtivas, na criação das condições objetivas para a eclosão da revolução social e a sua iminência.

Por fim, o próprio Marx em sua correspondência destaca a relação entre a crise econômica e a redação de seus *Manuscritos*. Em uma carta enviada a Engels no mês de dezembro de 1857, observa: "Eu trabalho como um louco por noites inteiras para coordenar meus trabalhos de economia, para antes do *déluge*, clarificar ao menos as questões fundamentais". (MARKS & ENGELS, 1972: 267-268). Neste mesmo sentido alguns dias depois escreveu a Lassale: "A crise comercial atual levou-me a me dedicar seriamente à redação dos meus fundamentos da economia política, ao mesmo tempo que preparo alguma coisa sobre a crise presente." (MARKS & ENGELS, 1972: 648).

II - A re-leitura de Hegel

Ao lado da idéia da iminência da revolução, outra importante questão que desempenhou um importante papel

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

na redação nos *Grundrisse*, foi o “acaso teórico” da re-leitura realizada por Marx da obra de Hegel, em particular da *Ciência da Lógica*. Em uma carta a Engels de meados de janeiro de 1858, observa: “No tocante ao *método* de elaboração do material, me foi de grande utilidade o fato de *by mere accident*, ter novamente folheado a *Lógica* de Hegel”. (MARKS & ENGELS, 1972: 309).⁴ E acrescenta: “Se alguma dia chegarei a ter novamente tempo para um semelhante trabalho, gostaria muitíssimo de tornar acessível ao senso comum, em dois ou três cadernos de imprensa, o que é *racional* no método que descobriu Hegel, mas que ao mesmo tempo envolveu em um misticismo”. (MARKS & ENGELS, 1972: 309).

Podemos novamente encontrar, na correspondência entre Marx e Engels e nos *Manuscritos de 1857-1858* referências sobre os perigos de recair em uma forma de exposição idealista, em uma passagem dedicada à gênese do dinheiro, observa: “Em outro momento, antes de deixarmos este problema, será necessário corrigir a maneira idealista de expô-lo, que dá a impressão de tratar-se de puras definições conceituais e da dialética desses conceitos”. (MARX, 1980a: 77). Marx em duas outras passagens da mesma obra indica a estreita relação entre o “modo de exposição” e a crise como manifestação da idéia da iminência da revolução; nos referimos a passagens onde Marx desenvolve o plano da exposição de sua futura obra, afirma: “O mercado mundial constitui por sua vez o pressuposto, o suporte do conjunto. As crises representam então o sintoma geral da superação (desse) pressuposto e o impulso para a assunção de uma nova forma histórica”. (MARX, 1980a: 163). E algumas páginas adiante: “Por último, o mercado mundial. Domínio da sociedade

⁴ Segundo diferentes comentadores da obra de Marx, esta nova leitura da filosofia de Hegel, terá uma importante consequência para a sua obra ulterior. O filósofo alemão Alfred Schmidt foi um dos primeiros a chamar a atenção: “Na realidade, a estrutura metodológica de sua obra se baseia em uma segunda apropriação, iniciada nos finais dos anos 50, da *Grosse Logik* hegeliana, que para a realização de sua análise econômica é tão importante como o conceito de trabalho da *Phänomenologie des Geistes* para sua ‘autocompreensão’ na época anterior a 1848”. (SCHMIDT, 1968: 102). Recentemente, o marxista italiano Roberto Fineschi (2006: 23-47) voltou a chamar a atenção para a importância desta “segunda leitura” de Hegel.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

burguesa sobre o estado. As crises. Dissolução do modo de produção e da forma da sociedade fundados no valor de troca. O trabalho individual posto realmente como social e vice-versa". (MARX, 1980a: 204).⁵

III – Marx e as formações sociais pré-capitalistas

Desde a *Ideologia Alemã* e o *Manifesto Comunista*, Marx referiu-se a existência histórica de diferentes formas de propriedade e sociedade; porém será somente a partir da década de 1850 que estas análises ganham uma importância decisiva. A ocasião para ocupar-se do estudo e da análise das sociedades pré-capitalistas, surgiu da necessidade de analisar para o *NYDT*, os debates referentes à Índia na Câmara dos Comuns. Os seus artigos como correspondente e a sua troca de cartas com Engels, oferecem um importante testemunho sobre estas questões e iluminam a elaboração do conceito de Modo de Produção Asiático. (GODELIER: 1969; 1970).

Particularmente importantes, neste sentido, são as cartas do mês de junho de 1853. Engels em sua carta endereçada a Marx, de 6 de junho, observa: "A ausência da propriedade privada do solo é efetivamente a chave para todo o Oriente. Aqui reside a história política e religiosa." (MARKS & ENGELS, 1970: 286). Analisando o significado da expansão colonial inglesa, a dissolução das antigas relações sociais e o processo de transformações econômico e social ocorridos na Índia, Marx destaca o papel histórico desempenhado pela produção capitalista:

⁵ Em sua correspondência com Engels encontramos igualmente exemplos desta preocupação, Marx observa na carta de 2 de abril de 1858, dedicada a exposição do plano de seus "Fundamentos": "Toda esta merda deve se dividir em 6 livros: 1. Do Capital, 2. Propriedade Fundiária, 3. Trabalho Assalariado, 4. Estado, 5. Comercio Internacional, 6. Mercado mundial. I. O Capital se divide em 4 secções: a) Capital em geral. (...). b) A concorrência (...), c) O Crédito (...), d) O Capital por ações, como a forma mais perfeita, (passagem ao comunismo) no mesmo tempo com todas contradições". (MARKS & ENGELS, 1972: 370-371). Engels em sua resposta de 9 de abril de 1858, sublinhando o caráter abstrato e dialético do sumário recebido, observa que este tom especulativo provavelmente desaparecerá na exposição final. (MARKS & ENGELS, 1972: 378).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

O período burguês da história está chamado a lançar as bases materiais de um mundo novo; a desenvolver, por um lado, o intercâmbio universal, baseado na dependência mútua do gênero humano, e os meios para realizar esse intercâmbio; e, por outro lado, desenvolver as forças produtivas dos homens e transformar a produção científica em um domínio sobre as forças da natureza. A indústria e o comércio vão criando essas condições de um mundo novo do mesmo modo como as revoluções geológicas criaram a superfície da Terra. E só quando uma grande revolução social se apropriou das conquistas da época burguesa, o mercado mundial e as modernas forças produtivas, submetendo-as ao controle comum dos povos mais avançados, só então o progresso humano deixará de parecer a esse terrível ídolo pagão que só queria beber o néctar no crânio do sacrificado. (MARKS & ENGELS, 1965: 252-253).

Acreditamos que os três aspectos analisados acima, a idéia da iminência da revolução, a re-leitura da *Lógica* de Hegel e os estudos dedicados aos modos de produção pré-capitalistas, tomados em conjunto ou separado, desempenharam um papel decisivo na redação e na concepção teórica presente nos manuscritos e foram justamente estes aspectos, que em grande parte permitiram que os *Grundrisse* se transformassem em uma obra que fundamentou as leituras mais variadas da obra de Marx, chegando até mesmo a ser elevada à estatura de o anti - *O Capital*.⁶

⁶ As interpretações dos *Grundrisse* são as mais desencontradas. Desde as leituras que opõem os *Grundrisse* a *O Capital*, cujo exemplo clássico podemos encontrar no famoso livro de Antonio Negri, *Marx oltre Marx*, que o faz, partindo de uma perspectiva anti-hegeliana. (NEGRI, 1979: 17-19); até ao marxista espanhol Manuel Sacristán, que chegará a um juízo mais radical e unilateral destes manuscritos: “Os *Grundrisse* são (...) – por culpa de Hegel – o pior texto de Marx”. (SACRISTÁN, 2004: 83-84). Fritz Wolfgang Haug (HAUG, 2005: 293), por sua vez, manifesta sua ironia a respeito das diferentes interpretações que privilegiam os *Grundrisse* em detrimento das obras sucessivas de Marx. Consultar para uma análise geral da obra, o comentário clássico de Roman Rosdolsky (2001).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

IV – A concepção de História nos Grundrisse

Uma vez estabelecidos os pressupostos da nossa leitura, podemos nos ocupar agora, da concepção de história presente nos *Manuscritos de 1857-1858*. O que tornam estes escritos particularmente importantes para uma análise desta concepção⁷ é a presença aqui, de um conjunto de passagens e fragmentos; nos quais Marx se ocupa de questões decisivas para a elaboração de sua teoria da história, como por exemplo, as dedicadas as diferentes formas de sociabilidade (*Formas que precedem a produção capitalista*), a contradição entre forças produtivas e relações de produção e a transição ao Comunismo como resultado necessário das contradições crescentes no interior do Modo de Produção Capitalista (*Fragmento sobre as Máquinas*).⁸ Procuraremos mostrar que os três diferentes aspectos analisados anteriormente nos permitem problematizar estas referidas passagens. Em razão do espaço, deste artigo, só poderemos nos deter em algumas destas passagens.

Em uma conhecida passagem do Caderno I, que podemos caracterizar como um esboço da sua teoria (ou filosofia da história?), Marx nos oferece uma análise das sucessivas formas históricas de sociabilidade e das condições necessárias para a criação do indivíduo plenamente desenvolvido:

As relações de dependência pessoal (no começo sobre uma base de todo natural) são as primeiras formas sociais

⁷ Martin Nicolaus, em seu artigo dedicado aos *Grundrisse*, destaca sua decisiva importância para a compreensão da concepção histórica de Marx: “Ainda que naquele momento ele não pudesse saber, este seria o único de seus trabalhos no qual a sua teoria do capitalismo desde as origens até o seu colapso estaria esboçada na sua totalidade”. (NICOLAUS, 1980a: XIV).

⁸ É desnecessário lembrar que entre os manuscritos constitutivos dos *Grundrisse* esta a *Introdução a Crítica da Economia Política* (MARX, 1980a: 3-33), o escrito mais importante de Marx do ponto de vista metodológico, uma análise desta *Introdução*, de sua relação com o pensamento de Hegel e com a filosofia da história marxiana são de central importância, entretanto sua análise ultrapassaria os limites do nosso artigo.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

nas quais a produtividade humana se desenvolve somente em um âmbito restrito e em locais isolados. A independência pessoal fundada na dependência com relação às coisas é a segunda forma importante na qual chega a constituir-se um sistema de metabolismo social geral, um sistema de relações universais e de capacidades universais. A livre individualidade fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro. Tanto as condições patriarcais como as antigas (e também feudais) se desagregam com o desenvolvimento do comércio, do luxo, do dinheiro, do valor de troca, na mesma medida a qual vai paralelamente crescendo a sociedade moderna. (MARX, 1980a: 85).

Marx neste parágrafo de importantes implicações teóricas apresenta o processo histórico como a sucessão de três distintas formas de sociabilidade: as relações baseadas na dependência pessoal (modos de produção pré-capitalistas), a independência pessoal fundada na dependência com relação às coisas (modo de produção capitalista), e a livre individualidade fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos (comunismo). Marx retoma aqui o conceito de alienação⁹, concebido como a subordinação do indivíduo a coisa e identifica o comunismo com o pleno e universal desenvolvimento da individualidade. É igualmente importante sublinhar, que segundo as próprias palavras de Marx, o segundo estágio criaria as condições do terceiro, portanto o capitalismo criaria as condições para o comunismo.¹⁰

⁹ Para uma discussão dos diferentes significados do conceito de alienação em Marx e de sua relação com a teoria marxiana da história, consultar o trabalho de Fineschi. (2005: 101-124).

¹⁰ O marxista italiano Costanzo Preve, que dedicou recorrentes comentários a esta passagem, a considerou como: "as frases (...) filosoficamente mais importantes da inteira obra de Marx". (PREVE, 1994: 59). Consultar do mesmo autor (PREVE, 2004: 162-180). Ao contrário, o marxista espanhol, Manuel Sacristán (2004: 98-100) identificará nesta passagem uma clara influência do "esquema triádico hegeliano".

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Em inúmeras outras passagens do manuscrito, Marx retorna a idéia do papel desempenhado pelo capitalismo na criação das condições, graças ao seu caráter eminentemente contraditório, para o pleno desenvolvimento da personalidade e para a realização do comunismo:

O grande sentido histórico do capital é o de criar este *trabalho excedente*, trabalho supérfluo desde o ponto de vistas do mero valor de uso, da mera subsistência. (...) Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital, impulsiona o trabalho além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, tão multilateral tanto na produção como no consumo, e cujo trabalho, portanto não se apresenta já como trabalho, senão como desenvolvimento pleno da atividade mesma, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta, porque uma necessidade produzida historicamente substitui a natural. Por esta razão *o capital é produtivo, ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*. E só deixa de ser quando o desenvolvimento destas forças produtivas encontram um limite no próprio capital. (MARX, 1980a: 266-267)

Ou, em uma outra passagem aonde associa a superação da alienação ao pleno desenvolvimento das forças produtivas materiais:

A forma mais extrema da alienação, na qual o trabalho, a atividade produtiva, aparece com relação a suas próprias condições e seu próprio produto na relação do capital com o trabalho assalariado, é um ponto de partida necessário e por isso contém em si, ainda quando de forma invertida, apoiada sobre a cabeça, a dissolução de todos os pressupostos limitados da produção e, melhor produz e cria os pressupostos não condicionados da produção e, por isso as condições materiais plenas para o desenvolvimento universal, total, das forças produtivas dos indivíduos. (MARX, 1980a: 479).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

É importante sublinhar, como Marx, nestes Manuscritos, retomará e desenvolverá aqui elaborações do período anterior (em particular a *Ideologia Alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*), onde tinha desenvolvido as suas teses sobre a concepção materialista da história. Em uma passagem, que faz ressonar o *Manifesto Comunista*; Marx retorna a idéia da "grande influência civilizadora do capital":

A exploração da terra em todas as direções, (...) o desenvolvimento ao máximo das ciências naturais, (...) o cultivo de todas as propriedades do homem social e a produção do mesmo como um indivíduo cujas necessidades se desenvolveram o mais possível, (...) a produção fundada sobre o capital cria por um lado a indústria universal. (...) O capital cria assim a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza como da relação social mesma pelos membros da sociedade. Hence the great civilising influence of capital; sua produção de um nível da sociedade, frente ao qual todos os anteriores aparecem como desenvolvimentos meramente locais da humanidade e como uma idolatria da natureza. Pela primeira vez a natureza se converte puramente em objeto para o homem, em coisa puramente útil; cessa de reconhecer-la como poder para si. (...) Passa por cima das barreiras e prejuízos nacionais. (...) Opera destrutivamente contra tudo isso, é constantemente revolucionário, derruba todas as barreiras que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas. (...) A universalidade a que tende sem cessar, encontra entraves em sua própria natureza, as que em certa etapa do desenvolvimento do capital reconhecerão como a barreira maior para essa tendência e, por conseguinte conduzirão a abolição do capital por meio de si mesmo. (MARX, 1980a: 361-362).

Marx opõe aqui, portanto, o modo de produção capitalista, resultado do máximo desenvolvimento das ciências naturais, da indústria universal, da apropriação universal da natureza e da relação entre os homens, as diferentes formas

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

de produção puramente locais, sublinhando por sua vez, por um lado, o caráter civilizatório do Modo de Produção Capitalista e por outro lado, o seu aspecto histórico e transitório, resultante da contradição entre forças produtivas e relações de produção.

Algumas páginas adiante, referindo-se mais uma vez ao aspecto da transitoriedade do capitalismo, Marx desenvolve uma crítica aos economistas por desconhecerem o seu caráter histórico: “os economistas burgueses, que consideram ao capital como uma forma produtiva eterna e *conforme a natureza* (não a história), tratam sempre de justificá-lo tomando as condições de seu devir pelas condições de sua realização atual.” (MARX, 1980a: 421). Ao contrário dos economistas, o nosso autor contrapõe o caráter aberto do capitalismo, tanto em relação ao seu passado como ao seu futuro:

Se por um lado, as fases pré-burguesas se apresentam como pressupostos *puramente históricos*, ou seja, abolidos, por outro lado, as condições atuais da produção se apresentam como *abolindo-se a si mesmas* e portanto como pondo os *pressupostos históricos* para um novo ordenamento da sociedade. (MARX, 1980a: 422).

Será, portanto, relacionado a esta dupla abertura, que permite caracterizar o Modo de Produção Capitalista, como uma forma social de transição:

Aparece aqui a tendência universal do capital, que o diferencia de todos os estágios anteriores da produção. Ainda que seja limitado por sua própria natureza, tende a um desenvolvimento universal das forças produtivas e se converte na premissa de um novo modo de produção. (...) Esta tendência – que é inerente ao capital, porém ao mesmo tempo o contradiz como forma limitada de produção e, por conseguinte, tende a sua dissolução – distingue o capital de todos os outros modos de produção e o implica, por sua vez, que aquele esteja posto como simples ponto de transição. (MARX, 1980b: 31).

É neste sentido que adquirem pleno sentido e

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

assumem uma importância central os dois célebres fragmentos citados anteriormente, ou seja: as *Formen* e o *Fragmento sobre as Máquinas*.

A análise desenvolvida por Marx das formações econômicas pré-capitalistas, como ele próprio observa, não possui um objetivo em si mesmo, mas sim, como formas históricas de produção que antecederam o capitalismo:

Para analisar as leis da economia burguesa não é necessário, escrever a *história real das relações de produção*. Porém a correta concepção e dedução das mesmas, enquanto relações originadas historicamente, conduzem sempre as primeiras equações (...) que apontam a um passado que jaz por trás deste sistema. (MARX, 1980a: 422)

Marx, desde as primeiras páginas das *Formen*, indica que seu objetivo é investigar a constituição dos pressupostos necessários da produção capitalista:

Se um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir e valorizar o dinheiro, (...), o outro pressuposto é a separação do trabalhador livre das condições objetivas da sua realização, em relação aos meios e material de trabalho. (MARX, 1980a: 433)

Marx na seqüência passa a analisar as três distintas formas de propriedade que antecederam o capitalismo, com suas diferentes modificações essenciais, históricas, locais: i) a comunidade tribal, ii) a comunidade e iii) a germânica, mostrando que:

Em todas estas formas, o fundamento da evolução é a *reprodução* das relações entre o indivíduo e sua comunidade *aceitas como dadas* – que podem ser mais ou menos naturais ou produto de um processo histórico,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

porém fixadas na tradição. (...) Tal evolução é, pois, *limitada* de início e se os limites forem transpostos seguir-se-á a decadência e a desintegração. (MARX, 1980a: 446).

E acrescenta “mas o livre e pleno desenvolvimento do indivíduo ou da sociedade é inconcebível, porque tal evolução entra em contradição com o relacionamento original.” (MARX, 1980a: 447).

Marx, perseguindo o mesmo objetivo, analisa o processo de dissolução das diferentes formas de propriedade, a partir da dialética entre forças produtivas e relações de produção:

Um estágio determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos indivíduos trabalhadores, a que correspondem relações determinadas dos indivíduos entre si e com a natureza. Até certo ponto, reprodução. Depois disto, transforma-se em dissolução. (MARX, 1980a: 456).

Após ter distinguido o capitalismo de todas as formas anteriores de produção e ter demonstrado que estas sucumbiram frente ao desenvolvimento da riqueza, Marx observa que a mesma contradição entre forças produtivas e relações de produção é uma característica constitutiva do capitalismo:

A partir de certo momento o desenvolvimento das forças produtivas se torna um obstáculo para o capital; portanto a relação do capital se transforma em uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho (...) e na sua qualidade de entrave se elimina necessariamente. (MARX, 1980b: 282).

Esta contradição se expressa nas crescentes crises, acompanhadas da destruição de parte do próprio capital, no qual se anuncia que ele mesmo deverá ser substituído por um “estágio superior da produção social”. (MARX, 1980b: 282).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Marx reafirma em diferentes passagens do escrito em questão, este caráter passageiro e transitório do capitalismo, entretanto, talvez seja em seu conhecido *Fragmento sobre a Maquinaria*, aonde esta concepção, de “que o capital, como força dominante da produção ele próprio opera a sua dissolução” (MARX, 1980b: 222) se encontra mais desenvolvida. Em repetidas passagens deste *Fragmento*, Marx sublinha o caráter eminentemente contraditório da produção capitalista, detenhamo-nos em uma delas:

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, a sua medida, e o valor de troca deixa também de ser a medida do valor de uso. O *trabalho excedente da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não trabalho de poucos* deixou de ser a condição do desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Por essa razão se desmorona a produção baseada no valor de troca, e processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e do antagonismo. Ocorre então o livre desenvolvimento da individualidade. (...) O capital mesmo é a contradição em processo, pelo fato que tende a reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (...) As forças produtivas e as relações – simples faces diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir de sua base limitada. Mas, de fato, são estas condições materiais que fazem explodir esta base. (MARX, 1980b: 228-229).

V – Conclusão

Procuramos mostrar no presente artigo, que os pressupostos históricos e teóricos, com os quais Marx se deparou na elaboração dos *Grundrisse* (a crise econômica, a releitura de Hegel e a preocupação com as sociedades pré-

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

capitalistas) deixaram claras marcas em sua redação. Segundo nossa leitura, são justamente estes aspectos que permitem explicar a presença de uma concepção teleológica do processo histórico. Estamos convencidos que, a mudança das condições históricas e teóricas com as quais Marx se defrontou, a partir dos anos 1860-1870: continuação de seus trabalhos de crítica da economia política e de seus estudos sobre as sociedades pré-capitalistas, a guerra franco prussiana e a derrota da Comuna de Paris, levaram nosso autor a um distanciamento da sua idéia de iminência da revolução e inclusive o levou a problematização de novas possibilidades revolucionárias. (Sacristán Luzón, 2004; Costa Neto: 2003).

Referências Bibliográficas

BOLOGNA, Sérgio. "Moneta e crisi: Marx corrispondente della New York Daily Tribune, 1856-1857", In: BOLOGNA, Sergio et al. *Crisi e organizzazione operaia*, Milano: Feltrinelli, 1974.

COSTA NETO, Pedro Leão da. "Marx Tardio: notas introdutórias". In: *Crítica Marxista*, n. 17, Campinas: 2003.

FINESCHI, Roberto. "Teoria della storia e alienazione in Marx." In: FINESCHI, Roberto (org.). *Karl Marx Rivisitazione e prospettive*. Milano: Mimesis, 2005.

FINESCHI, Roberto. *Marx e Hegel Contributi a una rilettura*. Roma: Carocci, 2006.

GODELIER, Maurice. *Sobre el Modo de Producción Asiático*. Barcelona: Martinez Roca, 1969.

GODELIER, Maurice. *Sur les Sociétés Précapitalistes*. Paris: Éditions Sociales, 1970.

HAUG, Fritz Wolfgang. Sul processo di apprendimento di Marx. Dai Grundrisse alla traduzione francese del Libro Primo del Capitale. In: MUSTO, Marcelo (org.). *Sulle Tracce di un Fantasma L' opera di Karl Marx tra Filologia e Filosofia*,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Roma Manifestolibri, 2005.

KRÄTKE, Michael. "Journalisme et Science – L'importance des travaux journalistiques de Marx pour La Critique de l'Économie Politique, In: *Actuel Marx*, n. 42, Paris: 2007.

MARKS, Karol e ENGELS, Fryderyk. *Dziela*. Vol. IX. Varsóvia: Książka i Wiedza, 1965.

MARKS, Karol e ENGELS, Fryderyk. *Dziela*. Vol. XII. Varsóvia: Książka i Wiedza, 1967.

MARKS, Karol e ENGELS, Fryderyk. *Dziela*. Vol. XXVIII. Varsóvia: Książka i Wiedza, 1970.

MARKS, Karol e ENGELS, Fryderyk. *Dziela*. Vol. XXIX. Varsóvia: Książka i Wiedza, 1972.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858, Vol. I. 11ª ed., Madrid: Siglo XXI, 1980a.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858, Vol. II. 11ª ed., Madrid: Siglo XXI, 1980b.

MUSTO, Marcello. "A vida de Marx no tempo dos Grundrisse: Notas biográficas entre 1857-1858", In: *Antítese - Marxismo e Cultura Socialista*, n. 7, Goiânia: CEPEC, 2009.

NEGRI, Antonio. *Marx oltre Marx Quaderno di lavoro sui Grundrisse*. Milano: Feltrinelli, 1979.

NICOLAUS, Martin. "El Marx desconocido". In: MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858, Vol. I. 11ª ed., Madrid: Siglo XXI, 1980a.

PREVE, Costanzo. *L' Eguale Liberta Saggio sulla natura umana*. Milano: Vangelista, 1994.

PREVE, Costanzo. *Marx inattuale Ereditá e prospettiva*, Torino: Bollati Boringhieri, 2004.

SACRISTÁN LUZÓN, Manuel. *Escritos sobre El Capital*,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Barcelona: El Viejo Topo, 2004.

SCHMIDT, Alfred. *Sobre el concepto del conocimiento en la crítica de la economía política, In: Karl Marx 1818/1868*, Bonn/Bad Godesberg: Inter Naciones, 1968.

La extraviada senda. El liberalismo ante el nacimiento de la República Populista (Argentina y Brasil, 1943-1946)

Ernesto Bohoslavsky *

Entre 1943 y 1945 buena parte de las elites liberales y conservadoras de Brasil y Argentina tenían la certeza de que se acercaba el final de la guerra y, con ella, el de muchos de los regímenes autoritarios que habían signado al mundo y la región en los últimos quince años. Proclamas desafiantes como el *Manifesto dos mineiros* de 1943 o la Marcha de la Constitución y la Libertad de septiembre de 1945 en Buenos Aires, clamaban por el regreso a la normalidad institucional, enmarcando a este proceso nacional como parte de una marcha global hacia la eliminación de las dictaduras. Como expresó *La Prensa* de Buenos Aires dos días después de la caída de Getúlio Vargas, la suerte de los regímenes autoritarios en Sudamérica venía marcada por el final de la guerra:

El dictador del Brasil que acaba de ser depuesto, fue saludado alguna vez –y no hace de esto mucho tiempo, como el primer caudillo americano de tipo moderno. Entendemos que se quería significar con esto que el doctor Vargas se diferenciaba de los hombres que, hasta su advenimiento al poder, habían hecho política y gobierno personales en este continente y se asemejaba a los dictadores europeos del siglo actual, tan admirados por los que parecen nacidos para mandar o ser mandados arbitrariamente, y que han tenido triste fin después de haber encarnecido, arruinado y destruido a sus respectivas patrias (La Prensa 1945a).

* Universidad Nacional de General Sarmiento / CONICET, Argentina. E-mail: ebohosla@ungs.edu.ar. Agradezco los comentarios de Cristiana Schettini a este trabajo, así como su estímulo a sumarme al estudio de la historia brasileña. Aproveché las sugerencias de Virginia Persello y María Dolores Béjar en las XII Jornadas Interescuelas-Departamentos de Historia, realizadas en Bariloche en octubre de 2009. Todas las traducciones del portugués al español aquí incluidas son responsabilidad mía.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Los líderes de la oposición liberal –y la gran prensa que los apoyaba– estaban confiados en que, pese a no contar con bases territoriales sólidas, habían obtenido el derecho a gobernar debido a su lucha contra la “fascistización” del país (SKIDMORE 2007: 89). Sin embargo, el optimismo que mostraban la União Democrática Nacional (UDN) y la Unión Democrática (UD) en el sentido de que la derrota del Eje traería automáticamente el desplazamiento de las figuras y organizaciones vinculadas a las dictaduras en Argentina y Brasil, era más una declaración voluntarista que una profecía. Sus candidatos, el *brigadeiro* Eduardo Gomes en Brasil, y los radicales José Tamborini y Enrique Mosca en Argentina, auto-identificados como los únicos demócratas convencidos, fallaron en su intento de vencer en las urnas a los hombres del régimen. Así, la oposición que había resistido las dictaduras en ambos países, vio con asombro entre diciembre de 1945 y febrero de 1946 que el nuevo orden democrático que se inauguraba, paradójicamente, iba a ser presidido por un militar que hasta meses atrás había sido ministro del régimen *de facto*: el general Eurico Dutra en Rio de Janeiro, y el coronel Juan Domingo Perón, en Buenos Aires. El discurso antifascista y pro-democrático, aun cuando tuvo una gran legitimidad social, no logró interpelar a las masas en el sentido de equiparar a Perón con Hitler, ni a Dutra con Goering. Quizás porque, como ha señalado Andrés Bisso (2005: 314), una vez que había quedado restablecido un sistema electoral pleno y con garantías, esa retórica había perdido atractivo y capacidad para dar sentido a la realidad. Al igual que el *queremismo* en Brasil, el peronismo parecía aunar, a ojos de los sectores más pobres de la sociedad, el respeto a la soberanía popular y las formas de la democracia con la promoción de la justicia social.

En este artículo intentaré caracterizar algunos de los discursos y organizaciones de oposición a las dictaduras, embanderados con la democracia y el antifascismo y que fueron apoyados por los principales medios de comunicación, en Argentina y Brasil sobre el final de la guerra. Una de las principales diferencias entre ambos casos es que en Buenos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Aires los comunistas participaron de la alianza anti-populista, mientras que en Río de Janeiro fueron excluidos. ¿Por qué? Es posible pensar que las razones no son de naturaleza ideológica o principista sino más bien de cálculo político y de vínculos históricos. Entre esos elementos a tener en consideración para comprender mejor esas diferencias cabría señalar a) la existencia de insurrecciones armadas con participación más o menos probada y socialmente acreditada, del Partido Comunista; b) la presencia de simpatizantes o afiliados al Partido Comunista dentro de las Fuerzas Armadas; c) el vínculo (real o imaginario) entre el comunismo y la dictadura o sus fuerzas políticas herederas (el peronismo y los dos partidos varguistas, PSD y PTB).

I. Ante el final de la guerra: la salida del Estado Novo (1943-1945)

Invocando razones de seguridad nacional tras haber desarticulado una supuesta sublevación comunista, Vargas inició en 1937 el régimen de *Estado Novo*, en el cual quedaron abolidas las instituciones democráticas y fueron suspendidos los partidos. El nombramiento de interventores en los Estados, el uso de la censura sobre la prensa gráfica (CAPELATO, 1998) y la persecución y encierro de opositores (TUCCI CARNEIRO, 2002) complementan el panorama político. La clausura de los canales políticos tradicionales y la imposición inconsulta de una Constitución inspirada en la *Carta del Lavoro* y en el régimen de Pilsudski (LEVINE, 1998: 51) enemistaron a Vargas con sectores de élite de varios Estados, que habían perdido parte de su capacidad para controlar las situaciones regionales, y en consecuencia, para influir en el ámbito nacional. Vargas coqueteó con el Tercer *Reich*, haciendo alarde de ser líder de un régimen que había dejado atrás a las vetustas doctrinas liberales e individualistas y que había derrotado al comunismo. En efecto, muchos dirigentes y militantes del Partido Comunista Brasileiro (PCB) fueron perseguidos, torturados y encerrados, entre ellos su líder, Luis Carlos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Prestes. Sin embargo, la oposición comunista al varguismo sobrevivió subterráneamente hasta 1943, sostenida en la convicción de que el dictador era el Mussolini brasileño. Mientras mantuvo esa tesitura, el PCB permaneció cerca de otras fuerzas políticas liberales y conservadoras, también enfrentadas a Vargas y convencidamente aliadófilas (el panorama no es muy distinto del que se dio en Argentina entre 1943 y 1945).

La oferta norteamericana de armamentos y de créditos y el hundimiento de barcos brasileños por parte de submarinos alemanes ayudaron a dejar de lado la posición de neutralidad frente al conflicto europeo. En agosto de 1942 Brasil se realineó junto a los Aliados y envió la *Força Expedicionária Brasileira* (FEB) a combatir al sur de Italia. El brusco giro en política internacional descolocó a toda la oposición, que veía cómo el régimen pasó de entregarle a Olga Benario a la Gestapo a considerarse el campeón de las democracias en la lucha contra el fascismo. La entrada de Brasil en la guerra generó que Moscú y el PCB dejaron de lado la caracterización de Vargas como fascista. Su nueva línea política sostenía que el país estaba involucrado en una guerra legítima y que debía primar, en consecuencia, el apoyo irrestricto a su gobierno hasta que terminara la conflagración (lo que se conoció como *a tese da união nacional*). Este giro alejó al comunismo del resto de los partidos opositores, que vieron en esa abrupta modificación de la postura no sólo una defección del bando antifascista sino, sobre todo, un alineamiento con Vargas. La oposición liberal no dejó de señalar dos cosas con respecto a la participación brasileña en la guerra. En primer lugar, que la solidaridad con los Aliados había sido desde 1939 su postura y no la del varguismo. En segundo lugar, que se evidenciaba una contradicción insalvable: Brasil estaba alineado en el exterior a favor de las democracias y contra el fascismo, pero en el interior no daba señales de tener la misma fe democrática. Como expresó la asociación de periodistas en un comunicado colectivo en marzo de 1945, era "tiempo de acabar con el absurdo de ostentar una democracia sólo para

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

uso exterior" (FRANCO, 1946: 184).

La ansiedad por mayores libertades, como las que se suponía que fue a defender la FEB generó un clima de opinión frente al cual el *Estado Novo* mal podía argumentar. El fracaso de la ofensiva alemana en la Unión Soviética prometía el final de la guerra en Europa y alentaba a imaginar un abandono generalizado de los regímenes autoritarios. Vargas, en sus discursos, comenzó a señalar la necesidad de darle alguna transición al *Estado Novo* (COTRIM 1999:cap. VII). A finales de 1943 declaró: "cuando termine la guerra, en un ambiente propicio de paz y de orden, con las garantías máximas a la libertad de opinión, ajustaremos la estructura política de la Nación, haremos, de forma amplia y segura, las necesarias consultas al pueblo brasileño" (FRANCO 1946: 124). La inminencia de la paz en Europa fue degradando la "paz sagrada" que beneficiaba al régimen varguista. Al *Estado Novo* le empezaron a llegar fuertes críticas, que hicieron patente que se había reducido su poder de censura sobre prensa y oposición.

En ese sentido actuaron algunos liberales de Minas Gerais, desplazados del poder bajo el *Estado Novo*, quienes se sintieron inspirados en 1943 al leer un manifiesto de profesores universitarios argentinos a favor de la democratización de su país: encontraron allí una práctica política que podían replicar en Brasil (CPDOC, 1981:23). En octubre dieron a conocer el *Manifesto dos Mineiros* que exigía la apertura del proceso político y el respeto a las libertades (CPDOC 1981:11 y 129). La publicación del *Manifesto* generó un fuerte impacto político por el hecho de que por primera vez en muchos años se hacía público un descontento liberal, pero además de que los firmantes eran parte de la elite civil *mineira*. Entre ellos se contaban intelectuales, empresarios, *ex-tenentes* y políticos liberales. Muchos comunistas adivinaron en el *Manifesto* el comienzo del final de la dictadura varguista (CPDOC, 1981:15). Los 92 firmantes del texto entendían que los principales problemas del país podían resolverse sin caer en el fascismo, figura con la que identificaban al *getulismo*. Después

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

de todo, la causa por la que Brasil entró en la guerra, peleando contra los autoritarismos era “para que la libertad y la democracia fueran restituidas a todos los pueblos” (FRANCO, 1946: 107). La lucha era global, porque en definitiva, “Brasil pertenece a la cultura occidental y de ella no se podrá aislar nunca” (en FRANCO, 1946: 104).

En 1944 y 1945 las impugnaciones se multiplicaron. Provenían de disidentes de izquierda, empresarios, estudiantes universitarios y un número creciente de organizaciones civiles, como asociaciones de abogados, de escritores, de profesores de derecho y periodistas. El Primer Congreso de Escritores de enero de 1945 expresó que la legalidad democrática era “garantía de la completa libertad de expresión del pensamiento, de la libertad de culto, de la seguridad contra el temor a la violencia y del derecho a una existencia digna” y que el sistema de gobierno debía ser “electo por el pueblo mediante el sufragio universal, directo y secreto” (en FRANCO 1946:133). Desde febrero de 1945 la prensa liberal, principalmente el enconado *O Estado de São Paulo* comenzó a atacar fuertemente la legislación *trabalhista*, asimilándola a las leyes laborales del fascismo (FERREIRA, 2003: 17). Cuando en marzo la prensa publicó una entrevista a José Américo de Almeida, planteando la necesidad de que se celebraran inmediatamente elecciones, parecía claro que la censura había dejado de funcionar y el régimen estaba en retirada (FRANCO, 1946: 143). Como expresó tajantemente Caio Mário Da Silva Pereira,

El Estado Novo se terminó con la entrevista de Jose Américo [...] Ninguno creía que el diario la fuera a publicar, y el diario la publicó. Ninguno creía que no fuese a pasar nada. Y no pasó nada. Ahí se terminó el Estado Nôvo. (CPDOC, 1981: 107)

Para descomprimir la presión tras la caída de Hitler y a la vez mostrar sus credenciales democráticas, el régimen amnistió a presos políticos, restableció relaciones diplomáticas con la URSS y facilitó la acción de la prensa y la creación de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

partidos políticos. La nueva legislación electoral obligaba a los partidos a tener un alcance nacional, lo cual constituía – amén de un mecanismo nacionalizador poderoso para una sociedad extremadamente desigual en términos étnicos, regionales y de ingresos- un intento de dejar atrás la política de la *República Velha*, considerada un juego de *coronéis* y oligarquías regionales (SOUZA, 1990:XXIV).

La convocatoria a elecciones para el 2 de diciembre de 1945 fue el pistoletazo de partida para la creación de los tres principales partidos políticos, que animaron la vida política brasileña hasta 1965, constituyendo por primera vez un sistema nacional de partidos: el Partido Social Democrático (PSD), el Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) y la opositora UDN, segura de capitalizar electoralmente la victoria de los Aliados y de estar dando la misma batalla que se libraba en Europa¹. Se suele considerar al *Manifesto* como el primer paso de la construcción de una oposición liberal-democrática que desembocó en la UDN en 1945. Según Alberto Deodato, uno de los firmantes, “Todos los firmantes del Manifiesto van a la UDN, porque todos estaban contra aquel estado de cosas” (CPDOC 1981:29). Para Dario de Almeida Magalhães, otro firmante, la UDN fue la heredera del texto de los mineiros y de los diputados cuyos mandatos habían sido cesados con el golpe de Estado de 1937 (CPDOC, 1981: 145). Sin embargo, el paso de avalar el *Manifesto* a ser afiliado, dirigente o candidato de la UDN no fue lineal ni compartido por todos aquellos que habían participado de la experiencia: si bien muchos terminaron involucrados en la creación de la UDN y los *mineiros* fueron muy importantes en su conducción en el período 1945-1964, otros actores no prosiguieron en la actividad política o se alinearon con el PSD o el Partido Republicano orientado por Artur Bernardes,

Según Benevides (2001), desde su fundación en abril de 1945 la UDN actuó como una confederación de partidos,

¹ Cuando en marzo de 1945 fue asesinado por la policía un dirigente estudiantil, en un acto de la UDN, Virgilio de Mello Franco indicó que el joven era un ejemplo “como sus camaradas que se baten en Italia” (FRANCO 1946:179)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

figuras y corrientes de opinión poco coherente. Auto-imaginado como el “partido da redemocratização” (BENEVIDES 1981:11) la UDN se pudo mantener unida mientras fue creíble la asimilación de Vargas con el fascismo. Caracterizado por interpelar directamente a las clases medias urbanas a través de sus discursos y su prensa, en términos de intereses económicos expresaba también los puntos de vista de latifundistas e industriales vinculados al capital foráneo. La UDN ponía el acento de su retórica en la defensa del liberalismo clásico, en un ferviente anti-populismo y una fuerte moralización de su discurso político. En la mirada udenista, el comunismo y el varguismo eran dos caras de un mismo fenómeno, el totalitarismo. En la II Convención de la UDN realizada el 18 mayo de 1946 en Rio de Janeiro, el punto 9 señala:

La UDN se opone decididamente al comunismo, oponiéndose al mismo tiempo a las medidas gubernamentales que, bajo el pretexto de combatirlo, redunden en la aplicación de métodos o prácticas fascistas, en detrimento de la democracia (Archivo CPDOC-FGV, Carpeta VMF c 1946.05.18)

De acuerdo a agentes policiales infiltrados en los sindicatos, el clima reivindicativo y huelguista se fue agravando entre los trabajadores a mediados de 1945. Las razones había que buscarlas en la crisis económica de posguerra, la ampliación de libertad de prensa, la amnistía a elementos “peligrosos”, la multiplicación de la movilización de los trabajadores y militantes en ámbitos urbanos y la legalización del Partido comunista (COTRIM 1999: 94). Efectivamente, la apertura del régimen favoreció también al PCB, que aprovechó la tolerancia policial y la amnistía de muchos de sus dirigentes lanzarse a las calles. El PCB coincidía con el PTB, el queremismo y algunos sindicatos, en postular la necesidad de realizar una asamblea constituyente antes de que se produjeran las elecciones presidenciales, de manera tal de habilitar la

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

presentación de Vargas como candidato. Los acuerdos – imaginados, firmados o al menos en vías de negociación- entre Vargas y Prestes a lo largo de 1945, tendientes a reducir la represión sobre el PCB a cambio del apoyo a la Convención constituyente convencieron a los dirigentes de la UDN de que no tenían allí a un *parceiro* confiable. Por ello se dieron por terminadas las conversaciones que venían manteniendo en São Paulo con dirigentes comunistas para sumarlos a la coalición anti-varguista (ALVEZ DE ABREU Y RAPOSO, 1981:267; CAMARGO et al. 1983: 122).

El 29 de octubre de 1945 Vargas fue depuesto por generales del Ejército que hasta entonces habían formado parte de su gabinete, como el ministro de Guerra Góes Monteiro y el candidato del PSD, Eurico Dutra. Un mes más tarde se realizaron las anunciadas elecciones presidenciales: Eduardo Gomes de la UDN obtuvo 35% de los votos, insuficientes frente al 55% de Dutra. En tercer lugar, con un sorprendente 10% de los votos, apareció el candidato presidencial del comunismo. Igual de impactante resultó que quince candidatos comunistas fueron electos diputados y que Luis Carlos Prestes asumiera como senador. El éxito electoral del PCB asustó a dirigentes y bases de la UDN y los incentivó a aceptar lineamientos y razonamientos políticos reaccionarios y muy influidos por la lógica de la guerra fría. Asimismo, disuadió a muchos militares durante el gobierno de Dutra de la idea de quitarle derechos políticos a Vargas: una maniobra así, especulaban, habría conducido a millones de trabajadores *getulistas* a las manos de un enemigo aun más temido, como era el comunismo (FRENCH, 1994: 160).

II. Régimen militar, Unión Democrática y peronismo (Argentina, 1943-1946)

Argentina vivió los años que van desde 1930 a 1943 bajo un manto de marcada deslegitimación del régimen político, debido a que los grupos conservadores en el poder recurrieron al fraude, la violencia política y el estado de sitio

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

para asegurar su predominio. El golpe del 4 de junio de 1943 no aportaba mayores promesas para la democracia: se trató de una dictadura militar con un acentuado carácter clerical-nacionalista, que impuso la enseñanza católica obligatoria en las escuelas, suprimió la vida partidaria y nombró como interventores en algunas provincias a figuras de extrema derecha. Dentro del grupo castrense en el poder había sectores favorables al Eje, pero la mayoría de los militares postulaba la necesidad de mantener la neutralidad en la contienda bélica. Las razones tenían que ver con el deseo de no ser arrastrados por Washington en su política de seguridad hemisférica y de mantener lo más abiertas que se pudieran las puertas del comercio exterior (NEWTON 1995). Las exportaciones agroganaderas pampeanas competían con las norteamericanas en el mercado internacional de granos y carne. Las razones del bloqueo de Estados Unidos a Argentina en ese momento debemos buscarlas allí y no tanto en una condena a los colaboradores del Eje (materia en la cual Vargas tenía más para aclarar que Perón). Sin embargo, esa neutralidad era denunciada por los opositores como una señal de coqueteo con el Tercer *Reich*.

En donde la dictadura ofreció una imagen más renovadora fue en el vínculo con los sindicatos y en la promoción de beneficios sociales para los trabajadores. El coronel Juan Domingo Perón, a cargo de la Secretaría de Trabajo y Previsión Social, intensificó sus vínculos con los dirigentes sindicales no comunistas y amplió la legislación laboral (creación del Estatuto del peón rural, vacaciones pagas, aguinaldo, etc.). Esa política fue denunciada como demagógica por la Sociedad Rural Argentina, el Partido Socialista y la gran prensa, decididamente inclinados contra el régimen militar (SIDICARO 1993: cap. VII). La fuerte presencia de trabajadores en las calles y en buen diálogo con el Poder Ejecutivo, así como la ampliación de los beneficios sociales generó lecturas racistas y discriminatorias en diferentes ámbitos del espectro político: desde el término "aluvión

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

zoológico" usado por el diputado radical Ernesto Sanmartino al de "descamisados", que resucitó el socialista Américo Ghioldi para referirse a los seguidores de Perón. En el fondo, lo que estos términos denunciaban era la pérdida de la deferencia social y la llegada de la política de masas.

Los partidos políticos tendieron a asociar de una manera reiterada a la dictadura (y a uno de sus más destacados hombres, el coronel Perón) con el fascismo, tal como hizo la União Democrática Nacional con Vargas y su candidato presidencial, Dutra. Dada la prohibición de efectuar actividades político-partidarias, la plataforma que más usaron los opositores a la dictadura fue la provista por la movilización antifascista. Ésta funcionó como un espacio de militancia, de formación de identidades y de reproducción de liderazgos políticos y sociales, así como un punto de encuentro multipartidario y a la vez a-partidario. Allí encontraron un campo común actores provenientes de distintas tradiciones políticas, que sostenían la idea de que Argentina era un país eminentemente liberal, democrático y laico, en el cual no había lugar para totalitarismos ni ultramontanismos (BISSO 2005). Esa lectura del pasado nacional tendía a destacar las raíces republicanas y liberales del país, y el carácter foráneo de los experimentos autoritarios. Esta particular forma de ver el pasado y la realidad nacional fue compartida por muchos liberales, la Unión Cívica Radical, el Partido Demócrata Progresista, el Socialista y el Comunista (al cual, sin embargo, no se le permitió ingresar a la mayor organización antifascista, la Acción Argentina, por considerárselo hasta 1943 como personero del "totalitarismo soviético"). Ello permitía la asimilación de la suerte de los Aliados con la vida política nacional, al igual que intentaba hacer la UDN en Brasil.

Tras la firma de la paz en Europa, se intensificó la presión opositora sobre la dictadura. De esta manera, cayó en desgracia el coronel Perón, quien fue detenido el 9 de octubre de 1945. Una rápida reacción de dirigentes sindicales permitió modificar el rumbo de la situación política, tras una poderosa

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

movilización de obreros a la ciudad de Buenos Aires el día 17 de ese mes. Perón pasó en días de ser un detenido a encabezar la fórmula presidencial del recientemente formado Partido Laborista. Fue la fortaleza del movimiento obrero argentino la que permitió sostener las aspiraciones de Perón, a diferencia de la debilidad y heteronomía de su par brasileño, inhábil para defender con éxito el proyecto queremista. Como mostró French (1988:43; 1989:23), este tipo de comparaciones transnacionales permiten explicar resultados radicalmente distintos a partir de procesos sociopolíticos similares: mientras que en un caso la clase obrera estaba organizada y era poderosa y consiguió orientar el proyecto populista hacia la satisfacción de muchos de sus intereses directos, en el otro, en Brasil, una débil organización tuvo menos capacidad para condicionar al populismo y evitar ser manipulada.

La candidatura de Perón a las elecciones presidenciales de febrero de 1946 polarizó el campo político y social, e invitó a todas las fuerzas opositoras (prensa, partidos, asociaciones empresarias y civiles, etc.) a dejar de lado sus diferencias. Así nació Unión Democrática, un frente electoral que reunió a los principales partidos para enfrentar al candidato del régimen militar con una fórmula presidencial unificada. Y si bien en los años anteriores se habían intentado otros frentes multipartidarios para democratizar el régimen político, lo particular de esta experiencia es que involucraba también a las fuerzas conservadoras. Contó con el apoyo explícito del embajador norteamericano y los periódicos más importantes del país, *La Nación* y *La Prensa*.² Los diarios presionaron a los grupos de dirigentes radicales “intransigentes” para que se

² Por entonces, ambos diarios acreditaban siete décadas de existencia ininterrumpida: *La Prensa* fue fundada en 1869 por José C. Paz. Hacia 1910 su tiraje alcanzaba 160.000 ejemplares y para 1945 vendía medio millón los domingos. *La Nación*, por su lado, nació en 1870, de la mano de Bartolomé Mitre, destacándose tanto por su tiraje como por su influencia (AJMECHET 2008, 2010; NÁLLIM 2010; SIDICARO 1993; TATO 2004:21). Estos órganos eran propiedad de familias “patricias”, y en sus posturas reflejaban los intereses de los grupos ligados a la gran propiedad rural, los sectores financieros y el comercio exterior (ROUQUIE 1982:51).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

incorporaran a la UD (La Prensa 1945b; 1945c).³ El director de *La Prensa* se involucró abiertamente en la discusión sobre el binomio presidencial, sugiriendo nombres y combinaciones.⁴

La inclusión del Partido Comunista en la UD fue festejada por la prensa liberal, que insistía en considerar a ese partido tan respetuoso de la democracia y las tradiciones nacionales como los demás miembros del frente electoral. *La Prensa*, que ponía en pie de igualdad los actos de los demócrata-progresistas, los radicales, los socialistas y los comunistas. De los *meetings* realizados por el Partido comunista se señalaba su carácter patriótico y pacífico y que la policía los reprimía sólo con el fin de sostener las chances electorales del “candidato nazi” (La Prensa 1945g; 1946b). En un acto de La Plata se destacaba que se coreó el Himno Nacional y luego “La Internacional” y que la multitud portaba retratos de próceres de 1810 y 1820 como Mariano Moreno y Bernardino Rivadavia junto a otros de Lenin y Stalin y “carteles con letreros y leyendas de carácter democrático relacionadas con el levantamiento del estado de sitio y otras cuestiones actuales” (La Prensa 1945h). La reproducción de un discurso de José Peter, dirigente de los trabajadores de frigoríficos, va en ese sentido. El cronista indica que el sindicalista

Censuró a la Secretaría de Trabajo y Previsión, calificándola de ‘comité político y foco nazi’ y manifestó después que la bandera azul y blanca, creada por Belgrano, ‘será la insignia comunista y no la camisa parda del coronel retirado’ (La Prensa, 1946c)

³ Como expresó *La Nación* el 11 de enero de 1945, si bien “el país sabe que la Unión Cívica Radical puede conquistar la victoria con su propio caudal de sufragios, sabe también que existe el peligro de que tal preponderancia numérica sea insuficiente para oponerse a influjos de otro orden, y que al amparo de la división popular podrían adquirir apariencia de verosimilitud desenlaces que en el caso contrario serían claramente absurdos” (en SIDICARO 1993:192).

⁴ En una carta del 9 de noviembre de 1945 el director de *La Prensa*, Alberto Gainza Paz sondeaba al entonces rector de la Universidad del Litoral acerca de la posibilidad de aceptar la candidatura vicepresidencial de la UD (SINDICATO DE LUZ Y FUERZA 1970:126).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

El aval a la candidatura de la UD implicó una tarea sistemática de desprestigio sobre Perón, de desestimación de sus propuestas y de sus seguidores (La Prensa, 1945d). Abiertamente, *La Prensa* expuso la idea de que el peronismo iba a contramarcha de la historia y la tradición (democrática) nacional (La Prensa, 1945e). El día de las elecciones, 24 de febrero de 1946, *La Prensa* insistía con la idea de que la única manera de entender al peronismo era atendiendo al impacto de su “propaganda engañosa” o a la “falta de carácter” de sus seguidores:

No hacemos una división entre los argentinos que sufragarán en defensa de la democracia y los que seguirán por la extraviada senda. Aunque los primeros resultaran vencidos por lo desigual de la batalla, nada los relevaría del deber de seguir combatiendo por las libertades de su patria [...] ni de la obligación de redimir a los conciudadanos que hubieren sido víctimas de una propaganda engañosa o de su propia falta de carácter (en AJMECHET 2008:2)

Para la gran prensa liberal el modelo ideal de gobierno era una república de ciudadanos calificados y de partidos políticos responsables y secularizados, respetuosos de la constitución, los derechos individuales y el libre juego de las fuerzas de mercado (NALLIM, 2010). Así, los partidos de principios se oponían al personalismo, el caudillismo y la demagogia que identificaban en el peronismo (La Prensa, 1945f). Al igual que la entrada de los caudillos a la ciudad de Buenos Aires en 1820, el ingreso de las “turbas” en la Plaza de Mayo en octubre de 1945 señalaba una “recurrencia regresiva” para *La Nación* (SIDICARO, 1993:192). El peronismo sólo era personalismo, libre de instituciones, principios y partidos: “No se trata de partidos que han levantado una candidatura, sino de una candidatura que ha dado motivo para la formación de esos partidos” (La Prensa, 1946a). Como recordaba *La Prensa*, Argentina no se hizo en base al accionar de los caudillos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

sino de los letrados:

No fueron los caudillos los que le dieron al país su maravillosa Constitución en 1853 ni los que le restituyeron al pueblo en 1912 la efectividad de sus derechos políticos. Fueron los letrados [...] Ha pasado definitivamente la época de los caudillos. Si existe una minoría analfabeta o de elementos subalternos reñidos con el progresismo, que van a esconder su incivilidad en las rancherías, la gran mayoría del pueblo lee, se instruye, discierne y no está dispuesta a delegar los atributos de la ciudadanía en uno o más jefes a los que ha de obedecer ciegamente [...] Sabe también que el desorden y el exceso en los gastos públicos son costeados inevitablemente por el pueblo y no cree en magos que, echando la casa por la ventana, puedan hacer la felicidad de todos (La Prensa, 1945a)

Sin embargo, los esfuerzos de la UD y de la gran prensa no evitaron la derrota electoral frente a la fórmula Perón- Quijano (55% frente a 45% de Tamborín-Mosca). El Partido Comunista argentino obtuvo 41.864 sufragios para sus candidatos a la Cámara baja: en términos porcentuales, era menos del 1,5% de los votos emitidos. Como señaló French (1989:23), a pesar de que el PC argentino era más fuerte que el PCB, sufrió una derrota humillante a manos de un candidato populista masivamente votado por la clase obrera, mientras era parte de un frente electoral con "partidos patronales".

III - Conclusiones

Si bien en Argentina y Brasil la oposición a las dictaduras en la década de 1940 liberal estaba constituida por frentes electorales multipartidarios, apoyado por asociaciones civiles y empresas periodísticas, sus derroteros reconocen varias diferencias. La UD, al contrario de la UDN, parecía más una combinación de partidos tradicionales decididos a restaurar las pérdidas tradiciones cívicas argentinas que un

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

nuevo actor político (SIDICARO, 1993:188). En Brasil los partidos que compitieron por la presidencia en 1945 eran nuevos: tanto el PTB y el PSD como la UDN nacieron ese año, aunque estaban compuestos por figuras, periódicos, asociaciones y partidos que acreditaban experiencia en la política regional y nacional. Sólo el PCB podía jactarse de cierta profundidad cronológica, que debía matizarse por lo reiterado y extendido de los períodos en los que estuvo ilegalizado, desde su creación. A diferencia de la UDN, el frente multipartidario argentino se deshizo apenas sufrir la derrota electoral en febrero de 1946. Tras la elección, el sistema de partidos volvió a quedar basado en los mismos actores de las últimas dos o tres décadas (radicales, socialistas, comunistas, conservadores), a los que se les sumó otro tan nuevo como exitoso en términos electorales y de transformación política: el peronismo.

Otro punto que aleja la experiencia de la UDN de la UD fue la inclusión o exclusión del comunismo en su seno. A continuación expongo algunas ideas para explicar por qué el proceso político se desarrolló de esta manera. En el caso de Brasil se pueden detectar algunas tradiciones insurreccionales del PCB -resultado de su vinculación con el *tenentismo*- así como alguna influencia sobre los cuerpos armados. La presencia de oficiales del Ejército simpatizantes con el comunismo incentivaba entre los líderes de la UDN, el PSD y el gobierno la preocupación por eliminar esa influencia. Por el contrario, el comunismo argentino carecía de las tradiciones insurreccionales que podían encontrarse en su par brasileño (o en el chileno). Esa debilidad de vinculaciones con los alzamientos violentos –y con miembros de las Fuerzas armadas- facilitó la incorporación del PCA al frente electoral multipartidario de la Unión Democrática al presentarlo como un partido más, participante de una supuesta tradición republicana, antifascista, pacífica, laica y democrática argentina, que muchos hacían nacer ya en Mayo de 1810 (BISSO, 2005: cap. III).

Por otro lado, debe prestarse atención también a la

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

política internacional El PCB fue opositor al *Estado Novo* mientras éste mantuvo la neutralidad en la guerra. Una vez que Vargas modificó esa línea, y decidió el envío de tropas a Italia, el PCB acompañó ese giro, dejando de lado la calificación de "fascista" con la que lo había caracterizado hasta entonces. La dictadura estonovista y el PCB establecieron una suerte de alianza tácita y táctica en 1945, en torno a la necesidad del llamado a una nueva Asamblea Constituyente. Por ello el PCB quedó aislado del resto de las fuerzas anti-varguistas, unificadas en la UDN. En cambio, en Buenos Aires el sostenimiento de la línea de neutralidad frente a la guerra inhabilitó cualquier posible acercamiento entre el régimen y el PCA, al cual, por otro lado, la política desarrollada a través de la Secretaría de Trabajo y Previsión perjudicaba directamente. La acción del coronel Perón y de la Secretaría actuaba contra los dirigentes sindicales y organizaciones obreras ligadas al comunismo, por lo que parecía establecerse entre ambas fuerzas -comunistas y peronistas- un espacio de abierta competencia y no de colaboración, como en el caso de varguistas y comunistas. El anticomunismo de la alianza fraguada entre el Partido Laborista, disidentes de la Unión Cívica Radical, sectores de las Fuerzas Armadas y la Iglesia, y orientada por el coronel Perón, les alienaba a los comunistas el espacio que Vargas y su discurso a favor de la reforma social les venía dando desde inicios de 1945, movido por la necesidad de mostrar un perfil más "democrático" frente a Estados Unidos.

Así, mientras que la UD no dejaba de lamentar que uno de sus miembros obtuviera tan paupérrimo resultado electoral, la UDN, observaba que el PCB, ajeno a ese frente electoral, obtenía más de medio millón de votos para la presidencia y lograba quince diputados. De hecho, los resultados electorales de 1945 y 1946 marcaron algunos de los caminos que siguieron de allí en adelante las derechas en Argentina y Brasil: en la primera fue mayor y más permanente el encono anti-populista, mientras que en la segunda parece haber tenido un peso más relevante el anticomunismo desde allí en adelante.

Referencias

AJMECHET, S. El diario La Prensa el 24 de febrero de 1946. El día que Perón ganó en las urnas. *V Jornadas de Sociología de la UNLP*. La Plata, 2008.

_____. El principio del fin o de cómo el peronismo cambió a La Prensa. *Jornada Académica "Los opositores al peronismo, 1946-1955"*. Buenos Aires, 2010.

ALVEZ DE ABREU, A. e E. E. Raposo (entrevistadores). *Juracy Magalhaes I, II e III*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, dactilografado. 1981.

BENEVIDES, M. V. D. M. *A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981

_____. União Democrática Nacional (UDN). In: (Ed.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.

BISSO, A. *Acción Argentina: un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial*. Buenos Aires: Prometeo Libros. 2005

CPDOC. *Manifesto dos mineiros (depoimentos)*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 1981

CAMARGO, A., M. C. Mariani, et al. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos de Melo Franco*. Brasília: Senado Federal: CPDOC/FGV: Editora Dom Quixote. 1983.

CAPELATO, M. H. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: FAPESP; Papirus. 1998.

COTRIM, L. C. D. A. *O ideário de Getúlio no Estado Novo*. (tesis de mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FERREIRA, J. L. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: J. L. Ferreira e L. D. A. N. Delgado (Ed.). *O*

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2003, p. 13-45

FRANCO, V. A. D. M. *A campanha da U.D.N. (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde. 1946

FRENCH, J. D. Workers and the Rise of Adhemarista Populism in São Paulo, Brazil 1945-47. *The Hispanic American Historical Review*, V. 68, n.1, Feb., p.1-43. 1988.

_____. Industrial Workers and the Birth of the Populist Republic in Brazil, 1945-1946. *Latin American Perspectives*, v. 16, n. 4, p.5-27. 1989.

_____. The Populist Gamble of Getúlio Vargas in 1945. Political and Ideological Transitions in Brazil. In: D. Rock (Ed.). *Latin America in the 1940s: War and Postwar Transitions*. Berkeley: University of California Press, 1994, p.141-161

La Prensa (1945a), "El Partido Comunista de La Plata realizó un acto", 22 de noviembre.

— (1945b), "Caudillos americanos", 1 de noviembre, p. 4.

— (1945c), "Destácase la urgencia de concertar la Unión de las Fuerzas Democráticas", 5 de noviembre, p. 14.

— (1945d), "Nuevas expresiones en favor de la Unión Democrática", 15 de noviembre, p. 9.

— (1945e), "'New York Times' publica un editorial sobre los sucesos en la Argentina", 27 de noviembre, p. 7.

— (1945f), "Unidad democrática", 16 de noviembre, p. 5.

— (1945g), "La situación del país a través de algunos discursos", 14 de noviembre, p. 5.

— (1945h), "Formuló una denuncia ante el ministro del Interior el Partido Comunista", 5 de noviembre, p. 14.

— (1946a), "Personalismos anacrónicos y fuera de lugar", 8 de febrero, p. 5.

— (1946b), "Gerónimo Arnedo Álvarez señaló las fuerzas que

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

se oponen a la democracia”, 3 de febrero, p. 5.

— (1946c), “En el Luna Park demócratas progresistas y comunistas consagraron su lista conjunta”, 3 de febrero, p. 10.

LEVINE, R. M. *Father of the poor? Vargas and his era*. Cambridge; New York: Cambridge University Press. 1998.

NÁLLIM, J. An Unbroken Loyalty in Turbulent Times: La Prensa and Liberalism in Argentina, 1930-1946. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v.20, n.2, Julio-diciembre. 2010.

NEWTON, R. C. *El cuarto lado del triángulo. La “amenaza nazi” en la Argentina (1931-1947)*. Buenos Aires: Sudamericana. 1995

ROUQUIÉ, A. *Poder militar y sociedad política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé Editores. 1982

SIDICARO, R. *La política mirada desde arriba: las ideas del diario La Nación, 1909-1989*. Buenos Aires: Sudamericana. 1993.

SINDICATO DE LUZ Y FUERZA. *Cien años contra el país*. Buenos Aires: Editorial 2 de Octubre. 1970.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2007

SOUZA, M. D. C. C. D. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1990

TATO, M. I. *Viento de fronda: liberalismo, conservadurismo y democracia en la Argentina, 1911-1932*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina. 2004.

TUCCI CARNEIRO, M. L. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. Sao Paulo: FAPESP; Ateliê Editorial. 2002.

O integralismo no pós-guerra: do nacionalismo à defesa do liberalismo econômico

Gilberto Calil*

Apresentação

Uma das características mais destacadas da intervenção da Ação Integralista Brasileira na década de 1930 foi a defesa de um projeto ultranacionalista, em consonância com sua perspectiva fascista. A partir de 1945, com a reorganização do movimento integralista e a constituição do Partido de Representação Popular, dentre outras organizações integralistas, o movimento modificou sua posição, redefinindo o sentido do “nacionalismo” defendido e passando a propagar uma concepção econômica em conformidade com as perspectivas do liberalismo econômico. O objetivo deste artigo é discutir esta “revisão”, no contexto do papel que passa a ser desempenhado pelo movimento integralista a partir de 1945, como elemento importante da afirmação da hegemonia burguesa.

O nacionalismo integralista nos anos 1930

A defesa de um projeto econômico nacionalista na década de 1930 por parte do movimento integralista se articulava com seu projeto mais amplo, constituído em torno da defesa da constituição do que denominavam de “Estado Integral”, definido no Manifesto Integralista de outubro de 1932 como *“uma superestrutura autoritária, coroando a concepção espiritual-nacionalista contida no discurso ideológico”*, cuja função seria a de *“regulador do equilíbrio social”* (TRINDADE, 1974, p. 228).

O antiliberalismo tinha grande importância no discurso integralista, assumindo diversos significados, como a crítica às deficiências do sistema político brasileiro, a denúncia do “materialismo” e suas conseqüências, e a acusação de que o

*Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste. Doutor em História Social (UFF). gilbertocalil@uol.com.br

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

“liberalismo” conduziria inexoravelmente ao “comunismo”. Para os integralistas, *“O Estado liberal era um estado falido, sem nenhuma perspectiva. Reduzira-se a um formalismo jurídico, pois a liberal-democracia não considerava o homem nem como aspiração material, nem como índice cultural, nem como expoente moral”* (VIEIRA, 1978, p. 90). A democracia liberal seria um conceito considerado abstrato e um modelo importado artificialmente, “destruidor da alma nacional” e fragmentador da “pessoa humana”. Seria, desta forma expressão do materialismo que facilitaria a ação do comunismo. Assim, o liberalismo estaria em oposição à “tradição cristã” e instigaria a desestruturação social e a luta de classes, ao substituir o “Brasil Real” pelo “Brasil formal”.

Um elemento especialmente controverso é o suposto anticapitalismo integralista. Apesar das constantes proclamações anticapitalistas, o discurso integralista era extremamente impreciso e ambíguo, jamais colocando em questão as bases do capitalismo:

A posição anticapitalista da ideologia integralista apresenta uma ambigüidade fundamental. Os textos dos principais teóricos utilizam uma linguagem muitas vezes fortemente crítica ao sistema capitalista, ao mesmo tempo que a organização econômica proposta pela ideologia não põe em questão os princípios básicos do sistema. A única dimensão do capitalismo condenada por todos é o capitalismo financeiro internacional. O essencial do sistema capitalista, porém, permanecia intangível, na medida em que o integralismo não punha em questão a propriedade dos meios de produção e o princípio do lucro (TRINDADE In: DICIONÁRIO, 2001, p. 2811-2812).

A crítica ao capitalismo era uma necessidade para que o movimento se apresentasse como “renovador” ante sua base social pequeno-burguesa, mas não podia ser consistente, nos marcos do projeto social integralista. Esta mesma contradição foi enfrentada pelos diversos fascismos em sua fase de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

movimento, quando os vínculos com o grande capital ainda não transpareciam, e a solução encontrada pelos integralistas foi a mesma dos demais fascismos: concentrar a crítica ao “capitalismo internacional”, responsabilizando-o por todas as mazelas do capitalismo, sem colocar em questão elementos centrais do sistema capitalista, como a propriedade e as formas de apropriação. Desta forma, combatendo o “capitalismo internacional” seria possível *“humanizar o capitalismo, conciliando-o com o homem”* (TRINDADE, 1974, P. 102). Assim, todo o “anticapitalismo” integralista reduzia a uma proposta vaga de “moralização” do capitalismo: *“A propriedade juntamente com a família, desde que abordadas pela perspectiva integralista, seriam a salvação do capitalismo. O que se propunha então era um capitalismo modificado, “moralizado”, uma vez que não negava seus princípios básicos, deixando intactas suas bases econômicas e sociais, a propriedade privada dos meios de produção e a livre iniciativa individual”* (VIEIRA, 1978, p. 107).

O “nacionalismo” apresentava-se como eixo central do discurso integralista, mas não era claramente definido nem fundamentava propostas concretas em termos econômicos. Possuía, sem dúvidas, *“um sentido mais cultural e político do que econômico”* (BRANDI In: DICIONÁRIO, 2001, p. 5198). Ainda que não se possa negar que possuía também uma dimensão econômica, deve-se reconhecer que ela era secundária, quase sempre se reduzindo à crítica genérica ao “capitalismo internacional”. Trindade sustenta que *“o nacionalismo integralista contém também uma dimensão econômica e antiimperialista. Se esta dimensão não predomina nos escritos de Salgado, aparece explicitamente nos livros de Miguel Reale e Gustavo Barroso”* (TRINDADE, 1974, p. 223), apontando o “conteúdo anti-semita” do “nacionalismo econômico” de Barroso e a crítica de Reale ao “imperialismo econômico”, o que nos parece insuficiente para contradizer a avaliação de que o conteúdo econômico do nacionalismo integralista é secundário. Em termos políticos, o nacionalismo integralista apresentava-se como justificção de um projeto de centralização política extrema, atacando-se simultaneamente o poder das unidades federativas e a existência de partidos políticos regionais, ambos considerados

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

responsáveis pelo enfraquecimento da Nação. Em termos culturais, apresentava-se fundamentalmente como anticosmopolitismo e como cultor das “tradições nacionais”. A valorização do “homem simples” do interior, suposto depositário destas tradições e imune aos “estrangeirismos” expressa ambos aspectos. Os integralistas se propunham a disseminar sistematicamente o nacionalismo, através de comemorações de datas pátrias, da reinterpretação do passado nacional, do culto aos “heróis nacionais”, do estímulo às práticas culturais vistas como tradicionais e da denúncia do caráter “antinacional” de seus adversários.¹ Além disso, os militantes integralistas recebiam sistemática doutrinação nacionalista voltada à valorização dos “símbolos nacionais”, através dos rituais do movimento e de códigos que remetiam à nacionalidade, como a referência indígena da saudação “Anauê”, a cor verde do uniforme integralista e a alusão à totalidade indissolúvel do símbolo “Sigma”.

A despeito de não haver uma definição clara de um programa econômico nacionalista, o integralismo dos anos 30 era marcado por um certo nacionalismo econômico, que embora pouco definido em seu conteúdo, certamente era tido pelos militantes integralistas como um dos aspectos constituidores de sua “doutrina”. O nacionalismo era, desta forma, um dos elementos fundamentais da mobilização integralista, assumindo diversos significados, dentre os quais a proposição de um projeto nacional centralizador, a oposição à interferência do “capitalismo internacional” no Brasil e o apelo patriótico à “tradição”. Situação que se modificaria em grande medida no pós-guerra.

O nacionalismo integralista no pós-guerra

No pós-guerra, uma nova configuração político-social e a mudança do papel desempenhado pelo movimento

¹ Desta forma, o discurso integralista situa-se inteiramente nos marcos da proposição de Leandro Konder de que “a valorização fascista da nação, exatamente porque é inevitavelmente retórica, precisa ser agressiva, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio”. KONDER, 1991, p. 13.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

impulsionaram uma clara modificação no sentido do nacionalismo integralista.

A modificação mais evidente foi o obscurecimento da dimensão sócio-econômica do nacionalismo integralista – o qual, ainda que em formas imprecisas, era muito difundido nos anos 30 -, e seu confinamento a aspectos simbólicos e culturais.² O nacionalismo integralista passou a ser definido em termos vagos e genéricos, com poucas implicações concretas no terreno socioeconômico. A Carta de Princípios do PRP fundamentava o nacionalismo na proposição de que cada Nação teria um “destino histórico” a cumprir:

Há para cada povo uma realidade de transcendente importância, que não é universal e, sim, nacional. Tal é a realidade da Pátria. Cada povo tem sua Pátria, que não se confunde com as outras Pátrias, porque cada nação é um conjunto diferente de realidades. Assim como cada homem tem sua própria personalidade, apesar da identidade da natureza humana, assim também cada nação tem sua própria fisionomia, apesar de que todas se definem, essencialmente, do mesmo modo. No campo do espírito, há grandes e pequenas nações assim como há grandes e pequenos homens. (...). As grandes nações, no campo do espírito, são aquelas cuja elevação moral e intelectual se impõe ao respeito e à admiração das demais. Pequenas e inexpressivas, as que se deixam diluir no caldo das civilizações alheias. Como brasileiros, queremos que o Brasil seja uma grande nação, rica de valores espirituais próprios, capaz de pronunciar, no concerto das nações a sua palavra, inédita, pessoal e fecunda.³

Tal “destino histórico” teria, paradoxalmente, uma fundamentação teológica, expressa na consideração de que “*foi Deus quem diferenciou os homens, as raças e as nações, dando-nos por Pátria o Brasil*”,⁴ daí decorrendo que “*a cada comunidade política*

² Estes aspectos são discutidos em CALIL, 2001, p. 213-219.

³ *Carta de Princípios e Programa*, op. cit., p. 27-28.

⁴ Proclamação do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 1.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

toca desempenhar missões próprias no curso da História, em relação às demais comunidades políticas" (SALGADO, 1949, p. 124). Ao Brasil caberia *"influir, pela sua cultura, pelo seu esforço, no sentido de restaurar os valores morais, dando-lhes predomínio sobre os materiais, na obra de salvação universal"* (SALGADO, 1947, p. 133). No entanto, a missão do Brasil estaria associada aos Estados Unidos: *"Tenho para mim que a Providência Divina assinalou o Brasil e os Estados Unidos para serem os pioneiros da libertação do mundo"* (SALGADO, 1949, p. 124). Ainda assim, ao menos no âmbito discursivo, recuperava-se o anticosmopolitismo, agora restrito a aspectos culturais e remetendo diretamente ao anticomunismo:

A subserviência a ideologias ou partidos estrangeiros é perigo de morte para nossa Pátria. Não é só pelas armas que uma nação pode ser conquistada. A influência de povos estrangeiros, despersonalizando o Brasil, equivaleria a uma renúncia e redundaria em nosso aniquilamento. Somos contra o cosmopolitismo, porque não queremos ser estandardizados (SALGADO, 1949, p. 28-29).

O "verdadeiro nacionalismo" residiria no reforço da "personalidade nacional", cujo conteúdo não era explicitado:

Criar o verdadeiro nacionalismo é livrar o povo brasileiro das influências do estrangeiro. Noto que presentemente o nosso povo vive sob a influencia estrangeira. Vive demasiadamente interessado pelos Estados Unidos da América do Norte, perdendo os costumes genuinamente nacionais, para se adaptar a costumes que não são nossos, usando mesmo, na vida quotidiana, de termos, palavras, frases, tudo da língua estrangeira, que não é a nossa. Vejo, por outro lado, outra corrente, que se opõe a esta, subordinando-se a critérios que nos vem de Moscou. Por conseguinte, os brasileiros precisam ser brasileiros. Precisam, cada vez mais, cultivar a personalidade nacional. (...) Povo que não é nacionalista é povo que perde a personalidade; e

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

perdendo-a, deixa-se escravizar pelo capitalismo internacional e pelo socialismo bolchevista, ou pelas forças dos agentes corruptores, que vem destruir a nossa Pátria.⁵

O pretensão anticosmopolitismo e reivindicação do nacionalismo visavam fundamentar uma posição anticomunista, servindo como justificção para a proposição de que fossem "*condenadas e proscritas, com ardor patriótico, embora com espírito cristão, todas as ideologias que possam vir a comprometer a unidade espiritual e por em perigo mortal a grandeza e o futuro do Brasil*".⁶

Em uma entrevista concedida em 1959, Salgado apresentava sua definição de Nação, chegando a propor a resistência aos grupos financeiros internacionais:

Consideramos a Nação sob os aspectos fisiológico e psicológico. Fisiologicamente, a Nação é constituída pelos Municípios que a estruturam. Sendo estes autônomos, da sua soma decorre a autonomia nacional, já encarada como soberania. Não se trata da soberania resultante da "vontade geral", dos ideólogos da Revolução Francesa. A Nação é soberana por ser Nação. A soberania é intrínseca, é substancial, participa da própria essência da Nacionalidade, por ser um conjunto harmonioso de fatores essencialmente autônomos, que são os Municípios, os Grupos Naturais e o próprio Homem. Ora, se estes necessitam de meios econômicos para serem livres, a Nação também não pode subsistir sem independência econômica. Essa a razão pela qual o Integralismo se bate contra todos os agentes internos e

⁵ SALGADO, Plínio. Início de uma campanha cívica. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.8.1957, p. 2.

⁶ Partido de Representação Popular - Programa. *Reação Brasileira*, 18.10.1945, p. 5. Os termos nacionalistas da campanha contra as "ideologias estrangeiras" e a denúncia de supostos "agentes estrangeiros", paradoxalmente, não impediu os integralistas de anunciar o apoio de refugiados iuguslavos e búlgaros às candidaturas do PRP, em ato público que contou com a presença de Salgado. Refugiados querem lutar ao lado dos brasileiros contra perigo comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 2.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

externos do empobrecimento nacional. Esse o motivo da nossa luta contra os trustes, monopólios, grupos financeiros e todos os instrumentos da dominação capitalista [sic] sobre os povos. Desfraldamos essa bandeira em 1932 e nunca deixamos de empunhá-la. (...) Psicologicamente, a Nação é uma consciência de diferenciação histórica dos demais grupos humanos. Tendo sido apenas um País, até o século XVII [sic], o Brasil tornou-se uma Pátria por ocasião da Guerra contra os Holandeses [sic]. A Pátria é a resultante do comércio sentimental entre o Homem e a Terra. A manifestação desse encontro ocorre na Batalha de Guararapes e Tabocas e é também um encontro das três Raças confluindo no vértice histórico.⁷

A suposta oposição aos trustes, monopólios e grupos financeiros era, no entanto, meramente retórica, sem nenhum desdobramento na ação prática do partido, seja no Parlamento, seja em âmbito governamental.⁸ Mesmo a intervenção do Estado na economia, defendida pelos nacional-desenvolvimentistas, era aberta e explicitamente combatida pelos integralistas. Salgado afirmava defender um “nacionalismo equilibrado”, radicalmente oposto ao “nacionalismo exagerado e estatista”:

⁷ Entrevista concedida por Plínio Salgado a *O Jornal*, Rio de Janeiro, fev. 1959. Original datilografado (Arquivo Público e Histórico e Rio Claro-APHRC-FPS 091.004.015).

⁸ É interessante aqui estabelecer uma relação com o caso do nazismo na Alemanha, cuja retórica antimonopolista – indispensável para a obtenção da base de massas do movimento – ainda que tenha impulsionado alguns atos que pontualmente contrariavam os interesses do grande capital durante a ascensão do movimento, foi completamente abandonada após a consolidação do Estado nazista. De acordo com Wilhelm Reich, o fascismo é “do ponto de vista da sua base de massas, um movimento da classe média. Se não tivesse feito a promessa de lutar contra a grande empresa, Hitler nunca teria ganho o apoio das classes médias. Estas contribuíram para a sua vitória, porque eram contra a grande empresa. Sob a sua pressão as autoridades foram forçadas a tomar medidas anticapitalistas, que depois tiveram de abandonar, sob a pressão da grande empresa. São inevitáveis os mal-entendidos, quando não se estabelece uma distinção entre os interesses subjetivos da base de massas de um movimento reacionário e a sua função reacionária objetiva, fatores esses que estão em contradição (mas que foram reconciliados na totalidade do movimento nazi). REICH, 1988, p. 40.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

O Nacionalismo Integralista luta pela independência econômica do Brasil e pelo culto das tradições nacionais; quer dar aos brasileiros uma consciência do seu valor e incutir-lhe confiança na sua destinação histórica. Nosso Nacionalismo, entretanto, é equilibrado porque se subordina a uma filosofia que faz do Homem a base de toda construção social. E aqui está a diferença entre o Nacionalismo Integralista e esse outro Nacionalismo que se prega atualmente no Brasil. Distinguimos preliminarmente Nação de Estado. A Nação é um grande Grupo Natural criado, como os outros, pelo Homem. O Estado, por sua vez, é criatura da Nação, logo criatura do Homem através da Nação por ele criada. O Estado é um instrumento da Nação e não pode se confundir com ela, como pretendeu Bluntschili e os teóricos alemães do nazismo. E, muito menos, o Estado pode sobrepor-se à Nação. Ora, o Nacionalismo que atualmente se prega no Brasil é nitidamente estatizante, ou estatista, confundindo a Nação com o Estado. Podemos, pois adicionar-lhe um adjetivo para termos dele uma idéia exata, dizendo que é um Nacionalismo Socialista, idêntico ao Nacional-Socialismo de Hitler. Firma um princípio do qual se podem tirar as piores conseqüências, desde a abolição da iniciativa privada no campo da economia até a supressão da liberdade de ensino e, finalmente de toda a liberdade do Homem, que gradualmente vai sendo absorvido pelo Estado.⁹

Salgado apresentava sua posição como a defesa de um "nacionalismo cristão", necessário para "*nos defenderemos do cruel materialismo que ameaça o mundo*", e que portanto deveria "*ser cultuado*", mas com a ressalva de que "*esse nacionalismo não deve ser exagerado*" [sic].¹⁰ Opondo-se ao "nacionalismo exagerado", os integralistas passaram a se opor às principais propostas defendidas pelos nacional-desenvolvimentistas. Em junho de 1948, por exemplo, o Diretório Nacional aprovou por

⁹ Entrevista concedida por Plínio Salgado a *O Jornal*, Rio de Janeiro, fev. 1959. Original datilografado (APHRC-FPS 091.004.015).

¹⁰ SALGADO, Plínio. O verdadeiro nacionalismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.3.1953, p. 3.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

unanimidade um parecer apresentado por Raymundo Padilha, repudiando o projeto de monopólio estatal do petróleo. Esta posição foi ratificada pela V Convenção Nacional do PRP, em agosto do mesmo ano.¹¹ O jornal *Idade Nova*, então dirigido pelo próprio Padilha, desconsiderava completamente a apregoada retórica integralista de oposição ao capitalismo internacional: “*Nós não acreditamos nessa história de interferências misteriosas do capitalismo estrangeiro*”,¹² e defendia que o capital externo fosse recebido em “igualdade de condições” com o nacional: “*Estrangeiro ou nacional, o capital deve subordinar-se às leis do país e acatar rigorosamente os regulamentos em vigor*”.¹³

Em termos imediatos, o nacionalismo integralista, dissociado de um projeto econômico nacionalista, gerou poucos efeitos concretos, praticamente se reduzindo à comemoração de datas pátrias e ao enaltecimento dos “heróis nacionais”. Uma de suas principais campanhas foi a defesa da alteração no Hino Nacional, propondo primeiramente a supressão de sua segunda parte, e posteriormente, a substituição do verso “Deitado eternamente em berço esplêndido” por “Em pé, altivo, em berço esplêndido”. Um projeto legislativo nesse sentido foi apresentado no Congresso Nacional, tendo sido derrotado.¹⁴

Parece claro, portanto, que o nacionalismo integralista entre 1945 e 1965, era, do ponto de vista econômico, fundamentalmente retórico e residual. Um projeto nacionalista não se compatibilizaria com o papel desempenhado pelo partido neste período. O nacionalismo era reivindicado pelo movimento como uma ligação abstrata com a Pátria, cimento utilizado para conectar os diferentes elementos da pregação integralista. Atendia, assim, as

¹¹ Ata do Diretório Nacional, 28.6.1948 - Livro de Atas do Diretório Nacional e das Convenções Nacionais (APHRC-FPS 021.005.005). Ata da V Convenção Nacional do Partido de Representação Popular. Livro de Atas da Fundação e das Convenções Nacionais (APHRC-FPS 023.007.007).

¹² Águas turvas [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.10.1948, p. 3.

¹³ Serviços públicos [editorial]. *Idade Nova*, 12.8.1948, p. 3.

¹⁴ Parecer sobre o Projeto de Supressão da segunda parte do Hino Nacional, 7.3.1961 (APHRC-FPS 009.006.008).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

expectativas de sua militância, mas não levava à defesa de posições econômicas nacionalistas nem a ações concretas em defesa da soberania nacional, conforme discutiremos a seguir.

O integralismo na defesa do ultraliberalismo

A ênfase integralista em questões morais e culturais, seu discurso espiritualista e seu radical anticomunismo muitas vezes deixaram pouco visível o projeto econômico defendido pelo movimento. Ainda assim, é possível identificar várias proposições relativas à política econômica que permearam a intervenção do PRP durante toda sua trajetória, permitindo uma avaliação do sentido geral de seu projeto e dos interesses sociais por ele contemplados.

Um aspecto central da posição integralista foi sua crítica ao suposto intervencionismo do Estado brasileiro e a conseqüente defesa da imposição de limites à intervenção do Estado na economia, em perfeita consonância com as grandes entidades empresariais, sempre prontas a denunciar a eventualidade de uma intervenção efetiva do Estado. Salgado considerava que *"toda intervenção do Estado no ritmo normal da produção e do comércio é nociva"*,¹⁵ e *A Marcha* reproduzia uma afirmação do presidente da UDN, Artur Santos, sobre a crise econômica do país, sustentando que era uma afirmação "integralista", embora ela contivesse um diagnóstico estritamente liberal: *"o intervencionismo estatal degradando a iniciativa individual e a livre empresa; o primarismo de eliminar os efeitos dos fenômenos sociais, sem atender às causas; a orgia orçamentária; a malversação dos dinheiros públicos; o emissionarismo; o estímulo às greves e a recusa ao trabalho; a inflação – estão conduzindo o país ao caos e à miséria"*.¹⁶ Na argumentação de Salgado, a defesa da democracia deveria conduzir à defesa da livre empresa e do

¹⁵ SALGADO, Plínio. Doutrinas econômicas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.6.1953, p. 3.

¹⁶ Advertência aos homens públicos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.2.1954, p. 1 e 4. É curiosa a qualificação de "integralista" à declaração, pois trata-se de uma proposição tipicamente udenista, nos marcos da mais radical liberalismo econômico.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

“capitalismo vigente no ocidente democrático”:

Nos últimos anos a estatização teve grande impulso no país. Por incrível que pareça, partidos e homens públicos que defendem a democracia, a livre empresa, a liberdade de produzir e de distribuir, o capitalismo vigente no Ocidente democrático, ora se uniram aos socialistas e totalitários, ora se omitiram, ora egoisticamente apoiaram medidas estatizantes, em completo desacordo com as teorias e os programas de seus partidos e seus próprios. A influência comunista, por outro lado, foi decisiva para uma série de medidas, iniciativas e decretos governamentais ou leis do Congresso Nacional. Foi para o bem da Nação, para a coletividade brasileira, para a estabilidade econômica e financeira do país? Não, infelizmente não. E com um agravante: serviços públicos que, em outros países, dirigidos pelo Estado, funcionam razoavelmente bem, aqui redundaram num fracasso total, desastroso para a Nação e para a economia popular.¹⁷

A associação entre livre empresa, capitalismo e democracia remonta às proposições do ultraliberal Friederich Hayek. A referência a este autor era explicitamente manifestada por Salgado: *“Repugna-nos a idéia das planificações com excessiva intervenção do Estado, mesmo nas democracias liberais, como hoje acontece, as quais levam, na opinião de Friederich Hayek, ao caminho da servidão e da ditadura”* (SALGADO, 1982, p. 472).

Salgado acusava a suposta ineficiência das empresas estatais, mencionando os *“déficits enormes”* da navegação marítima, sustentando que *“seus serviços são deficientes, morosos e antieconômicos”*, e acrescentando que *“as estradas de ferro em mãos do Governo constituem outra sangria nos cofres da Nação”*, da mesma forma que ocorreria com a Petrobrás e a Eletrobrás. Sua *“solução”* apontava claramente para a privatização:

Nossa sugestão é de abri-las ao capital privado, com participação de capital da União, e sujeitas a uma

¹⁷ Empresas estatais. Original Datilografado, s./d. (APHRC-FPS 006.005.009)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

legislação adequada, que resguarde esse importante patrimônio nacional contra quaisquer outros interesses que não sejam os da salvaguarda da nossa economia. Cremos sinceramente que o Estado deva reduzir seus encargos, principalmente aqueles que são estranhos à sua finalidade natural. Devemos ter a coragem de pensar e agir assim. Não se deve esquecer que outras nações, por sinal poderosas, não temem que sua segurança possa ser afetada pelo **exercício pleno da livre empresa, do capitalismo democrático que defendemos** (Idem, *ibidem*).

Diversas posições assumidas pelos integralistas denotam o atendimento aos interesses gerais do capital. A intervenção estatal deveria ser legítima apenas quando estivesse subordinada às “classes produtoras”:

Entendo que o objetivo último do Estado, em matéria econômica, é permitir, mediante sua supervisão, coordenação e vigilância, que as próprias classes produtoras, com responsabilidades definidas, propugnem pelos próprios interesses nacionais [sic], eximindo-se da tutela de terceiros, estranhos aos grupos produtores e cuja interferência indébita e perniciosa se processa mediante um verdadeiro sistema dirigido no interesse exclusivo de pequenas tiranias e oligarquias econômico-financeiras. **Ao Estado cabe pois apenas orientar e supervisionar com discrição**, só intervindo para restabelecer desequilíbrios.[sic]¹⁸

Assim, para Salgado caberia exclusivamente às “classes produtoras” primar pelos “interesses nacionais”, identificados com os seus próprios, ficando o Estado considerado como um intruso sempre que pretendesse uma intervenção ativa. A intervenção estatal visando o controle dos preços era condenada por Salgado, considerando que “*quanto menores forem os artifícios que se introduzirem na livre e natural formação dos preços,*

¹⁸ Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004). Grifo meu.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

mais sadia e forte será a estrutura econômica do país".¹⁹ Os projetos governamentais visando aumentar os impostos eram continuamente denunciados pelos integralistas como evidências da ineficiência e desperdício estatal, como evidencia a manifestação do deputado integralista Luis Compagnoni:

O que realmente nos alarma é a impotência do poder público em refrear o volume dos gastos públicos. (...). Está em tramitação nesta casa um projeto de aumentos de impostos. (...) Mais impostos significa aumentar o domínio da máquina estatal e diminuir a liberdade do povo. A forma comum de impedir a estabilidade econômica, quer dos homens, quer das nações, é criar e alimentar um Estado absorvente, incapaz, improdutivo, como é desgraçadamente o caso brasileiro dos dias presentes. (...) O parlamento não deve consentir em mais aumentos de impostos, porque estes servirão apenas, em sua quase totalidade, para atender a gastos improdutivos.²⁰

No programa partidário constava a defesa da "*supressão dos impostos antieconômicos, isto é, dos impostos que oneram as fontes de riqueza, funcionando no sentido de estancá-las, tais como o imposto sobre o trabalho e sobre o capital [sic]*" (Partido de Representação Popular, 1955, p. 51). Desta forma, controle dos gastos governamentais, redução de impostos, preponderância da iniciativa privada e privatização eram algumas das bandeiras propugnadas pelos integralistas no terreno econômico. Uma proclamação dos candidatos do PRP ao parlamento paulista em 1954 explicita didaticamente sua visão privatista, defendendo inclusive a paridade de tratamento ao capital externo em relação ao nacional:

V. S. sabe que se não há abundância de eletricidade neste nosso Estado querido, é porque elementos incapazes nã

¹⁹ Inquérito Revista da Semana. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1954 (s./d.) (APHRC-FPS 091.003.002).

²⁰ O PRP desfralda a bandeira contra os impostos em todo o Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.10.1956, p. 3 e 9.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

o souberam reconhecer ao **capital livre, nacional ou estrangeiro, seus direitos naturais** de fazer face às necessidades que se previa, de energia elétrica, mediante remuneração apropriada? (...) V. S. sabe que se não há abundância de telefones nesse nosso Estado querido é porque elementos incapazes não souberam reconhecer ao **capital livre, nacional ou estrangeiro, seus direitos naturais** de fazer face às necessidades que se previa, de mais telefone, mediante remuneração apropriada? (...) V.S. sabe que podemos modificar tudo isso e ter eletricidade, telefone, petróleo e dólares em abundância, elegendo governantes e legisladores que lutem por esses princípios de remuneração justa do capital empregue?²¹

Na visão integralista, a inflação seria a responsável maior pelos problemas nacionais, e seria determinada pelo “descontrole dos gastos públicos”. Salgado considerava que “*o combate à inflação é ponto capital*”, e propunha que ele fosse feito “*congregando medidas monetárias com providências de caráter econômico que favoreçam a produção*”.²² O Diretório Estadual do PRP em São Paulo indicava aos seus deputados que propugnassem um conjunto de medidas visando a redução dos gastos públicos, propondo:

A condenação a todo o aumento de impostos, à criação de cargos novos, à nomeação de funcionários interinos, à gastos supérfluos, assim como a toda e qualquer política econômica que vise aumentar as obrigações do Estado, ou levá-lo a superintender empresas ou organizações hoje em mãos de particulares; e também sugerir a maior economia das verbas consignadas nos orçamentos para este exercício, de forma a ser minorado o quanto possível as dívidas que acusam o Estado e os Municípios paulistas,

²¹ Circular Eleitoral do PRP-SP, setembro de 1954 (APHRC-Pprp 00.09.54). Grifos meus. Os candidatos recomendados eram Cunha Bueno (para senador), Loureiro Júnior (para deputado federal), René Penna Chaves, Hilário Torloni, Mário Penteado de Faria e Silva e Antonio de Toledo Piza (para deputados estaduais).

²² Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

fruto de gastos desmedidos que vieram do período da Ditadura e ainda persistem no período constitucional.²³

Não obstante, e tal como o empresariado, alguns parlamentares integralistas esqueciam os primados liberais de contenção de gastos no momento em que estavam em questão interesses de setores privados específicos. Arno Arnt (PRP-RS) proferiu diversos discursos defendendo a escola particular e denunciando o atraso no pagamento de convênios por parte do governo federal.²⁴ Luis Compagnoni defendia o apoio financeiro aos tricultores, afirmando que cabia ao governo “*dar-lhes adubo e ensiná-los a cultivar racionalmente. E, sobretudo, dar-lhes preços compensadores*”.²⁵ Em 1956, apresentou um projeto fixando “*em 1.000.000 de toneladas a quantidade máxima de trigo estrangeiro a ser importado anualmente*”, considerando “*indispensável a limitação da importação de trigo estrangeiro para a estabilidade das condições de produção do nosso trigo*”.²⁶ Já Osvaldo Zanello, deputado perrepista e cafeicultor capixaba, defendia sistematicamente os interesses da cafeicultura. Em

²³ Diretiva do Diretório Regional do Partido de Representação Popular de São Paulo, s./d. (APHRC-FPS 014.006.001).

²⁴ Ver, por exemplo, Discurso de Arno Arnt, 10.10.1963 (APHRC-FPS 015.027). A defesa do ensino privado era bastante presente na intervenção integralista. Em 1960, o Centro Cultural Jackson de Figueiredo, lançou um “Manifesto ao Povo Paulista” defendendo o ensino privado, criticando as propostas que priorizavam o ensino público, e denunciando que “*grupos interessados na estatização e socialização do ensino têm usado e abusado da demagogia, servindo-se dos órgãos de divulgação, estabelecendo a confusão no espírito do povo*”. Manifesto ao Povo Paulista, s./d. O Presidente da entidade informava a Salgado que o Manifesto “*possivelmente será financiado pelo Sindicato dos Colégios Particulares*”. Correspondência de Lelivaldo Benedito Marques a Plínio Salgado, 11.2.1960 (APHRC-Pprp 60.02.11/8).

²⁵ Porque fracassa a batalha do trigo brasileiro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1953, p. 10.

²⁶ Limitação na importação de trigo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.2.1956, p. 1, 2 e 5. A argumentação de Compagnoni, em contradição com a linha geral do partido, justificava o protecionismo: “*A limitação das importações constitui uma providência que sempre foi aplicada, toda vez que se quis, realmente, proteger ou estimular a produção nacional. Assim foi com os tecidos, os metais, o papel, os vidros, as bebidas. Limitações ou dificuldades nas importações. O protecionismo tarifário sempre foi aplicado para proteger certas produções nacionais nascentes. Inclusive pelas nações mais liberais*”. Se queremos pão – e brasileiro – limitemos a importação de trigo! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.9.1956, p. 1 e 6.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

1959, afirmava que a cafeicultura enfrentava "uma situação insuportável", sustentando que "o Espírito Santo, para cuja economia o café contribui com 80%, está vivendo os dias mais difíceis de sua história econômico-financeira. As conseqüências da política cafeeira do governo federal estão provocando, em nosso Estado, sensível desequilíbrio econômico e problemas sociais que levam nosso povo ao desespero e à ruína".²⁷ A política cambial era recorrentemente criticada por *A Marcha*, sob o argumento de que através do confisco cambial "em cada saca o Governo confisca CR\$ 5.000,00, deixando apenas CR\$ 2.000,00 para o pobre agricultor".²⁸ Em 1962, Zanello expressava "a tristeza, a amargura, a revolta e o desespero dos nossos produtores", sustentando que "a amaldiçoada política cafeeira do governo anterior, continuada por esse governinho que aí está infelicitando a Nação teve por objetivo arrasar a cafeicultura de meu Estado, liquidando todo um sistema de economia regional".²⁹ Em vista disso, propôs uma profunda reforma cambial e apresentou um vasto plano para a "salvação" da cafeicultura, do qual destacamos os itens principais:

- 1º) O Instituto Brasileiro do Café nos termos da Lei Orgânica, comprará, diretamente aos produtores, todo o café da safra 1959-60, a se iniciar no 1º de julho próximo; (...)
- 4º) Os pagamentos serão feitos à medida de entrega nos armazéns indicados, após a conferência e a classificação oficial, mediante saques contra o Banco do Brasil a 30 dias de data; (...)
- 10º) O IBC revenderá os cafés (...) exclusivamente aos exportadores nacionais e a cooperativas de produtores, não competindo com estes mediante vendas diretas, mesmo de governo para governo; (...)
- 15º) Eliminação dos excedentes que se verificarem até 30 de junho de 1959, mediante a aplicação dos estoques retidos na produção de cafés solúveis, produtos químicos

²⁷ Na Câmara: Zanello analisa a situação do café. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.5.1959, p. 5.

²⁸ Com vista a JK. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.9.1956, p. 12.

²⁹ Problemas da Bahia e do Espírito Santo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.3.1962, p. 2.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

derivados do café, transformação em adubos ou outros fins julgados próprios e convenientes.³⁰

Percebe-se, desta forma, que quando se trata de defender interesses concretos de um setor da burguesia em supostas dificuldades, o antiestatismo e a defesa de controle dos gastos governamentais eram rapidamente abandonados, dando lugar à exigência da intervenção estatal salvadora, exigindo-se que o Estado comprasse os excedentes, ainda que para transformá-los em adubo.

As políticas em favor da industrialização não eram recebidas com o mesmo entusiasmo por parte dos integralistas. Em 1955, Salgado considerava que "*ainda não estamos no ponto de considerar empreendimentos que venham a merecer a qualificação de poderosos no campo das chamadas indústrias pesadas*", e que "*ainda por algum tempo a falta de grandes capitais e de técnicos manter-nos-ão dependentes do concurso estrangeiro, neste particular*".³¹ Sua posição em relação à indústria era claramente contrária a uma política de estímulo, vista como "protecionismo": "*A industrialização do país não representa um mal, desde que realizada com um critério que consulte os interesses nacionais e não apenas, como tem sido, os interesses de grupos acobertados por um protecionismo arbitrário*".³² As referências à industrialização eram pouco freqüentes, e mesmo durante o governo Kubitscheck, apoiado pelo PRP, os integralistas jamais demonstraram grande entusiasmo pelo avanço industrializante, preferindo sempre enfatizar outros aspectos, como a fundação de Brasília e a "marcha para o Oeste", o que permite inferir que os interesses sociais mais diretamente defendidos pelos integralistas não eram os da fração industrial da burguesia brasileira. A ênfase agrarista não implicava em oposição aos interesses da burguesia

³⁰ O Pensamento do PRP sobre café e câmbio. *A Marcha*, Rio de Janeiro 3.7.1959, p. 4. O título da matéria explicita que a direção integralista avalizava integralmente a proposição de Zanello.

³¹ Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).

³² Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.006.001).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

industrial, mas colocava-se contrária a uma intervenção estatal sistemática em favor da industrialização.

O debate em torno da exploração do petróleo, que marcou fortemente as décadas de 1940 e 1950, deu oportunidade para que os integralistas novamente se perfilassem junto às posições mais abertamente liberais, internacionalizantes e privatistas. O repúdio ao monopólio estatal, estabelecido como posição partidária em 1948, foi sustentado durante toda a trajetória perrepista. O discurso dos integralistas centrava-se na defesa de "*uma mais ampla colaboração do capital privado, tanto nacional como estrangeiro, no esforço de procura e da exploração do petróleo brasileiro*",³³ sempre considerando o capital estrangeiro mais eficiente e capaz de uma exploração mais rápida:

Não devemos recusar o concurso do capital e da técnica estrangeiros, se desse concurso resultar uma solução mais imediata e pronta para o problema.³⁴

Não há como recusar a colaboração estrangeira, se ela vier a concorrer para dar-nos mais pronta solução ao problema.³⁵

Trata-se de saber se o Brasil é ou não uma nação soberana, com capacidade de preservar esta soberania. Respondida afirmativamente esta consideração, o que importa é extrair e explorar o Petróleo, pela forma mais adequada e rápida, em proveito do País.³⁶

O jornal *Diário Carioca*, simpático ao integralismo, informava que "*com relação à exploração do petróleo, o candidato do PRP concorda com as classes produtoras, afirmando que é necessária a participação do capital estrangeiro nas indústrias petrolíferas, pois o capital*

³³ SALGADO, Plínio. Doutrinas econômicas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.6.1953, p. 3.

³⁴ Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004).

³⁵ Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).

³⁶ Inquérito Revista da Semana. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1954 (s./d.) (APHRC-FPS 091.003.002).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

nacional é insuficiente para empreendimentos de tal envergadura".³⁷ Desta forma, mesmo em um tema em relação ao qual os interesses de grandes corporações internacionais se expressavam de maneira evidente, os integralistas sustentavam uma posição claramente privatista e defensora da completa abertura e aos capitais internacionais, reforçando ainda mais o ultraliberalismo que caracterizava seu projeto econômico. Também a política externa defendida pelos integralistas, de forma coerente às posições assumidas na defesa da internacionalização da economia, tinha como um de seus principais eixos a defesa da liderança dos Estados Unidos na defesa do "mundo livre, ocidental e cristão" frente à "ameaça comunista":³⁸ "***Devemos sustentar o princípio político da nossa indestrutível aliança com os nossos irmãos yankees, pois dessa aliança depende não somente a salvação do continente, como do mundo inteiro***".³⁹ Esta posição é expressiva das modificações na postura integralista, já que contraria nitidamente a postura ultranacionalista dos anos 1930, aceitando subliminarmente uma posição subordinada no terreno internacional. Além disso, situa-se, claramente em conformidade com nossa interpretação de que o integralismo cumpriu um papel de reforço à hegemonia burguesa.⁴⁰ A defesa do liberalismo econômico, assim, articulava-se ao anticomunismo e à defesa de restrições ao exercício da democracia, disseminando concepções conservadoras e fortalecendo a ordem vigente, nos marcos do desenvolvimento capitalista brasileiro do período.

³⁷ Restauração da bancada classista, promete Plínio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8.7.1955.

³⁸ Esta questão é discutida em CALIL, 2005, p. 742-750. Esta posição levou os integralistas a defenderem o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a instalação de uma base militar estadunidense em Fernando de Noronha e o envio de tropas em apoio à agressão militar dos Estados Unidos à República Dominicana.

³⁹ Correspondência de Plínio Salgado a Raimundo Padilha, 19.2.1946 (APHRC-Pi 19.02.46/2). Grifo meu.

⁴⁰ Ver a respeito CALIL, 2005 e CALIL, 2010.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Fontes Impressas

PARTIDO de Representação Popular. *Carta de Princípios e Programa*. Porto Alegre: Edição do Diretório Regional, 1955.

SALGADO, Plínio *Direitos e deveres do homem*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949.

SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

SALGADO, Plínio. *Discursos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convivium.

Bibliografia Citada

CALIL, Gilberto. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: o PRP na política brasileira, 1945-1965*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói, UFF, 2005, 803p.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 volumes.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *Em busca do Sigma: estudo sobre o passado político de Plínio Salgado às vésperas da fundação da AIB*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1978.

***Aqui o que governa é este facão.* Crime e controle social no Rio Grande do Sul (1850-1889)**

Marcio Antônio Both da Silva*

No texto que segue, busco analisar a questão da criminalidade e seus motivos sociais, bem como problematizar os significados da violência entre as populações rurais do Rio Grande do Sul no período que se estende entre os anos de 1850 e 1889. É importante pontuar que não realizarei uma discussão teórica sobre a violência, mas, a partir da contraposição entre a bibliografia e as informações presentes em algumas fontes históricas, buscarei apresentar algumas dúvidas e aprendizados. Quanto às fontes propriamente ditas, serão alvo de análise os dados contidos nos Relatórios dos Presidentes da Província e em alguns processos crimes movidos nas Comarcas de Cruz Alta, Passo Fundo e Palmeira das Missões, municípios situados no noroeste do estado e que conformam a região aqui sob análise.

Relatos a respeito da violência no Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX, aparecem de forma constante nas mensagens dos presidentes. Nos capítulos intitulados *Segurança individual e de propriedade*, eles descrevem a situação geral em que se encontrava a província naquilo que dizia respeito à questão da segurança e da perpetuação de crimes entre seus habitantes. Uma circunstância que sobressai em tais capítulos é a insistência dos presidentes em atribuir os motivos da alta criminalidade como sendo resultado dos hábitos da população. Era sobre os costumes, como se pode depreender da leitura dos diferentes relatórios, que se assentavam as causas gerais que determinavam os crimes, principalmente de homicídio e ofensas físicas. Outra explicação utilizada para justificar a presença constante de

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor Adjunto do Colegiado do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

crimes e criminosos na província, a de que a proximidade do Rio Grande do Sul com os países vizinhos facilitava a sua vida é uma das mais recorrentes. Desta forma, ponderava o Barão de Muritiba em 1856:

A vida quase errante dos proletários da campanha, sem morigeração e sem hábitos de trabalho, que lhes permite passarem desconhecidos de um a outro ponto do território, porque a nossa legislação e mais que ela os costumes inveterados da população, autorizam essa mobilidade sem outro corretivo mais do que serem expulsos dos distritos aqueles sobre quem recai suspeita de não estarem isentos de crimes: corretivos que raras vezes tem aplicação (MURITIBA, 1856, p. 07).

Nota-se, que a mobilidade era um problema à execução da justiça. A expulsão dos indivíduos suspeitos dos respectivos distritos onde residiam era uma forma de punição. Entretanto, cabe refletir o quanto tal medida vinha de encontro aos interesses de controle da criminalidade, visto que ao invés de impor um limite à mobilidade tão criticada, o procedimento adotado acabava por incentivar ainda mais o “nomadismo”. Neste sentido, o próprio Barão de Muritiba reconhece a ineficiência do “corretivo” e chama atenção para as raras vezes que ele tinha aplicação.

Quando se refere aos potenciais criminosos o presidente os caracteriza como portadores de um modo de vida “quase errante”, “sem morigeração e sem hábitos de trabalho”, o que demonstra a existência de um ponto de vista pejorativo por parte de um segmento da sociedade – representada por Muritiba – em relação à forma como tais pessoas levavam sua vida. Fica evidente, portanto, o quanto a associação entre crime e determinados costumes era uma chave de explicação bastante cara para os administradores públicos, contudo, em nenhum momento os motivos que estão na base destes costumes são ponderados.

Isto é, a “vida errante dos proletários da campanha”, que em sua maioria eram lavradores pobres, é definida como

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

um incentivo a prática do crime, mas o fato de que este costume – a mobilidade – é resultado, entre outras coisas, da dificuldade de acesso a terra, do tipo específico de agricultura por eles praticada e da constante expulsão a que estavam submetidos devido a expansão da grande propriedade em direção as zonas de fronteira agrária em nenhum momento são lembradas. Por sua vez, seria demasiado esperar que um ocupante da presidência da província encontrasse em tais fatores motivos para a criminalidade. Em outros termos, seria legislar contra si e contra os interesses que ele representava.

Outra questão presente na fala de Muritiba é a falta de uma legislação que dê conta de punir os responsáveis pelos crimes. Segundo pode-se depreender da leitura dos diferentes relatórios, não existia uma organização satisfatória das instituições responsáveis por realizar a repressão e vigia da sociedade. Faltava um corpo organizado de policiais, o seu número era pequeno e a própria ação jurídica era apresentada como portadora de problemas, diante da falta de juízes, advogados e promotores. Isto é, o corpo de funcionários de Estado responsáveis por lidar com a criminalidade, seu controle e julgamento era inexpressivo. Ao tratar destas questões o presidente Joaquim Antão Fernandes Leão em sua mensagem de 1859, escrevia:

as deserções freqüentes do nosso exército, a falta de instrução na classe inferior da sociedade, o uso inveterado de armas de defesa, a deficiência da força policial, a impunidade com que contam os criminosos logo que transpõem a barreiras para estados vizinhos, a negligencia das autoridades em alguns pontos da província, e a dificuldade em outros para os provimentos dos cargos da polícia, tudo isso concorre poderosamente para que em geral a Lei não seja garantida em toda a sua plenitude (LEÃO, 1859, p. 04).

Nesta fala, emergem mais alguns motivos que na época eram considerados responsáveis pelo grau de violência e criminalidade existente na província. Além dos já mencionados

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

pelo Barão de Muritiba em 1856, no relatório de 1859, alguns outros são elencados, por exemplo, a negligência das autoridades e a dificuldade de provimento dos cargos de polícia. A “ineficiência” do Estado em controlar a criminalidade e punir os criminosos era tão patente que o presidente Leão registra que “os termos de Piratini, Jaguarão, Canguçu e em geral as Comarcas de Santo Antônio e Cruz Alta estão contaminadas de criminosos de importância, e tão ousados são eles, que as autoridades temem persegui-los” (*Idem*).

Oito anos após, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, anuncia aquela que seria uma das primeiras medidas no sentido de regular a questão da criminalidade no território rio-grandense. Em fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 1867, Homem de Mello anuncia a criação de um corpo volante de policiais que percorreria os distritos da província na perspectiva de apreender detratores e criminosos, assim como para “capturar” indivíduos que estivessem “em caso de servir no exército” (HOMEM DE MELLO, 1867, p. 13). Aos comandantes superiores das guardas volantes caberia a tarefa de, a cada 15 dias, enviar relatórios ao presidente participando das diligências executadas. Na mensagem não consta se a medida teve sucesso, contudo a simples menção a ela é representativa das mudanças então em curso, as quais demonstram o interesse do Estado em exercer um maior controle sobre a ação e presença de pessoas consideradas perigosas em diferentes áreas do Rio Grande do Sul.

Tais modificações, por sua vez, estão vinculadas aos processos sociais então em curso. Cabe lembrar que a partir de 1850 ocorreu um aumento na entrada de imigrantes estrangeiros no Rio Grande do Sul, bem como um crescimento populacional das colônias que estavam em funcionamento. Além disso, esta data é importante porque é neste ano que é promulgada a Lei de Terras. Estas duas situações colocam a Província frente a novos problemas, ou seja, era preciso gerenciar a questão da segurança e da justiça nas colônias, assim como a aplicação dos preceitos presentes na Lei de Terras seria responsável pela emergência de conflitos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

que deveriam ser controlados pelos aparelhos de Estado.

O acréscimo na entrada de imigrantes teve como uma de suas conseqüências o aumento nos conflitos pela terra e a bibliografia que trata deste assunto tem demonstrado a pertinência da constatação (Ver: ZARTH, 1997 e 2002; ARDENGHI, 2003; SILVA, 2004). Cabe registrar, que os confrontos não aconteciam apenas entre os imigrantes, mas envolviam toda a população que vivia nas colônias ou no seu entorno. Chama atenção neste sentido, a presença de conflitos motivados por questões étnicas nas regiões coloniais. Em 19 de julho de 1879, por exemplo, o presidente Felisberto Pereira da Silva após descrever uma contenda envolvendo um “italiano” e um “brasileiro” acontecido no distrito de Povo Novo, município de Rio Grande, sublinha que era “necessário rever vários acontecimentos envolvendo confronto entre pessoas de diferentes etnias”, pois ainda não existia, segundo Felisberto, “um maior detalhamento dos mesmos” na província (SILVA, 1879, p. 07-08).

Outro aspecto apresentado como um problema era a presença de grupos armados de “bandidos” que, segundo os relatos dos diferentes presidentes, viviam do saque das propriedades. A atuação de “quadrilhas de ladrões” é assunto constante nas mensagens e ocupava bastante a preocupação dos governantes: “os atentados contra as pessoas e a propriedade são constantes; quadrilhas de ladrões e malfeitores infestam a campanha, levando o roubo e o assassinato por toda parte, trazendo a população em constante sobressalto” (VILLANOVA, 1887, p. 13). Sobre esta questão e a dos conflitos étnicos não terei como aprofundar as discussões aqui devido aos limites estipulados para o artigo, mas trago estes dois exemplos apenas para pontuar a sua importância e para chamar atenção para a pequena quantidade de trabalhos de pesquisa histórica produzidos a respeito destes assuntos, especialmente para o caso do banditismo rural.

No início do texto sublinhei aqueles que, segundo o presidente da província em 1856, eram os motivos da presença constante de crimes no Rio Grande do Sul. Trinta anos depois,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

em relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 7 de março de 1886, o presidente Henrique Pereira de Lucena, ao tratar do mesmo assunto, desenvolvia as seguintes ponderações:

A taberna, o copo, o baile noturno são os pontos de reunião mais convidativos para essas classes [pobres]: aí há desde os licores que mergulham o homem numa embriaguez apática e pesada, até aqueles outros que causam no organismo a mais furiosa exaltação: o punhal, a adaga ou a pistola estão no cinto; por pouco trava-se a rixa e daí a momentos estão infelizes os que entraram amigos desfeixando-se golpes sobre golpes aos quais não raro sucumbem algum (LUCENA, 1886, p. 100).

Na fala de Lucena novamente está presente o argumento de que a falta de morigeração e do hábito do trabalho são os principais responsáveis pela criminalidade. Quando se refere aos crimes contra a propriedade argumenta: “não cessarei de clamar contra a vadiagem que no brasileiro, mais do que a cobiça é a causa fatal que leva a esse gênero de crime” (*Idem*). Lucena não vê alternativa ao problema, pois, segundo ele, “não há, com efeito, esperar operários laboriosos e pacientes, ativos industriais de meninos que foram criados vagabundeando nas ruas, dissipando em fúteis recreações, senão em vícios precoces, o tempo e tudo mais que colhem da condescendência da família” (*Idem, Ibidem*). Aqui está presente um raciocínio muito forte na época e que ganhará ainda mais força na passagem do século XIX para o XX, isto é, aquele que dizia que o “brasileiro nato” era incapaz de realizar o trabalho produtivo. Discurso que, segundo Márcia Naxara (1998), levou a apologização do imigrante europeu que passou a ser percebido e descrito como aquele que seria responsável por modernizar o Brasil. Cabe ressaltar que não era qualquer imigrante, mas o proveniente da Europa, especialmente de origem não-ibérica e branco, que era o principal alvo de elogios por parte da elite governamental, ilustrada e

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

intelectualizada brasileira do período.

Em 1887, as causas dos crimes ocorridos no Rio Grande do Sul eram: “a grande extensão do território da província, o aumento da sua população, a falta de instrução das classes inferiores, a deficiência da força policial, a benevolência do júri e a convivência com as repúblicas vizinhas” (LISBOA, 1887, p. 04). A partir de 1888, com a emancipação dos escravos, um novo ingrediente é apresentado. Assim, em seu relatório o presidente Rodrigo de Azambuja Villanova, relatava que

Se era precária nas condições normais a segurança individual e de propriedade depois da promulgação da Lei de 13 de maio do corrente ano que declarou livres todos os escravos existentes, e como consequência depôs todos os contratos e obrigações que se basearam em Leis que mantinham o elemento servil, a vida e a propriedade do cidadão ficaram quase sem amparo e defendidas antes pelos recursos pessoais de cada um do que pelo poder social, a cuja sombra embalde procuram os ameaçados acolher-se pedindo garantias. (VILLANOVA, 1888, p. 05).

Como é possível verificar e, segundo as informações oficiais presentes nos diversos relatórios das autoridades governamentais, na segunda metade do século XIX, a situação do Rio Grande do Sul era problemática. Quando apresentados, os motivos da criminalidade invariavelmente eram os “maus costumes” da população rio-grandense, principalmente das camadas mais pobres e sem vínculos com a imigração européia. Em outros termos, a violência e a criminalidade eram resultado da ignorância da população, sendo que é perceptível na leitura dos documentos governamentais um esforço por parte dos seus elaboradores na perspectiva de isentar a sua própria responsabilidade em relação a tais problemas.

Agora que conhecemos as posições e ponderações dos administradores públicos em relação aos índices de criminalidade e suas razões, cabe fazer uma reflexão crítica a

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

respeito de alguns comportamentos definidos como criminosos, os quais, como veremos, estavam ligados diretamente ao modo como se desenvolveu o processo de conquista do território Rio-grandense. De uma maneira geral, os diversos relatórios produzidos por diferentes personagens políticos que ocuparam o cargo de presidentes da província no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, apresentam os “maus costumes” da população como principal causa dos crimes cometidos no estado. Em *A ideologia da decadência*, Alfredo Berno Almeida (2008), destaca o quanto a repetição é um traço comum das mensagens presidenciais produzidas no Maranhão durante o século XIX. Comparativamente o que acontecia no Rio Grande do Sul não era diverso e mesmo a rotatividade dos presidentes não impedia a repetição de justificativas idênticas para as mesmas situações em diferentes legislaturas. Assim, é perceptível a presença de uma constância discursiva que, de tanto repetida, tornara-se chave explicativa cara e aceitável, tanto por parte daqueles que a produziam como daqueles a quem eram destinadas. Nos termos de Almeida:

Na repetição palmilha-se um terreno comum e se incide em fixar termos e expressões que asseguram a ilusão da certeza e da exatidão, mesmo quando são maiores as incertezas e o desconhecimento por parte dos administradores. Através dela é que se institui um léxico considerado apropriado aos documentos, é que se fixam palavras ou expressões consideradas “chaves” ou que sempre se supõe traduzir a “situação real” da província (ALMEIDA, 2008, p. 64).

Para ser mais preciso, os documentos produzidos pelo Estado buscavam traduzir a “situação real” da província e, para tanto, encontravam na repetição de algumas justificativas para situações específicas a força necessária para legitimar uma determinada visão de mundo que, como mostra Bourdieu (2005), em certos momentos tem a capacidade de construir o

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

mundo que descreve. Assim, todos os comportamentos considerados desviantes – e o crime é um deles –, são apresentados como responsabilidade dos seus praticantes que agiam criminosamente por lhes faltar instrução e bons costumes. Em contrapartida, as ações do governo, nos documentos oficiais, tinham por meta o progresso e a melhoria da província, os quais não aconteciam devido a falta de adesão destas pessoas que insistiam em não se enquadrar nos ideais de trabalho e progresso então pretendidos e, desta maneira, eram representados e apresentados como *vadios* e *ignorantes*.

Diante disto, é necessário que se faça uma contraposição entre as explicações presentes nos relatórios dos presidentes com o que efetivamente acontecia na vida cotidiana da gente pobre, quase sempre representada como criminosos potenciais. Tarefa muito difícil de ser realizada, uma vez que é raro encontrar documentos que permitam esta entrada e conhecimento do mundo dos segmentos pobres e não alfabetizados. No que tange a tal questão, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, p. 14), demonstra que esta parcela da população brasileira, designada como *homens livres pobres*, compõe uma camada populacional cuja origem foi o modo como o Brasil foi povoado. Assim, o estabelecimento da grande agricultura mercantil realizada por escravos é responsável pelo surgimento e “existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não da sua posse”. Pessoas que encontraram na agricultura de subsistência, na vida errante nas regiões de fronteira agrária sua principal fonte de recursos e, assim, formam a multiplicidade de *vadios* e *bandidos* de que tratam os documentos.

O estudo de Franco é pioneiro nas análises sobre essa camada populacional. Representa um avanço significativo em termos historiográficos, uma vez que analisa a vida, o comportamento e a sociabilidade característica do *homem livre pobre* conectando-os a realidade sócio-econômica brasileira do século XIX. Assim, demonstra os vínculos de interdependência

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

entre a grande propriedade escravocrata e a presença no Brasil de um contingente considerável de pessoas destituídas da propriedade fundiária. Entretanto, é preciso ter cuidado com algumas constatações da autora, especialmente quando trata da violência que, segundo ela, é um componente regular da cultura rural brasileira. Para Franco, nas comunidades de *homens livres pobres*:

A violência está incorporada como uma regularidade, eclodindo de circunstâncias que não comprometem as probabilidades de sobrevivência e apresentando um caráter costumeiro suficientemente arraigado para ser transferido a situações que apresentam pelo menos alguns sinais de mudança (FRANCO, 1997, p. 30).

Ainda segundo a autora, a mobilidade, assim como para os presidentes da província, é um dos fatores responsáveis pelos altos índices de violência entre as populações rurais. Contudo, diferentemente dos presidentes, para Franco este modo de vida seminômade não é resultado de uma escolha própria sustentada pela suposta indisposição deste tipo social para o trabalho, mas consequência do próprio processo de constituição da sociedade brasileira e do modo como se organizou a produção e a propriedade fundiária no país. A mobilidade, portanto, é um recurso às condições adversas de existência experimentada pelos *homens livres pobres*. Por seu turno, a falta de fixação destas pessoas em determinados locais dificultava o estabelecimento de condutas uniformes “prescritas e respeitadas de modo estrito” (*Idem*, p. 31-32). Fato que levou a existência de um elevado grau de independência em suas relações, resultando numa paridade social caracterizada pela baixa divisão do trabalho e pelo isolamento. Situações que ajudam a entender o elevado grau de atos violentos presentes nestas sociedades.

A análise desenvolvida por Franco tende por apresentar a violência entre os *homens livres pobres* como resultado, em última instância, de sua “pobreza cultural”, sua rusticidade. Contudo é preciso ter cuidado com isto, pois tratar uma

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

“cultura” como “pobre” pode ser insuficiente para compreensão dos seus significados. Ou seja, é preciso analisar esta “cultura” a partir dela, tendo cuidado de vinculá-la a padrões sociais mais amplos de modo a não isolá-la e compará-la a padrões culturais e comportamentais que pouco dizem da realidade vivenciada por determinado grupo social. Em suma, fazer isto – qualificar um determinado comportamento supostamente cultural como “pobre” ou “rico” – significa incorrer no mesmo raciocínio parcial praticado pelos produtores dos documentos oficiais do século XIX.

Estudos mais recentes, cujo pano de fundo de suas análises é a questão da criminalidade, por exemplo, as pesquisas de Boris Fausto (1984), Mariza Corrêa (1983), Maria Helena Machado (1987 e 1994), para citar alguns, concordam que a violência que está presente entre as camadas mais pobres da população brasileira é resultado direto das suas condições sociais de vida. Da mesma forma, estas análises têm demonstrado que o crime e a violência, por vezes, podem adotar o sentido da resistência e contestação as mazelas sociais experimentadas. Logo, o argumento de que a criminalidade era motivada pela *vadiagem* e pelos *maus costumes* de seus praticantes era eficiente na sua intenção de esconder os seus motivos sociais e, assim, legitimava possíveis soluções, na maioria das vezes também violentas, colocadas em prática na época.

No caso do Rio Grande do Sul do século XIX, é perceptível nos relatórios presidenciais a necessidade de exercer um controle sobre os crimes que aconteciam na província, especialmente na perspectiva de que o Estado deveria realizar sua função controladora e ver respeitadas as suas decisões naquilo que dizia respeito a este assunto. Da mesma forma, o discurso da pouca presença e da falta de organização do Estado e de seus aparelhos de controle no interior do Rio Grande do Sul pode ser facilmente encontrado, tanto a partir da leitura dos relatórios dos presidentes de província como dos processos crime. Não é incomum constar

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

nos processos queixas de delegados, juízes de paz, sub-delegados a respeito da não existência de um controle eficaz da justiça em suas comarcas:

No dia 28 para 29 do mês próximo passado foi assassinado Manuel Alves de Maia que procedi auto de corpo de delito, sendo os assassinos Francisco de tal e Theodoro de tal, como pelos grandes esforços que fiz foi preso um deles, o Francisco, porque minhas atribuições não alcançam proceder sumário e porque o respectivo sub-delegado desta ainda se acha enfermo e não haja quem se onere para emprego supra (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo crime 1.647. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1849. Maço 41*).

Este processo é encaminhado a julgamento no dia 6 de abril de 1849 sem que se elabore o seu respectivo sumário, devido falta do funcionário responsável. Os dois envolvidos são identificados como ervateiros e o motivo do assassinato, segundo depoimento de José Caetano (preto forro, natural da província de São Paulo, casado, com sessenta anos mais ou menos, residente no distrito de Botucarahy), foi rixa travada entre os contendores porque Francisco estava na casa de Manuel Alves de Maia tocando viola, coisa que não agradou o dono da casa que de arma em punho expulsou Francisco, mas foi atacado e morto pelo violeiro e um seu amigo de nome Theodoro de Tal. Quando é perguntado em interrogatório sobre seu envolvimento na morte de Manuel, Francisco responde que sabia por ouvir falar que ele e seu amigo Theodoro haviam matado a vítima, mas que não se lembrava de nada, pois tinha tomado “muita cachaça a ponto de perder o sentido” (*Idem, ibidem*).

Neste processo crime, encontram-se algumas situações que são corriqueiras. Dentre elas destacam-se a “facilidade” com que se passa de uma desavença simples a um confronto de extermínio. A participação de expectadores que podem ou não intervir no conflito. O porte livre de armas,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

geralmente facas e facões, por vezes pistolas. O momento em que ocorre o conflito, que na maioria das vezes é uma diversão, mas também pode ser durante a execução de algum trabalho, especialmente durante os mutirões. Outra circunstância presente no processo que também é comum no conjunto dos documentos é a mobilidade, pois em seu interrogatório o “preto forro” José Caetano afirma ser do estado de São Paulo e, naquele momento, residia em um distrito do município de Soledade. Cabe pontuar que é bastante comum encontrar processos crimes em que pelo menos um dos envolvidos na trama, seja como participante do conflito ou testemunha do caso, se diga proveniente de outro estado do Império ou região do Rio Grande do Sul.

Situação semelhante à ocorrida entre Manuel e Francisco acontece em 1850 e envolve outros dois personagens que se identificam como lavradores: João Gonçalves e José Pedroso. Consta no processo que, na casa de João, José travou desavença com Guerrino de tal, sendo que em função disso os dois foram expulsos pelo proprietário da casa. No dia seguinte, José ainda sentindo-se ofendido pela expulsão sofrida, desafia João para uma briga, mas ele não aceita a provocação. Mesmo assim é atacado por José, mas consegue esquivar-se, sendo que toma a arma – uma adaga – com que foi ameaçado e usa-a para ferir seu desafeto, o qual falece dias depois.

Em interrogatório, ao ser perguntado o motivo da morte, Gonçalves responde que sabia que José “tinha morrido de paixão”. O que seria morrer de paixão? Floriano Antônio Nunes, testemunha do caso, em seu depoimento explicita a questão afirmando que José sentia-se ofendido por ter sido expulso da casa de João e havia prometido “beber o sangue” de Gonçalves. Narra ainda que José Pedroso morreu “dizendo que não era da ferida que morria, porém de paixão por não ter bebido o sangue de João Gonçalves” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo crime 1.659. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1850. Maço 42*). De acordo com os diferentes depoimentos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

estes são os motivos da briga, sendo que ao tratarem da relação entre os dois envolvidos as testemunhas afirmam que ela não era conflituosa e apenas aquela desavença teria levado ao confronto.

Neste caso, a defesa da honra é apresentada como justificativa para a contenda e ela tem dupla presença, uma vez que José vê como alternativa para equilibrar sua relação com João entrar em conflito com ele. Por seu turno, João, mesmo fugindo da provocação, quando atacado se vê na iminência de ter que eliminar seu oponente, tanto para não ser eliminado quanto para não ver sua personalidade manchada. É importante ressaltar que numa quantidade considerável dos processos analisados, que envolvem rixas de extermínio, o motivo gerador das desavenças geralmente é a ofensa a honra de uma das partes. Estudiosos desta questão muito têm debatido sobre os motivos de a defesa da honra ter um lugar tão importante na vida cotidiana dos grupos/comunidades rurais brasileiras. Em seu estudo sobre a sociabilidade dos grupos de ervateiros no estado de Santa Catarina, por exemplo, Arlene Renk, destaca que entre estas populações

Os valores nobres (...) consistem na lealdade, na honra e na coragem, esta era a maior virtude. Estes aspectos refletem-se no cotidiano, através de práticas, como a preferência pelos santos guerreiros: São Jorge, São Sebastião, São Benedito, São Jerônimo e nas lutas por questões de honra. Neste esquema, a preservação da honra nunca foi vista como crime, antes como algo que deveria ser defendido. Permanecer vivo equivaleria a ser o vencedor, prova da coragem e invencibilidade, a que não se poderia fugir (RENK, 1997, p. 99).

Os confrontos em sua generalidade estão ligados a ofensa pessoal, à quebra de algum preceito considerado importante e ao desafio de personalidades que se medem em função dos mais diversos motivos. Anteriormente grifei, sustentado nos estudos de Maria Sylvania de Carvalho Franco, que a mobilidade era um dos fatores que estava na base da

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

criminalidade entre a população pobre, visto que ela impossibilitava a criação de laços fortes de dependência entre os participantes desta realidade. Contudo, isto não quer dizer que inexistiam laços pessoais de dependência entre a população rural pobre. Pelo contrário, a reciprocidade e a ajuda mútua são traços marcantes das relações sociais destes grupos.

Todavia, as possibilidades de “fuga” oferecidas pelas regiões de fronteira agrária eram reconhecidas por seus habitantes como maneiras eficientes para escapar das malhas da justiça. Em 1869, na Comarca de Cruz Alta, Ubelina dos Santos Lorena, acusa Alexandre Ramão Trilha de ter espancado ela e sua filha Damazia Trilha. Alexandre, em defesa própria afirma ter batido em “sua companheira” porque ela era uma “alcoviteira de suas filhas” e que uma delas de nome Damázia “estava prostituída”. Após o espancamento Ubelina e Damazia conseguem escapar e vão pedir ajuda a uma vizinha de nome Thomázia, mas que por ser viúva e sozinha diz não poder amparar as duas fugitivas. Mãe e filha continuam sua jornada e, por fim, conseguem apoio de Joaquim Silva Genro que as acolhe. Algum tempo depois, Alexandre sai a procura das duas e as encontra na casa de Genro para quem ele conta todo o sucedido e, segundo depoimento de Genro, Alexandre aproveitando a ausência de Ubelina, havia tentado agarrar a força sua outra filha de nome Ubelina Trilha que tinha ficado em casa (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo crime 1.837. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1869. Maço 46*).

Da leitura do processo é possível verificar o complexo de relações que compõe a vida cotidiana das populações rurais pobres. No processo crime entram em jogo situações como a defesa da honra, as relações de vizinhança, os valores morais compartilhados e outros mais. O motivo que levou Alexandre agir da maneira como agiu foi a suposição de que sua filha Damázia havia perdido a virgindade e, aos seus olhos, encontrava-se “prostituída”. Da mesma forma, Alexandre entendia que a responsabilidade por tal fato era de Ubelina que, como mãe, deveria zelar pela honra das suas filhas e da

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

própria família.

As relações de vizinhança também têm lugar especial neste processo, pois diante da fúria de seu marido e pai Ubelina e Damázia não vêem alternativa senão pedir ajuda as pessoas que estavam mais próximas. Fato que as leva até a casa da vizinha Thomázia que se recusa a ajudar sob a justificativa de ser mulher e viúva, isto é, ela pouco poderia fazer para impedir Alexandre e, caso tentasse, poderia ser vítima de violência também. Essa situação, somada as expectativas de Alexandre em relação a sua companheira e filhas, aponta para o lugar da mulher naquela realidade. Da mesma maneira, demonstra uma partilha de valores naquilo que tange aos papéis sexuais das mulheres, os quais não são uma especificidade das comunidades rurais, mas atravessam a sociedade brasileira como um todo¹.

Diante da recusa de Thomázia, Ubelina e sua filha encontram guarida junto a Joaquim Genro que se torna a principal testemunha do caso e, no seu depoimento, entre outras coisas, deixa claro o quanto as regiões de fronteira eram propícias para possíveis fugas. Nesta perspectiva, informa que Alexandre havia lhe contado que não se retiraria de sua casa sem antes matar Ubelina porque ela era “a causa de seus prejuízos, (...) dizendo que não era daqui, que morava para diante do inferno três léguas e que anoitecia aqui e amanhecia lá” (*Idem, ibidem*). Enfim, se para os presidentes da província a mobilidade era a causa dos crimes, para os “criminosos”, ela era uma excelente alternativa para fugir as punições do Estado.

Ainda sobre a questão da mobilidade e da fronteira agrária, é importante frisar que durante a segunda metade do século XIX uma extensão considerável do Rio Grande do Sul ainda não tinha sido definitivamente incorporada. Trata-se das terras situadas mais ao norte do estado que, a partir de 1824, com a fundação da colônia São Leopoldo, passaram a ser alvo de políticas de colonização com imigrantes. Contudo, o território que era ocupado pelos municípios de Cruz Alta,

¹ Sobre esta questão ver: (CORRÊA, 1983)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Passo Fundo e Palmeira das Missões, situado na região noroeste, só conheceu projetos efetivos de colonização nas décadas finais do século XIX² e início do XX. A leitura das fontes evidência que essa era uma região caracterizada pela pouca presença do Estado e seus aparelhos. Característica que não quer representar uma ausência completa do Estado, mas sim uma presença peculiar³, fato que traduz muito daquilo que vem a ser e pode ser definido como uma região de fronteira agrária.

Um exemplo que mostra de forma iluminadora o quanto esta presença peculiar das formas institucionalizadas de controle social propiciava a emergência de formas típicas de ajuste foi o confronto ocorrido entre Filisbino Francisco Reinaldo, praça de polícia em Cruz Alta e o jornalista Osório Francisco Reinaldo. Segundo consta na denúncia, escrita pelo Promotor Público,

Na noite de 23 de maio do ano corrente [1886], chegando Filisbino José dos Santos, praça da secção policial desta cidade, em casa de Generosa Cezarina do Rosário e aí encontrando inesperadamente o denunciado acima nomeado [Osório], perguntando-lhe: o que faz e o que pretende você, um homem que tem mulher e filhos nesta casa e desta mulher com quem convivo? Ao que respondeu Osório: *não tenho a dar-lhe contas; porque hoje o que governa aqui é este facão*. E tirando de tal arma precipita-se sobre seu adversário, que teria recebido na cabeça o golpe que recebeu na mão se não levasse o braço em defesa. Sentindo-se ferido Felisbino lança mão de uma acha de lenha que encontrou e investe para o seu agressor que o vendo ensangüentado deitou a fugir. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo crime 1.993. Cartório Civil*)

² Algumas colônias foram fundadas na região ainda durante o século XIX, por exemplo, a colônia São João das Missões fundada em 1825. Contudo, tais intentos não tiveram sucesso devido a uma série de problemas. (Ver, (ZARTH, 1997).

³ Sobre as peculiaridades da presença do Estado em regiões de fronteira agrária, ver: (VELHO, 1976 e MARTINS, 1997).

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Crime. Município de Cruz Alta, 1886. Maço 52) – grifos meus.

Um fato que chama atenção no processo é o de que Osório foi inocentado e considerado livre de culpa pelo Júri, circunstância que mostra a presença de certa tolerância dos aparelhos de justiça local para determinados casos de infração da ordem. Contudo, uma resposta definitiva ao porquê de Osório ter sido inocentado é difícil de ser alcançada, já que muitos casos parecidos tiveram resultado semelhante. De qualquer forma, algumas hipóteses podem ser levantadas, sendo que a partilha de valores entre acusados, acusadores, funcionários públicos, juristas e os membros do júri é uma explicação ponderável. Da mesma forma, a inexistência na região de cadeias públicas e de uma estrutura mínima para manutenção dos condenados também pode ser uma hipótese interessante para explicar a grande quantidade de absolvições. Por sua vez, estas duas explicações precisam ser testadas mais profundamente e não há espaço aqui para isto.

Para findar, cabem algumas poucas palavras sobre a criminalidade e a violência nas colônias, visto que é comum encontrar falas autorizadas defendendo a idéia de que a entrada de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul seria responsável pelo desenvolvimento da civilização e seus valores, logo, produziria uma diminuição na criminalidade. Contudo, ao analisar processos crime movidos nas colônias, especialmente na colônia Ijuí que na época fazia parte da Comarca de Cruz Alta, pude perceber que o crime e a violência também eram matéria cotidiana naquela colônia e que os motivos dos confrontos entre os imigrantes não eram diferentes daqueles que moviam os crimes nos locais onde a presença européia era menor.

Assim, é possível concluir que o argumento usado pelos incentivadores da colonização não condizia com a realidade vivida nas colônias. Um dos muitos exemplos encontrados que retratam esta constatação é o fato acontecido no dia 17 de fevereiro de 1892, quando, na colônia Ijuí, o colono Júlio Berick repreende seu vizinho Adolfo Kemas por ele ter maltratado um cão de sua propriedade. Em

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

conseqüência Kemas tenta atacar seu oponente que após a chamada de atenção havia partido em retirada, mas quando Berick se vê atacado faz uso de um facão que trazia consigo e golpeia seu desafeto, o qual veio a falecer. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo crime 2.050. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1892. Maço 55*). Em outros termos, o motivo do conflito – a agressão de um cão – não é diametralmente diverso das razões que levavam os *homens livres pobres* a ajustarem seus desentendimentos de forma violenta.

De uma maneira geral, a partir de 1890, com a fundação da colônia Ijuí, processos crime envolvendo colonos começam a ter uma presença destacada na região. Assim casos de lutas de extermínio, rixas e desavenças são tão constantes em Ijuí quanto eram nas zonas em que a presença de imigrantes era menos intensa. O que vem a demonstrar, novamente, que o problema da violência nas comunidades rurais tipicamente brasileiras não é resultado de seu modo de vida definido, pelas autoridades da época, como pouco morigerado e inábil ao trabalho produtivo, ou por terem uma suposta “cultura pobre”. Isto é, tal violência, como tem sido destacado ao longo do texto, está intimamente ligada ao modo como aconteceu o a apropriação territorial no Brasil. Este processo, por seu turno, igualmente encontrou lugar de existência nas regiões coloniais e nelas os conflitos também ganharam suas especificidades.

Referências Bibliográficas e Fontes:

Fontes:

Mensagens dos Presidentes de Província depositados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 2ª sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1859.*

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentou a Assembléia Legislativa da mesma Província, na sessão extraordinária de 1861.*

LEMOS, Francisco de Faria. *Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Chaves Campello, 2º Vice-Presidente, no dia 1 de Fevereiro de 1878.*

LIMA, Francisco Xavier Pinto. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima abriu a 1ª sessão da 14ª Legislatura provincial, em 14 de Março de 1871.*

LISBOA, Bento Luiz de Oliveira. *Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Conselheiro Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 25 de Abril de 1887.*

LUCENA, Henrique Pereira de. *Fala apresentada a Assembléia Legislativa provincial do Rio Grande do Sul pelo Presidente da Província o Exmo. Sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª Legislatura, em 7 de Março de 1886.*

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa provincial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em a 2ª sessão da 12ª Legislatura, 1867.*

MURITIBA, Barão de. *Relatório com que entrega a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a Jeronymo Francisco Coelho, 28 de Abril de 1856.*

SILVA, Felisberto Pereira da Silva. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores, no dia 19 de Julho de 1879.*

VASCONCELOS, José Leandro de Godoy e. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa pelo Presidente Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcelos, na 2ª sessão da 20ª Legislatura, 1882.*

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-Presidente, por S. Exª o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º Vice-Presidente ao passar-lhe a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de Outubro de 1887.*

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a S. Exª o Barão de Santa Tecla, 1º Vice-Presidente, no dia 9 de Agosto de 1888.*

Processos Crime depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo crime 1.647. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1849. Maço 41.*

____. *Processo crime 1.659. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1850. Maço 42.*

____. *Processo crime 1.837. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1869. Maço 46.*

____. *Processo crime 1.993. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1886. Maço 52.*

____. *Processo crime 2.050. Cartório Civil Crime. Município de Cruz Alta, 1892. Maço 55.*

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.* Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações do seu modo de vida*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2001.

CORREA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

EISENBERG, Peter L. *homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Unicamp, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da escravidão*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.

SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense*. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em História da Universidade

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Federal do Rio Grande do Sul, 2004. (Dissertação de Mestrado).

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2002.

_____. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997.

Processo de organização da seção regional do PRP gaúcho: um estudo do funcionamento institucional

Claudira Cardoso¹

1- Aspectos introdutórios e processo de organização

No presente texto será abordado o processo de organização, estrutura e composição do Partido de Representação Popular (PRP) no processo político do Rio Grande do Sul, a partir do funcionamento da máquina partidária em conexão com a atuação de seus dirigentes regionais nas décadas de quarenta, cinquenta e início dos anos sessenta.

O PRP teve atuação em vários estados no período da Quarta República no Brasil, tendo obtido formalmente seu registro no primeiro semestre de 1945. A seção do Rio Grande do Sul, por sua vez, começou suas atividades públicas a partir de outubro desse mesmo ano. O estudo dessa seção partidária no Estado pode ser justificada em razão da sua importância para o partido, em que a partir de 1947 passou a deter o maior contingente eleitoral do PRP; alguns de seus membros tiveram participação em órgãos da direção nacional. Além disso, tiveram efetiva participação no processo político regional através da organização e funcionamento de vários diretórios municipais, da disputa em eleições estaduais e municipais, além do exercício de mandatos parlamentares em diferentes níveis e da ocupação de cargos na burocracia do Estado. Por isso, penso que diferentemente do que afirmou de Fay de Azevedo (AZEVEDO, Fay. 1957, p.78 .), de que o integralismo em sua atuação sob a sigla do PRP, não teria encontrado “clima favorável” e de que só teria feito “proselitismo” no Rio Grande

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora do Centro Universitário Metodista de Porto Alegre (IPA) e da Faculdade Porto Alegrense (Fapa)

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

do Sul, o partido criou, sim, estratégias para reconquistar e manter a parcela do eleitorado atraído no período da AIB, e, embora mantendo-se como pequeno partido, conseguiu de modo racional colher os dividendos que o percentual de votos por ele obtido, lhe garantiu.

O processo de articulação do partido no Rio Grande do Sul, pode ser remetido a um período anterior à sua formação oficial, pois a existência de alguns documentos nos levam a supor que o capital objetivado acumulado pela AIB exerceu um peso relativo nesse processo, na medida em que os contatos entre os ex-membros da AIB no Rio Grande do Sul, e destes com lideranças nacionais não foram totalmente desarticulados durante o Estado Novo.

Assim, conforme o jornal *Diário de Notícias* publicado, em 28 de outubro de 1945, a direção regional foi criada em uma reunião dos associados do PRP que elegeu uma “Comissão Estadual Provisória”, com objetivo coordenar a convenção estadual do partido prevista para a primeira quinzena do mês de novembro. Essa direção era composta pelos seguintes dirigentes: Guilherme Barbosa (presidente), Celestino Peres Cardoso (industrialista), Jorge Souza Gomes (Engenheiro civil), Sezefredo Azambuja Vieira (advogado), Hugo di Primio Paz (professor), Dante Sfoggia (advogado), Joel Cavalcante Albuquerque Tabajara (comerciante) e Alipio Carrard (industrialista), sendo que cinco dos sete componentes foram ex-membros da AIB. Imediatamente, iniciaram os trabalhos de organização com o estabelecimento de uma Secretaria Provisória instalada no centro de Porto Alegre. Essa movimentação pode ser verificada através do envio de uma convocatória a pessoas de vários municípios do Estado, solicitando adesão ao partido e participação na 1ª Convenção Estadual, realizada em 12 de novembro de 1945, na cidade de Porto Alegre, no Teatro São Pedro.

A referida Convenção Estadual pode ser vista como a retomada da participação do partido no processo político regional, buscando visibilidade e o recrutamento de antigos e novos adeptos ao novo partido. No evento a nova direção foi

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

empossada a partir da eleição de um Diretório Estadual Provisório constituído dos seguintes membros: Celestino Caparelli Peres Cardoso (Presidente), Luiz Alexandre Compagnoni, (1º Vice-presidente), Andrino Braga (secretário), Sezefredo Azambuja Vieira (consultor jurídico) e Romano Tóffoli Culau (tesoureiro). Esses cinco dirigentes têm em comum o militância na AIB, além de todos serem provenientes dos setores médios da sociedade, pois o primeiro era professor e industrialista; o segundo, jornalista e advogado; o terceiro, bancário; o quarto, advogado e o quinto, comerciante.

A estrutura organizacional formal do PRP em âmbito regional pode ser verificada em um organograma, no qual é possível verificar os diferentes níveis de poder da esfera estadual e o formato de seu ordenamento na estrutura hierárquica regional do PRP. A articulação entre os escalões partidários era regulamentada nos estatutos do partido, criados a partir de sua formação em 1945. Pelo regulamento o órgão máximo do partido era o Diretório Nacional, o qual se colocava acima das outras instâncias, na medida em que os membros das direções regionais e municipais não faziam parte dele. Gilberto Calil salienta que de 1945 a 1964 a direção nacional fez sete alterações em seus estatutos, sendo a de 1946, II Convenção Nacional, a que provocou importantes modificações na estrutura partidária e que garantiu mais poderes à presidência nacional. (CALIL, 2005, p. 303). No tocante ao nível estadual, os estatutos estabeleciam como órgãos dirigentes o Diretório Regional, o Conselho Estadual e a Convenção Estadual; no município era o Diretório Municipal, o Conselho Municipal e a Convenção Municipal, os quais correspondiam à hierarquia partidária nesse nível.

Inicialmente, o Diretório Regional foi composto por “um presidente, um primeiro e segundo Vice-presidentes, um primeiro e segundo Secretários, um primeiro e segundo tesoureiros, um consultor jurídico e três membros Vogais, eleitos pela Convenção Estadual, com mandato de dois anos”, conforme estatutos aprovados em 26 de outubro de 1946. Uma

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

de suas principais competências era dirigir e administrar o partido no Estado, conforme as regras estabelecidas pelos órgãos nacionais, ou seja, era a principal instância que fazia funcionar a máquina burocrática sob a qual eram dinamizados os recursos políticos e sociais da instituição e de seus membros no âmbito regional. A fiscalização e incentivo às atividades partidárias nos municípios era uma de suas importantes atribuições, pois tinha a prerrogativa de aprovar ou vetar processos eleitorais realizados pelos diretórios municipais.

A existência de uma vasta documentação pode atestar, em parte, o encaminhamento de inúmeros procedimentos do cotidiano da organização, os quais iam além das imposições de cunho burocrático vindas do DN e acatadas pelo DR. Este buscava dar encaminhamento a inúmeras atividades de cunho político-administrativo no âmbito da própria direção regional, assim como junto aos diretórios municipais no Estado. Verifica-se através dos livros de atas do DR que, por exemplo, suas reuniões obedeciam a uma frequência quinzenal, conforme estabelecido em seus estatutos; eram convocadas com certa periodicidade reuniões extraordinárias com o Conselho Político; eram realizados contatos com os diretórios municipais, o diretório nacional, além de outras instituições; eram registrados o recebimento de ofícios, telegramas, comunicações, nomeações de diretórios distritais, atas de reunião de diretórios municipais, pedidos de exoneração, cartas, escolha de candidatos concorrentes aos pleitos eleitorais. Existem, ainda, registros de discussões e deliberações, principalmente no que se refere à posição do partido frente aos pleitos eleitorais no âmbito estadual e municipal. Entretanto, ao submetermos esse acervo a uma análise mais aprofundada, em que se compara a atuação dos dirigentes em suas gestões político-administrativas com a conjuntura política de cada uma delas, observa-se que o funcionamento do partido não ocorreu seguindo essa “coerência aparente”, que se tenta fazer crer, ao contrário, a sua trajetória estava repleta de descontinuidades e incoerências. Estas, muito provavelmente, devem ser remetidas ao fato de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

que o dia-a-dia da organização dependia dos recursos individuais e coletivos de seus diferentes dirigentes, assim como de seus diferentes interesses.

O segundo órgão em importância no Estado foi o Conselho Político, cuja principal competência era “opinar sobre as questões de interesse partidário, que lhes eram propostas pelo Diretório Estadual”. Ainda segundo os estatutos, deveria reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do DR. Foi um órgão que teve pouco tempo de existência, ao menos com essa nomenclatura, pois foi extinto na IX Convenção Nacional do partido em 1951. Posteriormente, em 1956, com o aumento do número de vogais no Diretório Regional esses dirigentes foram incorporados. As informações a respeito de sua atuação não estão muito detalhadas na documentação. Encontramos nas atas de algumas reuniões, que esse órgão era convocado pelo presidente do DR, e, suas reuniões eram conjuntas com as do Diretório Regional.

O terceiro órgão diretivo no âmbito do Estado era a Convenção Estadual. As convenções estaduais eram sempre construídas pelos dirigentes, como uma importante atividade partidária. A realização de uma Convenção Estadual envolvia um conjunto de ações preparatórias, em geral coordenadas por um grupo de dirigentes e militantes mais ativos. Eram feitas várias reuniões preparatórias, que resultavam em um documento (circular interna) que continha as principais questões a serem abordadas no evento. Essa foi, em geral, uma prática da direção regional e que recebia retorno de diversos diretórios municipais, não só uma resposta à circular, mas também em forma de participação através de delegações nas várias convenções realizadas no período. Esse tipo de circular costumava ser aproveitada pela direção para recrutar e fazer uma certa educação política a membros dos níveis mais baixos da hierarquia partidária.

Esse aproveitamento era também desdobrado para divulgar a existência do partido através da imprensa local e regional a diversos seguimentos sociais, como os partidos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

adversários e a sociedade de um modo geral, assim como possibilitava a entrada de novos adeptos ao partido. A Convenção Estadual, era mencionada regimentalmente como aquela que “opina sobre questões de interesse do Diretório Estadual”, era organizada ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocada pelo diretório regional, tendo ocorrido um total de dezoito durante o período. Em geral, o processo de escolha da direção regional ocorria nas convenções de caráter ordinário, e nas extraordinárias eram aprovadas as estratégias a serem seguidas nas eleições estaduais e municipais, principalmente. O processo de escolha da direção regional não era definido pela base partidária, mas por dirigentes partidários do diretório regional (e parlamentares) e dos diretórios municipais. Eles constituíam-se delegados eleitos e nomeados para efetuar a homologação da direção, a partir de uma nominata de candidatos previamente indicados em reuniões do Diretório Regional, afirmando um caráter mais oficial e publicizado das decisões, previamente definidas pelos órgãos dirigentes superiores.

As Convenções Regionais constituem um momento privilegiado para se verificar as disputas de posição entre os dirigentes e ao mesmo tempo possibilita perceber que o partido não é um “ser coletivo”, mas constituído de grupos que foram adequando seus interesses com as regras da instituição integralista. Como mencionado acima, no período de 1945 a 1964 o partido realizou dezoito convenções regionais, em que as deliberações nelas ocorridas possibilitam verificar questões, como a pouca autonomia das direções regionais em relação à Direção Nacional, processos de disputa de posições entre os dirigentes, o restrito universo das tomadas de decisão, o descontentamento dos diretórios municipais controlados pelo uso da disciplina partidária, a ausência de participação da base do partido, dentre outras.

Os órgãos diretivos, acima mencionados, faziam parte de uma estrutura-funcional burocrática, a qual efetuava o encaminhamento das proposições oriundas daqueles, assim

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

como de atividades burocráticas do cotidiano da instituição. Essa estrutura regional foi acrescida com a reforma estatutária de 1947, que criou 10 secretarias nacionais, as quais deveriam ser adotadas de modo regular nos estados e municípios. Segundo Calil ao constituir esse tipo de estrutura partidária Salgado trabalhava com a idéia de “rivalizar com o Partido Comunista”(CALIL, 2005, p. 303).

No Rio Grande do Sul, foram criadas a Secretaria Regional, a Secretaria de propaganda, a Secretaria de Finanças, a Secretaria de Arregimentação Eleitoral, a Secretaria de Arregimentação Estudantil, o departamento de Estatística e Controle, a de Arregimentação Feminina e a de Arregimentação trabalhista. Não foram obtidas informações da implementação no Estado das seguintes secretarias: Assistência Social, Cultura Artística, Educação Moral, Cívica e Física e Estudos e Planos Governamentais. Em um relatório do Diretório Municipal de Porto Alegre, enviado à Secretária Estadual, no qual é feito um balanço das atividades realizadas em 1949, o secretário Abílio Pilger, afirma que as secretarias de Cultura Artística, de Arregimentação Feminina, de Arregimentação Trabalhista e Moral e Cívica, não tiveram efetivo funcionamento durante a sua gestão. Quanto aos Diretórios Distritais de Porto Alegre, menciona que apenas o 1º e 4º distritos funcionam regulamente, destacando a importância deste último por se tratar de um importante centro operário.

Em geral, o funcionamento desses órgãos internos seguiu determinado ordenamento ligado, em parte, a elementos peculiares de cada dirigente da instituição. Não obstante a rigidez dos estatutos, esses órgãos poderiam ser caracterizados como “pequenas partes interligadas” que deveu seu funcionamento às “múltiplas operações” realizadas por seus diferentes agentes a partir de suas relações sociais, políticas e culturais. Isso implica reconhecer a existência desigual de capitais individuais e coletivos entre esses agentes, que exercem influência na decisão tanto de escolha dos nomes para ocupação dos cargos, quanto na presença das diferentes

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

delegações municipais às convenções, a qual estava ligada à reputação e representatividade – o capital de relações – que esses líderes tivessem em seus redutos eleitorais. Isso evidencia, sobretudo, a existência de uma concorrência entre eles para ocupar as posições de poder interna e externamente na hierarquia partidária.

Na análise de Bourdieu encontra-se uma explicação mais aprofundada a respeito dessa questão, em sua denominação de capital pessoal de “notoriedade” e de “popularidade”. O qual é firmado no fato de *ser conhecido e reconhecido* na sua pessoa por ter um “nome”, uma “reputação” e também no fato de possuir certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”. Frequentemente, são produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem certo capital cultural. Assim, esse capital é produto de uma acumulação lenta e contínua que desaparece com a pessoa de seu portador. (BOURDIEU, 2000. p.190 e 191).

Também as observações de Offerlé no tocante ao funcionamento das organizações partidárias se fazem relevantes, pois esclarece que o esse funcionamento só ocorre, a partir de um diferencial de recursos entre seus membros e por conta disso há uma divisão do trabalho político. Assim, a estrutura está dividida hierarquicamente, sendo composta por indivíduos com níveis diferenciados de engajamento partidário, mas, tendo em comum o registro de uma ficha de adesão, o comprometimento, ao menos em tese, em pagar uma cota mensal.

2 - Os dirigentes regionais: detentores de recursos com diferentes níveis de poder

Esses dirigentes, através de processos de concorrência, conquistaram o direito de falar em nome da organização, sendo que cada cargo exigia um tipo específico de dirigente, já que

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

os níveis de direção eram diferenciados. Por isso, às inúmeras relações operadas por esses agentes a partir da construção conjugada de fatores de ordem social, política, econômica e cultural, inclusive, anteriormente à sua entrada nessa organização partidária devem ser levados em conta para entender as razões de adesão de cada um desses dirigentes ao partido.

Ao analisarmos as diversas gestões político-administrativas que ocorreram ao longo do período de atuação do PRP no Estado, verifica-se que às formas de gestão era reflexo de seus respectivos dirigentes, assim como dos diferentes elementos que influenciaram para sua formação. Daí encontrarmos situações de interação que possuem ligações entre si, além de outras que podem ser atribuídas ao estilo pessoal de seu principal dirigente, ou mesmo de um determinado grupo no interior do partido, ou ainda sofrer influência das relações com outros setores externos ao partido. Por isso, dizemos que as atividades político-partidárias desenvolvidas eram reflexos de um conjunto maior de relações desde a marca impressa de seus principais responsáveis, até os diferentes momentos do contexto social e político do Estado e do país.

Podemos tomar como exemplo uma situação ocorrida na gestão de Oscar Machado, do biênio 1949/50, referente à tomada de posição do PRP quanto às eleições estaduais. Em uma correspondência endereçada aos presidentes dos diretórios municipais, o Diretório Regional buscava esclarecer as razões que teriam levado o partido a declarar seu apoio ao candidato do PSD, Cylon Rosa, ao governo do Estado em 1950. Essa explicação teria sido necessária porque até então o PRP estaria negociando uma proposta de candidatura conjunta com o PL e a UDN, entretanto, com a oferta do PSD de lançar o nome de Plínio Salgado em sua chapa para o senado o partido em troca apoiaria o nome de Cylon Rosa para governador. (Correspondência, 21/08/1950. Acervo CD-AIB/PRP).

Na gestão seguinte, de Arno Fernando Arnt eleita em

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

março de 1954, encontramos outras situações que podem da mesma forma demonstrar algumas peculiaridades das relações em cada gestão político-administrativa. Durante a sua gestão teve que explicar os elementos que teriam justificado a tomada de posição frente ao lançamento da candidatura de Wolfram Metzler ao governo do Estado, assim como, posteriormente à avaliação das razões que teriam implicado na derrota do candidato do partido naquelas eleições.

Os exemplos de algumas situações ocorridas em gestões político-administrativas do PRP podem ser comparadas a questões levantadas por Miceli a respeito de grupos dirigentes da UDN e do PSD. Em seu trabalho é destacado que apesar de inúmeras características comuns entre os dirigentes da UDN e do PSD, tanto à origem social, quanto à formação escolar ou à trajetória ocupacional esses grupos possuíam importantes diferenças, derivadas “de um lado, dos laços que seus integrantes mantêm com setores distintos da elite econômica, bem como da posição relativa que ocupam na hierarquia das profissões liberais e culturais, e, de outro, do grau de proximidade quer em relação aos grupos dirigentes estaduais quer em relação ao poder central ou às ‘extensões’ em que se desdobrou sua presença no plano nacional”.(MICELI,1996, p. 562)

Além disso, o acolhimento dessa lógica de funcionamento implica concordar que alguns trouxeram mais recursos individuais, outros menos, e outros o partido lhes possibilitou a aquisição dos recursos necessários à sua atuação política. Esse diferencial, leva a uma distribuição desigual das posições de poder entre os níveis de direção, ou seja, entre o cargo de secretário geral, de presidente, ou mesmo um mandato parlamentar. Isso reforça a idéia de Michel Offerlé, quando afirma que a sobrevivência de uma organização está ligada à divisão do trabalho com diferenciação de recursos entre os seus membros, e, que tal processo estaria ligado ao crescimento da organização partidária que progressivamente passa a exigir uma burocracia e uma profissionalização de seus dirigentes, na medida em que eles adquirem um *saber fazer* e

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

uma competência específicas, consolidadas através do mandato coletivo. A desigualdade de distribuição dos recursos desses dirigentes, que pode se apresentar nos aspectos sociais, políticos e simbólicos, pode contribuir para acentuar os fenômenos de dominação no interior dos partidos. (OFFERLÉ, 1987, p. 25).

Assim, consideramos que a direção partidária regional do PRP gaúcho fez parte de “um sistema de posições e de uma divisão do trabalho” no interior da organização, consubstanciada na ocupação dos cargos da estrutura regional do PRP gaúcho - aqueles do diretório regional, diretórios municipais e mandatos parlamentares – que levava em conta “disposições” ou “recursos” dos quais esses agentes eram detentores. Dentre eles a formação educacional foi um dos recursos individuais bastante valorizados no recrutamento de determinadas lideranças, principalmente para os cargos do Diretório Regional. Verifica-se, portanto, que os cargos de maior importância no partido eram ocupados por dirigentes que dispunham de um maior “número” de capitais acumulados. Conseqüentemente, alguns ocupavam melhores posições que outros. Uma das formas de recrutamento do PRP no Estado era realizado a partir de uma “divisão territorial” do Estado entre os dirigentes de maior prestígio no partido, ou seja entre aqueles que já possuíam acumulados “capitais coletivos partidários e capitais sociais individuais”. A cada dirigentes era delegada a responsabilidade de atuação em uma determinada região – geralmente a sua de origem - em nome do partido. Em geral, o resultado desse processo era o aumento da rede de relações sociais desses dirigentes, que posteriormente era reconvertido em votos para o partido, mas também para eles individualmente.

Através do exemplo acima e de vários outros se pode verificar, portanto, que as posições de poder ocupadas por essas lideranças não são as mesmas no interior do PRP, como também não são ocupadas pelas mesmas pessoas, em que pese a fraca rotação dessas elites dirigentes ao longo do período de existência do partido. O PRP gaúcho foi dirigido desde início

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

da sua formação até meados dos anos cinqüenta, predominantemente, por lideranças que simbolizavam o passado da organização, ou seja, ex-membros da AIB. Além dessa variável a notabilidade profissional, a formação educacional, os recursos econômicos, o não pertencimento ao Partido Comunista, foram da mesma forma elementos significativos na competição entre os dirigentes. Por isso, se torna pertinente concordar com a idéia de que a relação partidária é constituída de uma “colaboração concorrencial” entre dirigentes e auxiliares ou uma espécie de união entre mandatário e mandantes através de um contrato racional, o programa.

3- Competição interna os mandatos dos dirigentes do Diretório Regional

Do início da formação do partido no Rio Grande do Sul até 1965, o DR foi dirigido por um total de noventa e quatro membros, que atuaram em 250 mandatos, com duração de 2 anos conforme consta nos estatutos. Até 1956, esse órgão era composto por 11 membros, sendo modificado desde então para um número entre 15 e 45 membros. Essa instância diretiva era composta por um presidente, dois vices-presidente, um primeiro e segundo secretários, um consultor jurídico e os vogais (o número destes aumentou de 6 para 39 nessa reforma de 1956), que conforme já mencionamos cumpriu com o estabelecido nos estatutos, elegendo a cada dois anos, através da Convenção, um novo grupo que dirigiria os rumos do partido em cada Estado. Não é demais mencionar que cada um desses cargos possuía atribuições específicas, estabelecidas nas regras internas, com exceção do cargo de vogal que recebia suas atribuições do presidente do diretório regional.

Dos mandatos de 1945 a 1948 todos, sem exceção, haviam sido militantes da AIB. É apenas a partir de 1949 que se verifica a presença de alguns membros no cargo de vogais que não teriam pertencido à AIB, contudo, os principais

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

cargos, de presidente, primeiro e segundo vice-presidentes, foram ocupados até o final da década de 1950 por pessoas que tiveram efetiva participação no integralismo dos anos 30. Nos mandatos ocorridos a partir do início de 1960, os três últimos antes do fechamento dos partidos, foi eleito o único presidente que não teria pertencido de fato à AIB, Alberto Hoffmann. Apesar de sua clara simpatia pelo movimento, desde 1936, pois foi um dos fundadores da “Secreta Sociedade Pró-Sigma”, quando era aluno do Ginásio Municipal Cristo Redentor, em Cruz Alta. Mas, é importante que se diga que ele foi o único dirigente do partido eleito para mandatos parlamentares consecutivos, tanto na Assembléia legislativa como para a Câmara Federal, além de ter sido nomeado secretário de Agricultura do Estado no Governo de Leonel Brizola no final dos anos 1950.

Mesmo que se dê a devida importância ao fato de que um dos pré-requisitos para ter acesso à direção do PRP era ter pertencido ao integralismo do período anterior, não se pode afirmar que a gestão de cada um desses dirigentes foi igual no espaço-temporal, na medida em que suas propriedades sociais não eram necessariamente as mesmas e nem a conjuntura política. Além disso, as relações políticas mantidas por esses agentes não são dissociáveis das relações mantidas em outras situações de interação vivenciadas em outros espaços fora do político. Em sua análise sobre os dirigentes e eleitos do PS no Var, em Pas-de-Calais e em Ille-et-Vilaine, Sawicki aponta que a diversidade e os tipos de interações existentes entre os dirigentes só podem ser “compreendidas em relação às configurações espaço-temporais nas quais elas se inscrevem (...)”. (SAWICKI, 1997, p. 49).

A afirmação de que o grau de renovação entre os dirigentes do PRP foi restrito apoia-se no fato de que foram dezoito os membros que se revezaram na direção, nos três principais cargos de direção – presidência, vices e secretaria – na totalidade dos treze mandatos exercidos do período. Se considerarmos o nível de circularidade individualmente por

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

cargos é possível concluir que a presidência e a secretaria geral foram os cargos que ficaram concentrados a um número mínimo de dirigentes no decorrer dos treze mandatos existentes. Se somarmos as gestões administrativas de Oscar Machado e Alberto Hoffmann na presidência, veremos que os dois ficaram no cargo mais da metade do total de mandatos existentes no período. Na secretaria geral, a ausência de circularidade fica evidenciada nos nove mandatos exercidos pelo protético Romeu Parussini. As gestões da 1ª 2ª vice-presidência também não atingiu um número muito grande de dirigentes, pois dos 14 membros ocupantes desses cargos 5 foram presidentes, ocupando inúmeras vezes os postos de vice; outros dois ocuparam mais de um mandato como 1º e 2º vice-presidente.

4 – Propriedade sociais dos dirigentes – recursos individuais e coletivos

O critério pertencimento à AIB foi assim um importante recurso que pôde ser utilizado como uma credencial de confiabilidade para acessar no PRP. Vários dos indivíduos que pertenceram à AIB ao entrarem no PRP podiam fazer uso desse recurso, o qual funcionou como elemento de diferenciação entre aqueles que não haviam pertencido àquela organização, aparentemente lhes possibilitava ascender mais rapidamente a postos de poder no interior do DR, à candidatura a cargos eletivos, dentre outros. Talvez se possa dizer que quanto mais alto o cargo ocupado anteriormente, maiores às chances em ocupar postos nos níveis mais altos na hierarquia do novo partido, pois fora o líder Dario de Bittencourt que não ingressou no PRP, a maioria dos chefes provinciais da AIB ingressaram no PRP, ocupando posições de destaque em sua hierarquia interna e externa.

Ao analisarmos os recursos dos dirigentes que ocuparam a presidência e vice-presidência do DR, verifica-se que praticamente todos eles haviam ocupado importantes

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

posições de poder no interior da organização nos 1930. Veja-se Wolfram Metzler foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1934 e era chefe provincial em Novo Hamburgo; Oscar Machado foi candidato a deputado federal também naquelas eleições, além de constar da lista de membros da AIB presos em Porto Alegre, em 1938; Guilherme Barboza e Celestino Caparelli Peres Cardoso foram os primeiros dirigentes do partido no Estado sobre os quais não conseguimos obter muitas informações. Este último consta dessa mesma lista de presos em 1938. A falta de dados relativos aos cargos ocupados por estes dirigentes nos impede de precisar categoricamente qual foi o seu nível de participação na AIB. Mas, por outro lado, como o critério pertencimento à AIB permaneceu ao longo de todo o período é muito provável que tais dirigentes tenham sido também lideranças do movimento. Além desses, os nomes de Juracy de Assis Machado e Arno Arnt também constam entre aqueles que teriam militado no integralismo.

No tocante aos ocupantes da vice-presidência daquele órgão, como visto no quadro acima, dos nove dirigentes apenas Silvio Toigo Filho, Bernardino Conte e Antonio Cândido Silveira Pires não teriam pertencido à AIB. Este último era filho de Décio Pires membro do núcleo "camisa verde das Palmas". Sendo que a ascensão desses três dirigentes ocorre no início dos anos sessenta, coincidindo com a subida de Alberto Hoffmann à presidência.

Conforme vimos, poucos foram os dirigentes do partido que não teriam pertencido ao integralismo da década de 30 e, que conseguiram no decorrer de sua trajetória acumular um capital de notoriedade que lhes garantiu determinadas posições de poder no DR. O elemento, pertencimento à AIB, pesou de fato, pois se vê que o único presidente do DR que não teria pertencido ao movimento foi o ex-deputado Alberto Hoffmann, em que pese sua simpatia pelo movimento já nos 30. Apesar de somente ter conquistado pela primeira vez o principal cargo da esfera regional, após ter acumulado um importante capital de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

notoriedade pessoal e ao mesmo tempo coletivo, construído desde sua entrada no partido em 1946, quando atuou no diretório municipal de Ijuí até o início dos anos sessenta.

Cabe observar ainda, que os dirigentes que ocuparam o maior número de vezes o cargo de presidente ou vice-presidente haviam pertencido à AIB. Foi o caso de Oscar Marchado; Arno Fernando Arnt e Mário José Maestri que tiveram quatro mandatos; Guido Fernando Mondin e Nestor Pereira com três mandatos, a única exceção, como já vimos, foi Alberto Hoffmann que esteve à frente do diretório por cinco mandatos, sendo um como vogal, um como vice-presidente e os demais como presidente.

De uma maneira geral, é possível dizer que o PRP herdou alguns dos recursos conquistados no passado pela Ação Integralista Brasileira, assim como recursos individuais de parte de seus adeptos. A sigla ou marca característica do integralismo da década de 1930, que a organização obteve por sua visibilidade, notoriedade e atuação no mercado político, possibilitou ao PRP tirar proveitos desses recursos acumulados, principalmente no tocante às suas lideranças e seu eleitorado, relativamente fiéis àquela organização.

5 - Origem sócio-profissional e de classe dos Dirigentes do Diretório Regional

O grau de instrução da maioria dos dirigentes do PRP gaúcho era de nível. Todos os que ocuparam a presidência e a consultoria jurídica desse órgão possuíam diploma de nível superior. Tanto na primeira, quanto na segunda vice-presidência apenas um entre os oito dirigentes não possuía diploma de graduação. Mas, deve se destacar que as gestões desses dirigentes sem tal titulação veio a ocorrer já na década de 1960, quando o construtor Silvio Toigo Filho foi eleito 2º vice-presidente na Convenção de 11/12/1960, e posteriormente foi eleito 1º vice-presidente o contabilista Bernardino Conte para as gestões 62/64. O cargo de secretário regional parece ter sido o único cargo entre os de função executiva em que os

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

dirigentes tiveram formação de nível médio, sendo a partir da gestão de 1951 ocupado pelo protético Romeu Parussini, como 1º secretário e o contabilista Roberto Affonso Diehl, como 2º secretário. No que se refere aos ocupantes dos cargos de vogais, observa-se que dos 84 dirigentes mais da metade, ou seja 45 contra 39 possuía educação de nível superior. Sendo este grupo menor composto em sua grande maioria, por pessoas que exerciam uma ocupação que exigia formação de nível médio.

Esse perfil social parece não ser muito diferente do encontrado por Héglio Trindade para os dirigentes regionais da AIB na década de trinta. Ele afirma que a direção executiva da AIB, tanto no plano nacional, como regional, era recrutada predominantemente entre as camadas intelectuais da classe média superior, especialmente as originárias das profissões liberais. Os dados apontam que 57% das profissões liberais da média burguesia intelectual urbana, 13% da burguesia comercial e industrial, indicando para um recrutamento de dois terços no seio da burguesia e da média burguesia. Enquanto que apenas 15% tinha origem na pequena burguesia e classes populares. Por isso, afirma que o aparelho do partido era controlado pela classe média superior em nível nacional e regional da direção.

Pelo que se pode observar, a variável nível educacional dos dirigentes da seção gaúcha não difere muito daquilo que foi encontrado por Trindade na direção nacional do partido ou mesmo dos dirigentes dos demais partidos da época. Sérgio Soares Braga verificou que entre os constituintes de 1946, 88,2% possuía curso universitário, sendo 55,3% diplomados em Direito. Ainda segundo ele, os únicos partidos que não tinham maioria entre os bacharéis eram o PSP, o PTB e o PCB, sendo encontrado no PR e na UDN as maiores proporções de 66,7% e 63%, respectivamente. Por isso, deve ser sublinhado o peso do chamado “bacharelismo” na formação dos principais líderes partidários do período. Joseph Love, apontou a educação como um importante indicador de homogeneidade da elite política paulista, onde apenas 8% não

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

possuía diploma universitário. Três quartos de seus membros eram bacharéis em direito ou medicina, significando que 70% eram advogados, sendo que 63% destes receberam seu diploma de curso pela Faculdade de Direito de São Paulo. É com base nisso que o autor aponta que o recrutamento dessa elite efetuava-se dentro de um contexto extremamente restrito, pois na década de 1940 “somente 1 em cada 250 paulistas era portador de diploma universitário”.

Estes dados tomaram como referência os mandatos exercidos pelos dirigentes no período acima mencionado. Dele é possível tirar que a formação educacional, ou seja, o capital cultural acumulado foi também um elemento que pesou na escolha dos dirigentes que ocuparam os cargos do Diretório Regional. Ao analisarmos mais detidamente o conjunto das profissões praticadas ou reivindicadas pelos dirigentes do DR do PRP, verifica-se que a grande maioria possuía ocupação oriunda de uma formação de nível superior e/ou de nível médio, e apenas um agricultor, um comerciante e um industrial exerceram uma única vez um mandato de vogal. A variável educação e ocupação nesse nível da direção apontam para uma super-representação dos profissionais liberais e técnicos, maciçamente superior ao ramo de atividade agrícola em que apenas um membro do seu núcleo dirigente se reivindicou ocupante deste ramo de atividade, enquanto que ninguém foi incluído como operário. Tal configuração ocupacional sugere que a direção neste nível é predominantemente “letrada” e que os dirigentes identificados com o ramo de atividade, do qual o partido se dizia representante era praticamente inexistente.

Verifica-se, então, que os advogados ocuparam diferentes cargos na direção executiva, sendo predominantes na consultoria jurídica e no cargo de vogal, pelo qual passaram 30 bacharéis. Os mandatos exercidos pelos economistas foram bastante significativos, sendo predominantes também no cargo de vogal com 22 desses profissionais, além de mais dois em cada uma das vices-presidência. Os mandatos exercidos por professores devem ser também destacado, na medida em que

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

eles ocuparam por cinco mandatos a presidência do diretório regional, uma vez a 1ª vice-presidência, ainda que tenham sido predominantes, com 8 mandatos no cargo de vogal. Também os engenheiros e médicos tiveram expressão dentre às ocupações mencionadas. Os primeiros ocuparam um mandato na primeira vice-presidência, três na 2ª vice-presidência e dez no cargo de vogal; os médicos tiveram três mandatos na presidência, um na 1ª vice-presidência e dois na 2ª vice-presidência e mais oito como vogais. Ambos tiveram o mesmo total de mandatos, porém em postos diferenciados. Os jornalistas, por sua vez, ocuparam por dois mandatos a 1ª vice-presidência, por três a 2ª vice-presidência e cinco mandatos como vogais. Além destas, outras ocupações em menor número de repetições podem ser mencionadas, como a de agrônomo, dentista, farmacêutico, funcionário público, bancário e protético.

Também se pode observar que a maioria absoluta dos ocupantes do Diretório Regional eram homens, ao que se sabe apenas uma mulher ocupou seis mandatos como vogal a partir da gestão político-administrativa de 1956. Aliás, a presença feminina nos cargos de direção da seção gaúcha, inclusive não só nos cargos do Diretório Regional, foi pouco significativa. É importante que se ressalte que Zilda Arnt era esposa de um importante dirigente do PRP, Arno Arnt, e que a sua ocupação aparece em alguns documentos ora como doméstica, ora como professora, e ainda como pianista.

De modo esquemático, a maioria possuía formação de nível superior com predominância nas profissões liberais e dentre estas advocacia, magistério, economia, medicina e jornalismo, enfatizando um grau elevado de homogeneidade no recrutamento dessas lideranças em determinados setores como os de classe média alta e média. Tais profissões estão intimamente ligadas à busca de ascensão ou conservação social, confirmando a condição de elite de "mérito" da maioria desses profissionais. Os dados indicam, portanto, que essa proporção bastante elevada de dirigentes não era recrutada entre as classes mais baixas, mas entre os setores com maior concentração de

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

recursos econômicos, políticos e culturais. Também se pode afirmar que para vários desses dirigentes, ser membro do Diretório Regional consistia em uma etapa de sua carreira política, sendo uma espécie de “transição” a cargos políticos da esfera estadual e federal. Sobre esse processo de reconversão de capitais será melhor detalhado no capítulo 5. Finalmente, se pode dizer ainda, que a elite política do PRP gaúcho era tendencialmente homogênea também no fator educacional, pois este se constituía como um dos critérios preponderantes de ascensão aos escalões mais altos da hierarquia partidária, em detrimento dos comerciantes e industrialistas que exerceram mandatos unicamente como vogais e pertenciam a uma elite menos letrada e mais econômica.

Bibliografia citada

AZEVEDO, A Fay. Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul. Dois Pontos de vista. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 2, 1957. Pp. 77 a 90.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História, 39).

_____. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. Niterói, 2005. Tese de Doutorado defendida na UFF.

Estatutos. Aprovados pela 2ª Convenção Nacional, em sessão de 26/10/1946. Mimeo. Acervo CD-AIB/PRP.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira: Tomo III - O Brasil Republicano, v. 3 - sociedade e política (1930-1964)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

1996. p. 569 a 596

SAWICKI, F. Pour une sociologie des milieux partisans. In: *Les Réseaux du Parti Socialiste; Sociologie d'un milieu partisan*. Paris, Belin, 1997.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: UFRGS/Difel, 1974.

O Acesso à Cidade: uma abordagem sobre desigualdade

Vívian Lara Cáceres Dan*

Este capítulo é parte da produção acadêmica de mestrado realizado na Unioeste entre os anos de 2008 e 2010, denominado de “O ACESSO À CIDADE: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira”, e nasceu das minhas vivências e incômodo ao longo dos anos como pesquisadora-docente em reconhecer como a cidade de Cáceres é pobre e pelo interesse que tive na dinâmica e na história da cidade, ao tentar compreender as modificações na política, na economia, na sociedade e nos espaços, quem as estão promovendo, que estratégias estão sendo usadas e em que contexto essas mudanças estão ocorrendo. Assim, o trabalho que apresento aqui foi construído a partir de algumas leituras marxistas, de um incômodo inicial a respeito da constituição e ampliação das enormes contradições do capitalismo manifestas em Cáceres-MT e a crescente desigualdade social evidenciada das mais diferentes formas nessa cidade e também da propagação de um discurso que coloca esta cidade como parte de uma região pobre, estagnada e de grave crise econômica, e que somente os dados da pesquisa poderiam nos revelar quais pontos eram reais ou escamoteadores dessa realidade e por quê. A partir de sua constituição passamos a destacar como se materializa essa cidade desigual, quais as estratégias para o controle social e criação da conformidade, sendo estas produzidas de diversas formas, na elaboração de leis, em reuniões com segmentos organizados, na construção do Plano Diretor, na ação da polícia, nas políticas sociais que a partir da década de 1990 passam a ser tratadas como política das “migalhas” e que trazem alguns dados da pobreza nos ajudando a explicar a

*Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Silva, Linha de Pesquisa Estado e Poder.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

situação de miséria congênita deste lugar. Assim, dentro dessa proposta de explicar a desigualdade em Cáceres, conseguimos captar como esses segmentos de classe dominante (grandes proprietários, comerciantes e empresários) se beneficiam dessa situação, justificando as “permanências”, as ausências e contribuindo para que a mesma realidade se modifique lentamente, sempre voltadas para a acumulação de capital de alguns setores e para a política de exclusão.

O objetivo geral pautou-se na pretensão de fazer um “raio X” da cidade, um quadro representativo da lógica de acumulação capitalista e perceber como esse município também está pautado na reprodução ampliada do capital e consequentemente produzindo as contradições que ele engendra: a desigualdade. Trata-se de uma análise sobre o processo de constituição da cidade de Cáceres-MT, centrando a atenção no estudo de aspectos sócio-econômicos relacionados ao modo como a cidade foi historicamente construída, demonstrando as desigualdades sociais presentes na cidade, destacando significados e motivos. A problemática, portanto, é discutir problemas relativos a essa desigualdade, seus reflexos e quais “soluções” foram apontadas até o momento para “ludibriar” as pessoas e fazê-las pensar que esse quadro está se alterando. Selecionamos dois capítulos da dissertação para construir esse texto, um deles dizendo respeito à questão espacial e leis de uma cidade que está sendo elaborada por um determinado segmento de seus habitantes e as políticas e falas oficiais serão apresentadas para ilustrar esse objetivo. Nessa perspectiva, duas cidades ou partes da cidade se evidenciam: a parte rica, dona de uma determinada infra-estrutura e uma pobre marcada pela falta desta mesma infra-estrutura. O outro capítulo aqui apresentado permite uma maior discussão de assuntos relativos à maneira como a classe dominante local busca a construção de um consenso em relação ao domínio por ela exercido. Não só, como demonstra ações sendo realizadas no sentido de treinar a população na perspectiva de efetivamente conhecerem e reconhecerem seu lugar social.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

A construção da dissertação pautou-se numa extensa pesquisa que inclusive nos remeteu ao que foi escrito como “história oficial”, bem como a análises de uma série de dados a respeito desta cidade, investigações por meio de entrevistas, notícias jornalísticas, documentos oficiais disponíveis em vários órgãos: no Arquivo Público Municipal, no arquivo da Câmara Municipal, na Prefeitura, nos órgãos de Ação Social, nas entidades de “caridade”, no INCRA, no Batalhão de Polícia Militar, e nos espaços de manifesta pobreza para compreender como a classe dominante local atua e a partir destes dados fazer uma reflexão para pinçar uma “outra” realidade pretendida que desmascara a pseudoconcreticidade e conseguirmos entender a dinâmica desta realidade que será apresentada nesse trabalho. Utilizo ainda dados e informações do IBGE, Diagnósticos para o Planejamento Urbano elaborado em 2006 que produz uma base de dados para realização do Plano Diretor de Cáceres que ainda não existe, bibliografias referenciais, dados da Secretaria de Finanças e também da Ação Social, sobre os Programas Sociais desenvolvidos nesta cidade, e que advém em sua maioria de programas do governo federal, além de entrevistas com profissionais que atuam diretamente na “amenização”/controle desses fatores vistos como “problemas” para, a partir daí, discutir e produzir alguns apontamentos sobre essa cidade que de certa forma escancara índices alarmantes de pobreza, bairros sem infra-estrutura, precariedade nas condições de vida e problemas bem graves envolvendo abuso sexual, alcoolismo e drogas, prostituição, marginalização social e, portanto, um grande contraste entre uma minoria concentrando renda e uma maioria sem as mínimas condições para sobrevivência.

Foi preciso então discutir esses dados e descobrir as relações dos mesmos com a real situação vivenciada nessa cidade. E mais, não deixar intocado nessa abordagem, a vinculação de toda essa problemática à produção e reprodução ampliada do capital, destacando as contradições e movimentos que ele incorpora, as estratégias que nesse espaço estão impulsionando a acumulação do capital e dominando a prática

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

social. As análises, portanto são tentativas de fazer uma leitura crítica da historiografia existente e dos dados produzidos oficialmente, e pretenderam uma história do tempo presente contribuindo para futuros estudos inclusive, inserindo-se na realidade local.

No capítulo segundo da dissertação, foi possível perceber a construção da cidade como um elemento da desigualdade que se manifesta inclusive no acesso aos bens coletivos. Segundo o estudo de COY (1994, p. 45) e outros, Cáceres foi subdividida em duas partes: **o centro** histórico e **a periferia**. “O centro histórico é o lugar de maior concentração de atividades comerciais” atualmente e onde já no final do século passado tinha uma importância para o Estado do Mato Grosso, pois ali agiam as antigas Casas Comerciais que mantinham contato com mercados europeus, ou seja, a função comercial e capitalista acabou moldando áreas e as desenvolvendo a serviço do capital. No centro ainda se localiza a parte comercial e de um bairro residencial da classe dominante, e ainda o chamado “calçadão” na Praça Barão do Rio Branco, que é ponto de atração para turistas e o principal ponto de encontro nos finais de semana para uma parte da população de melhor poder aquisitivo e é tida como o palco “principal” dos eventos mais “importantes” da cidade.

A definição de COY (1994) sobre a divisão de Cáceres no que diz respeito ao uso do solo urbano, de certa forma se assemelha ao que foi discutido por CORRÊA (1993, p. 07) ao esclarecer que o uso do solo define áreas como o centro da cidade “local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer”.

Embora o centro (núcleo) e a periferia nunca tenham se constituído em espaços socialmente homogêneos, e mesmo concordando com a idéia de Santos (2005) de que a perspectiva dual dos estudos sobre segregação urbana que predominou nas décadas de 1950/1980 não dá conta de explicar as transformações espaciais e as dinâmicas que ocorrem nesse espaço aqui pensado “enquanto produto e condição social”,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

ao aplicarmos o modelo dual (centro-periferia) tradicional que definia o elevado grau de desigualdade espacial de acordo com a distribuição da população pobre segregada nas periferias, destoando dos lugares centrais que concentravam as atividades econômicas e a infra-estrutura básica constatamos, que a desigualdade social, pode sim ser vislumbrada em parte, nesta perspectiva dual já que a maior parte da cidade de Cáceres não dispõe ainda de vários elementos dessa infra-estrutura básica e seu desenvolvimento e funções econômicas ainda estão refletidos nessa dualidade. Na área central da cidade de Cáceres encontram-se as residências de famílias antigas (consideradas tradicionais pois moram ali há muito tempo), a parte tombada pelo patrimônio histórico através da Portaria Estadual n.027-2002, e ainda concentra a maioria dos serviços e comércios, os serviços institucionais públicos, serviços de saúde, sendo portanto, a área mais valorizada em Cáceres.

Assim, percebemos que o espaço urbano não é apenas produzido, mas estruturado e consumido dentro de uma dinâmica vinculada à divisão social do trabalho. A população mais pobre trabalha mas não vive nas áreas centrais e sim na periferia da cidade. É a dinâmica da acumulação capitalista que está determinando a forma de produção e transformação do espaço construído. Por isso, cada parcela de terra urbana detém um valor de mercado que lhe é dado em função de sua localização e potencialidade de uso, e esses “termos produtivos” também são traçados em função das classes sociais que detêm poder sobre o mesmo. COUTINHO (2007, p. 21) completa:

Formas de provisão de habitação, processos espaciais específicos como a suburbanização e metropolização e padrões de transformação do território que tendem a se estabilizar em ciclos históricos específicos têm sua lógica de transformação definida pelo regime de acumulação.

COIMBRA (2001, p. 81) constata que na história das cidades esses territórios valorizados economicamente têm

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

suas populações empurradas para lugares ainda mais periféricos e de menor importância. E essas “periferias pobres” sobrevivem sem as mínimas condições de infra-estrutura ou saneamento. Espaços esses ainda estigmatizados pelo “discurso hegemônico”, pois ali se produziram a violência e a criminalidade. Em sua análise:

Está, pois estabelecida/cristalizada a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza e entre pobreza e periculosidade /violência/criminalidade. Mesmo autores mais críticos têm caído, ao longo dos anos, nesta armadilha de, mecânica e ingenuamente, vincular pobreza e violência por meio de estudos baseados nas condições estruturais da divisão das sociedades em classes sociais e no antagonismo e violência resultantes dessa divisão. Tais estudos têm produzido como efeitos justificativas para a necessidade de vigilância e repressão contra os pobres, tão defendida pelas elites em muitos momentos de nossa história.

A paisagem urbana é quem denuncia essa segregação sócio-espacial: as camadas pobres vivendo em precárias moradias, em lugares desprovidos de infra-estrutura urbana, saneamento, postos de saúde e escolas, localizados nas periferias urbanas ou em forma de enclaves (regiões isoladas) no centro das cidades de médio e grande porte. O ambiente urbano também se compromete nessa expansão da cidade mostrando-se socialmente e espacialmente fragmentado, e atinge especialmente as populações marginalizadas que carecem de infra-estrutura, coleta do lixo, falta de saneamento básico e vivenciam a problemática expansão desordenada levando-nos a concluir de que a falta de infra-estrutura resulta num grave problema social.

A “fala oficial”¹, bem como o Diagnóstico para Planejamento Urbano produzido pela Prefeitura em 2006 e alguns estudos sobre as “fases” do desenvolvimento da cidade

¹ Aqui identificada na figura de alguns representantes políticos, o estudo de COY (1994) e outros e jornal local.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

justificam a falta de crescimento organizado justamente nessa expansão desordenada, no processo migratório e invasões, apontando isso como um fator negativo para o desenvolvimento da cidade e visto como ampliador das desigualdades. Segundo estudos de COY (1994, p. 91) detectou-se em Cáceres:

Um desenvolvimento completamente desordenado no contexto urbano causado pelo processo migratório e pela expulsão do homem do campo para a cidade. E assim, grandes áreas urbanizadas surgiram de invasões e de grilagem e mais de 50% dos lotes urbanos particulares em Cáceres não tem documentos, nenhum título, somente posse.

É sutil, mas o estudo de Coy, por várias vezes retira a responsabilidade dos agentes modeladores da urbanização ou mesmo quem lucra com esse processo e culpa a economia ou o Estado retirando a responsabilidade direta dos agentes que estão a frente desse amplo quadro de exclusão social. É uma visão circular, pois a falta de emprego é apontada como causa da estagnação o que na realidade esta estagnação advém entre outros motivos também pela opção de crescimento da cidade onde grandes áreas latifundiárias estão nas mãos de poucos proprietários, a agropecuária como atividade chave nesta cidade e que não gera muitos empregos, comércio e indústrias que exportam carne, colágeno, teca e outros produtos, discutidos no capítulo primeiro da dissertação e que concentram lucros e há grande exploração e oferta de mão-de-obra nessa região.

Embora os estudos sobre a cidade apontem para um crescimento rápido e desordenado é possível perceber que é uma cidade com sistema de cadastramento bem estruturada e alguns intelectuais orgânicos da classe dominante têm acesso e participa da construção de muitas informações da cidade, de sua formação histórica etc. Este estudo de Coy e outros, assim como o Diagnóstico para Desenvolvimento Urbano traz uma série de justificativas para as ausências ou carências da cidade que acabam sendo utilizadas para manter essa mesma postura

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

de dominação e discursos em prol de uma elite local que não apenas se beneficiam dessa situação de extrema exploração e lucratividade mas controlam espaços e apontam quais áreas devem ser alvo do “desenvolvimento”. Numa outra parte do estudo de COY (1994, p. 67) e outros, ele ressaltou que a responsabilidade por essa carência de infra-estrutura básica cai sobre os “ombros” do Poder Público devido à ausência de “cooperação efetiva entre os organismos municipais, estaduais e federais”, falta de “continuidade político-administrativa verificada por ocasião dos fins de mandatos”, também devido à falta de condições financeiras do município, ou seja, por não existirem verbas para ampliação desses ramos de abastecimento nem para manutenção das instalações existentes e, ainda pelo fato da administração municipal não ter sido “capaz” de elaborar até os dias atuais um Plano Diretor consistente, que aponte os problemas sejam eles econômicos, sociais ou estruturais e promova projetos e ações para “induzir” o desenvolvimento da cidade.

A conclusão acima apresentada pelo estudo estaria, então, eximindo as pessoas que estão à frente da administração local dos problemas existentes na cidade. Como se a economia por si só fosse responsável pelo que acontece, ou os outros entes do governo, sem haver responsáveis diretos para as deficiências existentes ou desigualdades. Traduzido para o contexto de nossa análise, esse tipo de afirmação reforça a idéia de Estado como sujeito e não como relação social e reforça ainda mais a política de exclusão evidenciada nessa cidade bem como as ausências de acesso a um lote urbano, habitação, serviços de saneamento básico e eletricidade, ruas asfaltadas, iluminação pública, caminhão do lixo, sistema de transporte, áreas de lazer, segurança pública, etc. A ação do Estado não é neutra, nem se efetiva ao acaso. Segundo CORRÊA (1993, p. 24):

A ação do Estado capitalista não se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma Instituição que governasse de acordo com uma

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos e interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classe dominante, que a cada momento, estão no poder.

Assim, é possível dizer que a cidade foi constituída para o desenvolvimento das forças produtivas: na área central, onde estão os setores do comércio e serviços, tem um mínimo de infra-estrutura implantada porque essa elite local mora e desenvolve suas atividades comerciais ali, embora também não precisem da cidade como um todo, seus filhos estudam fora, suas férias e compras são feitas em centros maiores, enquanto os outros grupos que exploram o potencial produtivo da cidade, não precisam da “pretensa” infra-estrutura constituída na cidade, não existindo portanto, uma “real” preocupação com a formação de uma rede urbana estruturada e consistente. Os donos das agroindústrias não moram na cidade e administram seus negócios por meio de seus funcionários e gerentes. Por exemplo: a empresa Floresteca, cujos maiores sócios moram em São Paulo e Holanda, segundo informações de um dos gerentes Adriano Teixeira, entrevistado em 2009.

O referido estudo de Coy e outros destaca a necessidade de se elaborar um plano para o uso do solo urbano, diretrizes urbanísticas e um programa de assentamento organizado (a partir do Plano Diretor) pois, sem esses instrumentos a forma “caótica” de expansão de áreas habitadas no perímetro urbano e fora dele (áreas urbanizadas fora do perímetro urbano) deverá continuar, não havendo como efetivar esse planejamento urbano nem “organizar” a cidade. A elaboração do *Diagnóstico de Planejamento Urbano* por um lado mostrou que é possível obter um “planejamento formal” que interessa principalmente às classes dominantes,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

já que elas induzirão o desenvolvimento da cidade e conhecendo a realidade urbana desta cidade farão emergir uma nova ordem legal e novos padrões de urbanização que afetarão ou se estenderão a todos os "cidadãos", beneficiando-se nesse processo.

Entre os intelectuais orgânicos da classe dominante que estariam reforçando a "fala oficial" está o engenheiro Adilson Reis, atual Secretário Municipal da Indústria e Comércio, que tem uma grande base de dados sobre a cidade e atua nas composições importantes, reuniões e discussões sobre o pretense "desenvolvimento", sendo uma das pessoas que influenciam no planejamento da cidade e inclusive auxiliou na elaboração do *Diagnóstico de Planejamento Urbano*, e é um intelectual orgânico que atua em favor do segmento empresarial, que está a favor inclusive da implantação da Zona de Processamento e Exportação em Cáceres, auxiliando nos meios propagandísticos e turísticos sobre a cidade. Adilson Reis enfatiza muito essa questão argumentando que essa é a melhor forma de induzir o crescimento:

Com raríssimas exceções desde a fundação até o presente momento, houve a preocupação de calçar tecnicamente uma gestão pública e política. Depois do primeiro plano diretor de 1778, o de 1995, que foi uma exigência legal para todos os municípios brasileiros e tinha que ser discutido e aprovado pela Câmara Municipal e caso não fizesse isso nosso município não receberia mais nenhum repasse do governo federal e o que foi feito foi um excelente compêndio de informações (recortou e colou um código de obras e de posturas que já existiam) mas **que não direcionou a cidade, não definiu o macrozoneamento, locais autorizados onde se pode construir**, enfim definir melhor essas situações no macro em cima de conhecimentos, em cima de estudos. Nós estamos atualizando o plano diretor que existe mas agora **lendo a cidade, tecnicamente, socialmente, fazendo um plano diretor participativo.**

É possível perceber na entrevista do engenheiro Reis

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

a importância de dizer o que é a cidade para que possam justificar a indução do desenvolvimento de algumas áreas. Na entrevista com Reis, quando falava sobre o Plano Diretor ele fala que a cidade precisa ter um plano de desenvolvimento, implantando uma política (e programas) para que o desenvolvimento urbano com a ajuda dos governos federal e estadual aconteça:

Com ele, de fato, enxergando Cáceres pelo retrovisor nos 230 anos para trás e para frente no mínimo nos próximos 10 anos para traçar um **perfil da cidade que queremos**, colher essas impressões da sociedade, isso visando os próximos 10 anos, mas para ter as possibilidades de colocar em prática o que está nesse cenário (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias) isso tem que estar contido literalmente nessas peças orçamentárias do município, é uma obrigação legal. Parece que agora Cáceres tem uma decisão política (se refere ao atual Prefeito Túlio Fontes) de realmente construir esse momento para a cidade e daí derivar alguns procedimentos para a gestão pública municipal ter uma pauta, agregar algumas coisas que são previsões do governo do Estado, bem como do governo federal especialmente naquilo que diz respeito ao provimento de recursos para a execução de obras necessárias e fundamentais. Dentro dessa matriz, é claro que num determinado momento, **algumas coisas são priorizadas** e isso têm alcance para outras atividades da gestão pública. O plano diretor vai **desenhar a cidade que queremos**. (grifo nosso).

Tanto Adilson Reis, como os estudos sobre o desenvolvimento da cidade (Coy e outros e o Diagnóstico do Planejamento Urbano) apontam para a necessidade de se elaborar um plano para o uso do solo, assim como outras leis específicas (Lei de Zoneamento, Plano Diretor, por exemplo), e nessa “fala oficial” percebemos o encobrimento de interesses dominantes, a intenção de dominarem esse processo para induzirem o desenvolvimento atendendo aos seus interesses

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

principalmente nos setores fundiário e imobiliário. O *Diagnóstico de Planejamento Urbano* (2006, p. 112), explica que o município necessita de ações que regularizem a situação fundiária urbana, tida como “base para **políticas sociais e ambientais**”, já que sem essas ações irão se ampliar os conflitos e a “**anarquia no uso do solo urbano**”. Essa fala justifica uma ação efetiva dos segmentos de classe dominante dentro do Poder Público Municipal e na sociedade civil ao “organizar” o uso do solo urbano e quiçá fazê-lo mais desigual do que já o é. O Plano Diretor nesse sentido é elaborado para a expansão do capital. Isso significa que o “crescimento desordenado” na cidade é uma expressão aceita pacificamente, pois está diagnosticada na chamada “crise urbana” e faz parte da própria realização da lógica do capital e efeito da urbanização. A solução para a “desordem e o caos urbano”, pensada nessa lógica e também apontada por COUTINHO (2007, 45) como saída, baseiam-se em elementos tradicionais como “lei, ordem e segurança” e modernos como a “regularização fundiária”.

É preciso frisar que a discussão da ocupação urbana, além de refletir sobre os diagnósticos de crescimento desordenado, instrumentos técnicos de ordenação da cidade, perpassa também pela discussão da enorme desigualdade social existente na cidade, bem como sobre as formas que a sociedade organizada e o Poder Público estão utilizando para “amenizar” problemas que incomodam a determinados setores sociais e sobre o controle desse espaço e ainda, que essa desigualdade demonstra dois lados já que sua funcionalidade é para ampliação do capital. Acreditam que a regularização da política urbana é uma forma de “garantir o bem-estar de seus habitantes”, pois estas colaborarão no sentido de organizar a cidade e traçar os rumos do desenvolvimento da mesma. Assim, as políticas públicas urbanas para quem nelas acreditam, e segundo JARDIM (2007, 119), serão formuladas daqui pra frente “com vistas à cidade sustentável, pelo Estado, e a sociedade civil visando novos padrões dignos de vida (...)”. Nas palavras de COUTINHO (2007, p. 27):

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Ou seja, ao idealismo dos juristas se agrega o iluminismo dos urbanistas na convicção de uma intervenção do poder público capaz de modificar positivamente as condições de existência **da ampla maioria da população urbana** brasileira, desde que tal intervenção seja alicerçada em '**legislação progressista**' e este parece o caso do Estatuto da cidade e planejamento urbano adequado". (grifo nosso)

Para Adilson Reis:

Você estimula o crescimento, mas deve estar preparado para solucionar os problemas que vem juntos, e nem sempre isso é alcançado e o problema acaba aparecendo, por diversos fatores. Na verdade o espaço é comum e a gente acaba tendo uma reação em cadeia e negativa infelizmente. O que é paradoxal: a gente busca o desenvolvimento, mas tem as dores do crescimento e isso acaba compondo esse conjunto de coisas.

As dores serão as conseqüências desse "pretenso" desenvolvimento que traz também maiores desigualdades. A população então seria a maior atingida nesse processo adensando ainda mais a exclusão. Atentemos para o fato de que para além de um discurso e ações que enfatizam melhorias e serviços públicos que a princípio deveria atender a toda coletividade, temos um Poder Público Municipal que justifica mudanças, reformas (com asfaltamento, sistema de esgoto e coleta de lixo) priorizando bairros centrais onde setores de classe média e alta moram, convivem, trabalham e precisam de um espaço mais limpo e higienizado. Portanto, é possível pensar que esses discursos pelo "progresso" e desenvolvimento de uma região estão articulados às renovações urbanas ativadas pelo Poder Público e que estão orientando as alterações neste lugar e assim, reordenando a cidade para melhor usá-la e/ou controlá-la. A cidade é elaborada para um determinado segmento de seus habitantes e as

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

políticas e falas oficiais são sustentadas neste objetivo.

No capítulo terceiro da dissertação de mestrado, discuto em um dos itens, os programas sociais. Juntamente com a implantação do neoliberalismo² no Brasil nos anos 1990, inicia-se também um novo projeto de “sociabilidade” que segundo NEVES (2005) teve várias etapas de consolidação. A primeira etapa (primeira metade dos anos 1990) teve como objetivo os ajustes econômicos que foram importantíssimos para que a classe dirigente/dominante conseguisse o convencimento da sociedade brasileira. Neste momento, as políticas sociais públicas começam a ser precarizadas sofrendo privatizações e houve ainda, no âmbito da sociedade civil, uma reestruturação dos diversos aparelhos de hegemonia, principalmente dos meios de comunicação de massa, que começam a combater o sindicalismo autônomo. É assim que o neoliberalismo brasileiro vai se esforçando para criar um novo tipo de homem, cidadão e trabalhador. A segunda etapa deste projeto, segundo NEVES (2005), iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso, e nesta fase as funções do Estado irão mudar: não é mais produtor de bens (profunda desnacionalização da economia) e serviços, mas apenas “coordenador de iniciativas privadas”. A reestruturação das funções do Estado, portanto, não fora apenas de cunho econômico (privatizações), mas também ético-político, pois as estratégias governamentais basearam-se na elaboração de uma nova cidadania mais “ativa e responsável”, que resumidamente, transferiu responsabilidades públicas para as comunidades, empresários, articulando Estado e sociedade civil e produzindo nesta, “atitudes de consenso”. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, inicia a 3ª etapa dessa política e intensiva o “papel educador” do Estado estimulando parcerias, promovendo este novo homem coletivo (o programa Fome Zero, atuou como papel pedagógico) e portanto, produzindo

² Segundo Mendonça, o receituário liberal se baseou em 3 parâmetros: “a não-intervenção do Estado na economia (Estado-Mínimo), redução de gastos públicos e privatizações de estatais”.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

cada vez mais conformação geral ao projeto burguês. Nessa fase, houve a desregulamentação das relações de trabalho³, e o eixo norteador foi voltado à “prestação de serviços sociais às populações excluídas e também para aumentar a auto-estima dos cidadãos discriminados da sociedade brasileira”. A sociedade civil como os jornais, escolas, Igrejas e outros meios de comunicação estão ajudando essas estratégias de hegemonia a se consolidar já que também apóiam e divulgam as ações de “responsabilidade social” e voluntariado.

Segundo PETRAS (2005, p. 39), as políticas orçamentárias então, “em vez de reduzirem, aprofundaram as infames desigualdades do Brasil”. E comenta ainda:

Lula da Silva, tanto nos termos da filosofia neoliberal norteadora da sua equipe econômica quanto nas práticas econômicas reais, representa continuidade, extensão e aprofundamento das desastrosas políticas neoliberais seguidas pelo governo Cardoso (...). Não apenas aprofunda as já notórias desigualdades econômicas, como encoraja o mercado especulativo, em vez do mercado produtivo.

É possível então, que estes programas de forma geral, contribuam apenas para gerirem a pobreza e não para modificar esse quadro que se amplia também na cidade de Cáceres. MENDONÇA (2004, 128) advertiu:

O que está em jogo, hoje, é a exclusão das maiorias: exclusão do mercado, do emprego, da cidadania, da sobrevivência. É contra ela que precisamos dirigir nossa capacidade de reação e organização. O combate ao *apartheid* social é a meta a ser perseguida por todos que se recusam a tomar posse desse legado sombrio. E o primeiro passo para tal enfrentamento reside no conhecimento crítico da realidade.

³ A reestruturação produtiva partiu do investimento em tecnologia e informática, e segundo Mendonça, dispensou/reduziu a mão-de-obra, a “massa global” de empregos e salários, precarizou as relações de trabalho já que diminuiu sobremaneira os direitos trabalhistas.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

TELLES & CABANES (2007, p. 9) acreditam que vivemos uma desestabilização de nossos parâmetros ao pensarmos na desregulação neoliberal nesses tempos de globalização e acabamos perdendo as conexões que articulavam as questões econômicas, políticas, urbanas e sociais:

A economia é coisa que parece transitar em outra galáxia de referências, a política passa a se reduzir ao problema da gestão do presente imediato e o urbano parece se desconectar do político para ser confinado à **gestão da pobreza**. (grifo nosso)

As políticas públicas na área social de aplicabilidade municipal baseiam-se em programas do governo federal em sua maioria. Atualmente, fazem parte do programa Bolsa Família em Cáceres, 5.200 famílias e mais 2.000 estão na lista de espera. Isso significa dizer que 6,11% da população total são atendidas por esse programa e tende a aumentar refletindo nesses números mais uma face da desigualdade e pobreza da cidade. É interessante perceber como esse atendimento está em fase crescente, acompanhando uma tendência nacional: em 2004 eram 1.600 famílias atendidas pelo programa e agora mais triplicou esse número (são 5.200 famílias). É interessante perceber que para Denise Carvalho, coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social do Município, entrevistada em abril de 2009, isso não represente o aumento da pobreza: "Não está aumentando a pobreza, mas os nossos serviços vão ficando conhecidos e por isso a maior procura por eles".

É uma Secretaria muito dependente dos repasses do governo federal e das parcerias com empresas como a Petrobrás, a Cemat por exemplo. E ela acredita que a população mais informada dos serviços existentes os procura com mais frequência em busca desse atendimento. Essa é a política assistencialista empreendida em Cáceres com o objetivo de amenização dos problemas sociais.

Além dessas políticas sociais, o Prefeito Túlio Fontes,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

se reuniu com vários representantes da sociedade civil e fui convidada pela Secretária de Ação Social, Eliene Liberato, para assistir essa reunião pois ela achava que isso ajudaria meu trabalho⁴. Nessa reunião, A Secretaria de Ação Social e o Prefeito passam a “justificar” medidas efetivas de combate à “marginalidade” e percebe-se o incômodo geral desses setores reunidos que pretendem auxiliar com sugestões e apoio para conseguirem resultados positivos no que acreditam ser um combate “eficaz” da marginalidade:

E o assunto em pauta é um assunto gravíssimo que está ocorrendo não só nessa cidade, mas na grande maioria das cidades desse país. Nós (a equipe de trabalho do Prefeito) estamos buscando desde o início da gestão, um trabalho com a população de rua, com aquelas pessoas menos favorecidas e que estão tendo problemas sérios, problemas motivados pelo alcoolismo, por questões da própria família, ponderando uma série de conseqüências ruins para eles e suas famílias. E isso têm se manifestado de uma forma muito triste inclusive nas praças da cidade. Não é uma coisa de agora e só vem se agravando. O Poder Público não poderia ficar omissos por isso nós estamos fazendo essas reuniões (essa já é a terceira) e outras entidades estão sendo convidadas para **somar esforços conosco**. É uma questão que envolve a toda a sociedade. (grifo nosso)⁵

Denise Carvalho, coordenadora de Apoio administrativo, Eliene Liberato, Secretária de Ação Social estão em consonância com a fala do Prefeito, acreditam nesse trabalho em rede (expressão bem liberal), fazendo parcerias com outros organismos para que ocorra a “eficácia” dessas ações sociais e a ampliação do Estado acontece na medida em que mobiliza vários setores. A sociedade política de Cáceres está representada pelos setores comercial, agrário e

⁴ Reunião gravada no gabinete do Prefeito em 25-04-2009 por Vivian Lara Cáceres Dan.

⁵ FONTES Túlio. Fala do Prefeito na reunião gravada no seu gabinete em 25-04-2009 por Vivian Lara Cáceres Dan.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

empresarial:

Agora que está iniciando um trabalho em parceria, promotor, juiz, os comerciantes, com os direitos humanos, a vigilância sanitária que é imprescindível. A assistência social é a única que faz a interface com as demais políticas, ela não trabalha sozinha para que o trabalho seja eficaz. Tem que fazer uma integração de serviços.

Nesta reunião no gabinete do Prefeito de Cáceres, esse apoio, por parte de alguns segmentos organizados, tornou-se visível na medida em que existiam representantes do Poder Judiciário, Executivo, Legislativo e também parte da sociedade civil (empresários, Rotary, Igreja Católica, vigilância sanitária, polícia, corpo de bombeiros etc).

A Secretária da Ação Social, Eliane Liberato Dias⁶, nesta reunião, explica o que já vem sendo feito para amenizar esse “problema” e sobre a mobilização que acha necessária inclusive na outra praça, a da Feira onde o problema se agrava e por isso para ela as soluções devem ser mais drásticas:

Infelizmente ainda não conseguimos locar ainda a Casa de Apoio para a população de rua, as pessoas estão resistindo em locar para essa finalidade. Essa casa vai servir para até a gente encaminhar essas pessoas de rua para sua família de origem. Na **Praça da Feira** eu estive, e o grande problema está nos bares que ficam ali próximo da feira. A maioria que ficam ali, bebem e permanecem não são população de rua, bebem, dormem, acordam e vão embora. A partir do momento que **fechar esses bares**, com certeza esses que dependem do álcool vai ser mais fácil encaminhar para o tratamento. E aí entra os órgãos da fiscalização, da vigilância sanitária que devem

⁶ Ela é formada em Assistência Social, membro do PMDB de Cáceres e também do Rotary Club.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

nos ajudar também.

O Prefeito fala sobre a Casa de Apoio que deve ser criada e outras medidas:

Essa casa de apoio não é para a pessoa ir e ficar, é uma casa que visa apenas um período de 48 a 72 horas para que seja feita a higienização da pessoa, trabalho de ordem psicológico, médico se necessário, é uma primeira abordagem para que a pessoa se sinta prestigiada e em condições de voltar a ter uma vida normal, porque esse tipo de vida ela (sem família, alcoolismo) foge aos padrões da normalidade. Mas também **enviamos para sua cidade de origem os que não são daqui.**

Pode-se perceber que a solução até agora pretendida é expulsar para outros lugares o “incômodo” que vem de fora e os indivíduos locais deveriam então receber tratamento para “voltarem a ter uma vida normal”. O trabalho em “rede” (pensado a nível de órgãos públicos, entidades de caridade, e sociedade civil) cooperaria portanto com a “amenização do problema”. A “fala oficial”, portanto, tem justificativas para os problemas sociais: a renda e a falta de políticas, mas não pretendem soluções que melhore as condições de vida da população ou diminuam as desigualdades existentes.

As estratégias para solucionar esses problemas sociais estão sendo encaminhadas e convalidadas inclusive pelo Poder Judiciário Municipal, na figura do então Juiz Dr. Sabóia (da 1ª Vara Criminal), que está reelaborando o Código de Posturas e assim se manifestou na reunião:

O problema da população de rua não está somente na **Praça Barão**, também atinge a **Praça Duque** até por conta da oportunidade, e a **Feira**. Estarei enviando um **projeto de lei** que eu já tenho ele mais ou menos pronto e vai depender dos vereadores porque para mim, as primeiras coisas que a gente tem que tratar quando vai mexer com essa questão da população de rua é a **gente regulamentar a utilização do espaço público.**

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Quando a gente estipular o que vai ser feito e como vai ser feito a utilização do espaço para procurar evitar determinadas situações. **Porque na Praça da Feira, na Duque e na Praça Barão a gente tem essa concentração de pessoas, porque a gente tem ali uma série de comerciantes, uma série de locais que vendem bebidas, aglomerações de pessoas, pontos e pessoas ali que utilizam os espaços públicos sem regulamentação alguma.** Mas isso também é problema da sociedade organizada. Ficar esperando que só o Poder Público resolva também nós não vamos sair do lugar. Podemos aqui fazer tentativas de solução mas a base Sr. Prefeito, creio eu que seja a regulamentação do espaço público e a efetiva fiscalização.

O prefeito acredita assim estar tomando as medidas necessárias para “melhorar a cidade” e promete medidas mais severas àquele local (Praça da Feira), os bares estão recebendo notificações e laudos que condenam sua existência (higiene e falta de estrutura segura) e assim que o novo Código de Posturas estiver pronto possivelmente serão fechados, sendo essas as medidas visualizadas como a saída para sufocar a criminalidade, prostituição, desorganização, moradores de rua ali existente/visível e assim atender aos interesses desses segmentos de classes ali reunidos na reunião.

COIMBRA (2001, p. 102) esclarece:

Esta cidade reformada, pretensamente higienizada e homogênea, que pretende expulsar de seu **centro o espetáculo da miséria** deve ter como auxiliar, para manter a ordem nos espaços públicos de circulação, uma polícia competente. Remonta, pois, ao início do nosso século, o crescimento considerável desta força a fim, de principalmente controlar a população pobre”.

Ainda segundo COIMBRA (2001, p. 100):

As estratégias de ordenação dos espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, as violências.

As soluções estão vindo ao encontro dos interesses desses setores organizados incomodados com a “bagunça noturna”. A crise social e agravamento do desemprego já vêm aprofundando esse quadro de exclusão social com aumento da pobreza. Percebemos as modificações nas realidades urbanas já que estão ocorrendo novas clivagens e as diferenciações sociais advindas da desigualdade de renda estão redefinindo a cartografia da pobreza urbana.

Falar sobre a cidade de Cáceres significou mencionar que a construção desta cidade foi e deve ser compreendida dentro de um processo social e econômico e que ela reflete os vários momentos da economia e do quadro político que se insere. Disto resultou o entendimento de que a estruturação da própria sociedade exigiu uma intervenção permanente do Estado (em todos os níveis de atuação) para garantir os interesses de alguns grupos sociais em detrimento de outros tornando importante o ordenamento urbano e medidas de controle do uso do solo urbano e através dessas medidas que ainda estão sendo implementadas (discussão e levantamento de dados para a construção do Plano Diretor) se manifestaram também as desigualdades em estudo.

Percebemos a partir dos enfoques em análise para quem a cidade é realmente “pobre” e nos atemos às políticas públicas sociais e nos discursos pelo progresso a ação da classe dominante que percebem a importância do controle e da conformidade social.

Referências Bibliográficas

COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. *Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai*. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). *Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa, e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 2ª ed, 1993.

MENDONÇA, Sônia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia*. In: NEVES, Lúcia Wanderley (org). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

PETRAS, James. *O Brasil e o Lula: ano zero*. Blumenau: Edfurb, 2005.

TELLES, Vera da Silva e CABANES Robert (orgs). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. 2007.

MORADIA E PERTENCIMENTO: APONTAMENTOS SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS CIDADES

Paulo José Koling¹

Os estudos sobre a formação das cidades, os modos de viver e os problemas urbanos passaram, nas últimas décadas, por diversas abordagens e foram temas centrais de várias disciplinas, principalmente, da história, da geografia, da sociologia, da economia, da antropologia, da arquitetura urbana e do planejamento urbano. A partir da década de 1960 a urbanização e a marginalidade acentuaram este debate sobre o desenvolvimento econômico e social latino-americano e brasileiro e o caráter da dependência, com participação de intelectuais cepalinos e dependentistas. Em fins dos anos de 1970 e durante a década de 1980, no Brasil, os movimentos populares urbanos marcaram experiências de ampliação da política e interferiram no processo histórico (SADER, 1995), reivindicando direitos sociais – haja vista os problemas da ausência de saneamento básico, da degradação do meio ambiente, da precariedade dos serviços públicos (saúde, transporte, educação, etc), do déficit habitacional, da especulação do solo urbano e do alto custo de vida (carestia) – e propunham a reforma urbana e o acesso à cidade.

Henri Lefebvre (1991) já havia proposto que as cidades, enquanto objeto e problemática, deveriam ser analisadas, fundamentalmente, enquanto produção da formação histórico-social do capitalismo e abordada a partir das relações sociais e das contradições de classes na organização do espaço

¹Doutor em História pela PUC/RS. Professor na UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondo, do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais. E-mail: pjkoling@unioeste.br

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

urbano (industrialização e urbanização). Ermínia Maricato (1996), por sua vez, situou a manifestação destas relações na formação das cidades em países da periferia do capitalismo, a exemplo do Brasil, cujo desenvolvimento urbano-industrial foi sustentado nas bases da sociedade colonial (concentração da terra e subordinação dos trabalhadores). Em suas análises da história e da historiografia, Francisco de Oliveira (1987 e 2006) abordou o caráter dialético da modernização conservadora, cujo subdesenvolvimento e o ornitorrinco atual são (re)vistos como produto das contradições e das opções (consciência) de classe na construção da hegemonia interna no âmbito do estado nacional e da inserção internacional.

Estas questões (direito e acesso à cidade) e processos (industrialização, modernização e urbanização) podem ser percebidos não apenas em metrópoles ou em grandes cidades, mas, inclusive, em cidades consideradas médias ou mesmo pequenas guardadas as suas dimensões de espaço, de sociedade e de relações de poder local. A cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste do Paraná, vem a ser um destes casos em que a problemática urbana (negação à cidade, ao direito de moradia e da degradação ambiental) marca a construção dos espaços da cidade.

O reverso do progresso industrial: os trabalhadores, o (des)emprego e a moradia

Para o momento, interessa-nos abordar, pontualmente, três elementos do processo de industrialização ocorrido no município de Marechal Cândido Rondon/PR, no período de 1960 em diante. Um deles diz respeito à formação da indústria de transformação da carne suína, no caso, do frigorífico, no que se refere à origem dos empresários, ao padrão do capital e ao porte da empresa. Outro se refere à atuação do governo municipal em relação ao fomento da industrialização e ao planejamento do espaço (parque) urbano-industrial. E, um terceiro componente, ausente na historiografia oficial, os trabalhadores, enfocando as migrações, as relações com as

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

empresas e as condições de suas moradias, objeto central deste texto.

Para evitar qualquer leviandade, é oportuno frizar que a concepção de industrialização que nos orienta não a considera como progresso nem como crescimento econômico, tampouco entendemos, tal como os liberais clássicos ou keynesianos, que os empresários investem seus capitais para atenderem as necessidades de consumo ou para fazerem filantropia ou praticarem o voluntariado, criando empregos e possibilitando rendas para os trabalhadores, atualmente nominados e/ou adjetivados como colaboradores da empresa. Contrariamente a isto, entendemos que as opções de desenvolvimento fazem parte dos interesses de classe, nos negócios (mercado e produção) – tal como enfocou Francisco de Oliveira (1987, p. 27) “... a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo” –, e no domínio da política (Estado e economia).

A problemática da luta por moradia, dos moradores do Loteamento Ceval, levou-nos a pesquisar a trajetória das empresas que foram proprietárias do frigorífico. Deste levantamento foi possível verificar a mobilidade e a migração do capital, ou seja, dos empresários e das empresas. Conforme Saatkamp (1984, p. 156), no dia 14 de outubro de 1963, sete empresários locais (primeiros acionistas) fundaram o Frigorífico Marechal Cândido Rondon S/A Indústria e Comércio, o Frirondon, sendo que alguns deles já comercializavam suínos (compravam dos agricultores e revendiam para frigoríficos e açougues locais) e tinham interesse de manter o domínio do setor no município.

Entre 1963 a 1969, as atividades de transformação da carne suína do Frirondon se limitavam a produção de embutidos e ao fornecimento local, pois mantinham a revenda de suínos ou a comercialização de peças inteiras e banha para os principais centros urbanos (Curitiba, Ponta Grossa e São Paulo). Em fins de 1960 o Grupo Maripá, do ramo e com sede em Toledo, tornou-se sócio-majoritário do Frirondon, todavia este frigorífico estava ligado ao grupo privado Ruaro/

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

Frimesa. Segundo Saatkamp (1984, p. 157), no “início dos anos setenta, o controle acionário da empresa passou às organizações Frimesa. Em 1976 as operações foram suspensas para reforma e ampliação das instalações”. O Grupo Frimesa/Ruaro atuava no setor frigorífico e tinha sede em Medianeira/PR, e, pelo visto, assumiu os negócios com dívidas anteriores e obteve financiamento junto ao BNDES.

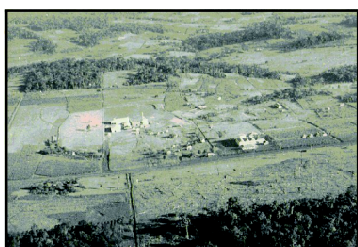


Foto 1: Visão aérea do Parque Industrial, entre as décadas de 1960 e 1970
Fonte: *Casa Gase* (MCR/PR).



Foto 2: Obras do Frirondon. Acervo particular de Alcides Massaro (MCR/PR)

Seu Alcides Massaro (2007), 79 anos, nascido em Gaurama/RS (então município de Erechim), desde os 14 anos começou a trabalhar em empresas de carne (frigoríficos privados ou de cooperativas e açougue) no Rio Grande do Sul (RS), em Santa Catarina (SC) e no Paraná (PR). Antes de se estabelecer em Marechal Cândido Rondon, no Frirondon, morava em Guarapuava/PR e de lá veio com sua família para Marechal Rondon em dezembro de 1970, a convite Afonso Diesel (diretor do Frirondon e seu conhecido desde o período em que trabalhava na Sadia em Concórdia/SC), para trabalhar no frigorífico, tendo recebido – à época e nas condições em que vivia e trabalhava no Açougue Estrela, em Guarapuava – uma boa proposta salarial, além de casa da empresa para morar, livre de aluguel, água e luz.

Conforme relatou Massaro (2007), o grupo Frimesa assumiu o controle do frigorífico e reestruturou a planta industrial do Frirondon, bem como construiu 56 casas de madeira para operários e reformou as 4 casas destinadas aos

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

gerentes e supervisores, construídas anteriormente pelo Frirondon, que eram de madeira e passaram a ser de alvenaria. Todas as casas ficavam na área interna da indústria, porém, enquanto que as da Vila Operária ficavam mais abaixo da planta industrial, no sentido Sul (cf. Foto 3 [A e B]), as 4 dos administradores ficavam ao lado e no sentido Oeste, demarcando os espaços e lugares dos indivíduos na empresa, na divisão interna do trabalho e, obviamente, na sociedade.



Foto 3 (A e B): Foto Aérea da cidade sede de Marechal Cândido Rondon – 1980.
Em destaque a Vila Operária e as casas dos gerentes e supervisores.



Foto 4: Vila Operária - 1980. Acervo particular do Roberto Alzáibar.

Durante o período de 1963 a 1976 e 1978, ano em que as obras de reforma do frigorífico são paralisadas e/ou

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

concluídas, constatamos que a origem e perfil dos empresários, das empresas, o *quantum* de capital, a integração com o mercado nacional e os vínculos com os trabalhadores retratam características históricas da sociedade e da industrialização local. Ao analisar a gênese do capitalismo urbano-industrial no Brasil, Francisco de Oliveira (1987) expos que os empresários tiveram que investir em infra-estrutura básica para a gênese da classe trabalhadora urbana assalariada, a exemplo da construção de vilas operárias e oferta de moradia, sem cobrança de aluguel. Ao mesmo tempo em que as casas dos operários eram parte dos investimentos patronais, as vilas operárias disciplinavam os trabalhadores e eram usadas para estabelecer os laços de favor e de interesse da empresa e dos empresários em outros âmbitos da vida na fábrica e fora da fábrica. No caso do complexo frigorífico, estas condições favoreceram para a busca, em outras regiões e cidades paranaenses e de outros estados, de mão-de-obra especializada em determinados setores da cadeia produtiva, a exemplo do Alcides Massaro.

Segundo Massaro (2007), no período em que as reformas eram feitas, muitos os operários trabalhavam nestas obras, outros eram levados para trabalhar de segunda a sábado na Frimesa/Ruaro, em Medianeira e outros mais foram demitidos, ficaram desempregados e alguns, inclusive passaram por carestia alimentar, sem abastecimento da água e luz. Seu Alcides informou que a empresa tinha em torno de 70 operários e não chegou a reativar a produção em Rondon, entrando em concordata e deixando a massa falida, além das dívidas com as Notas Promissórias Rurais (NPRs) e suas cobranças judiciais efetuadas pelos Bancos, à custa dos agricultores. Massaro esclareceu que várias empresas pretendiam adquirir o frigorífico – o grupo Bordon chegou a comprar a planta –, mas quem acabou firmando negócio definitivo foi uma das maiores multinacionais do mundo do setor de carne: o grupo Swift Amour.

No início de 1979, a Swift Amour S/A, por intermédio da unidade de Utinga/SP e de gerentes da unidade de Santana do Livramento/RS (cf. ALBORNOZ, 2000), alugou a indústria

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

e reativou a produção, deslocando pessoal de Livramento para assumir a gerência da unidade. Roberto Alzáibar, natural do Uruguai, passou a gerenciar o frigorífico e estabeleceu, segundo Alcides Massaro, uma nova forma, fordista, de gerenciamento e controle da produção e dos trabalhadores.

Após um ano de aluguel, a Swift Armour comprou o Frirondon. A importância da reativação da indústria e o perfil da nova empresa foram fatores de grande destaque no município e região, como pode ser evidenciado pela atuação da imprensa escrita e as proximidades que a empresa tinha com o governo local.



Vista aérea das instalações do Frirondon, agora de propriedade da Swift Armour S/A.

Foto 5: Foto aérea do frigorífico em 1980, após as reformas e sob a propriedade e direção da Swift Armour S/A.

Fonte: *O Alento*, n. 29, p. 6.

Na matéria publicada em seu nº. 29, o semanário *O Alento* – “pensamento e ação em prol do progresso” –, em nota de capa destacou a chamada para a matéria central da edição: “Frigorífico Swift Armour em um ano abateu 131.300 suínos e pagou Cr\$ 334 milhões de cruzeiros”. Na matéria foram indicados o montante da produção e o volume de recursos “injetado” na economia local pela grande empresa, além de noticiar que a Swift Armour, naquele momento, também pagava a Frimesa os últimos Cr\$ 100 milhões da compra. Nas duas páginas do jornal também foram publicadas diversas fotos da indústria, do encontro entre o prefeito municipal, Verno Scherer, e o gerente da empresa, Roberto Alzáibar, e da entrega do cheque saldando a compra. O

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

problema da massa falida foi resolvido através de um financiamento do BNDES (cf. SEIBERT, 2007, p. 52 ss).

No número seguinte – Ano I, nº. 30 –, na matéria “Produtor e Secretário falam a respeito dos resultados do Frirondon da Swift”, *O Alento* volta a enfatizar a importância da nova empresa. O secretário municipal de desenvolvimento econômico, Bruno Reuter, e o suinocultor Eldor L. Lamp teceram elogios à empresa pela capacidade financeira, o sistema integrado e a “segurança” que os agricultores poderiam ter no município, uma vez que sem a Swift Armour, ficariam na dependência da empresa Sadia, em Toledo.

Em 1989, a Swift Armour vendeu sua unidade em Rondon para o grupo Ceval Alimentos S/A. Trabalhadores e gerentes do frigorífico foram demitidos da Swift Armour no dia 31 de maio de 1989 e recontratados pela Ceval no dia seguinte.

A empresa Ceval adotou novas medidas à produção (padrões e exigências sanitárias) e à comercialização, também voltada à exportação de carne suína para a Argentina, assim como da relação entre a empresa e a Vila Operária. Em 1991, foi efetivada uma negociação entre a Ceval e o Executivo municipal (prefeito Dieter Seyboth e vice-prefeito Verno Scherer – PFL) referente aos serviços em infra-estrutura na indústria (asfaltamento do pátio interno e das áreas de acesso). Pelo acordado, o pagamento dos serviços seria realizado pela Ceval de forma indireta, através do repasse de uma área de terra destinada à transferência das casas da vila operária, pois, no contexto da qualidade total, o novo grupo proprietário não tinha interesse em manter parte dos trabalhadores residindo dentro da área da empresa, tampouco de custear os gastos com água e luz. A Sociedade Comunitária Habitacional Popular de Marechal Cândido Rondon recebeu a área e iniciou um projeto de loteamento. No início do ano de 1992, as primeiras casas foram transportadas para o loteamento, localizado no sentido Sul, da própria área da Ceval.

Nas eleições municipais realizadas em 1992, Ademir Bier e Ariston Limberger (PMDB) foram eleitos para os

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

cargos da maioria do Executivo e eram oposição ao governo Dieter Seyboth, do PFL, fato que pode contribuir para o entendimento ao fato do projeto do Loteamento Ceval ter sido abandonado.

Em 1994, a Sociedade Habitacional reiniciou o projeto de loteamento, porém não deu continuidade e até o momento os moradores não possuem escritura dos lotes. Neste mesmo ano a Ceval fechou sua unidade local, mantendo-a apenas como entreposto até 1996 e os operários foram demitidos e alguns também se transferiram para Dourados junto com empresa. Atualmente a área da planta do frigorífico pertence à empresa Sperafico. Já em 1999, foi instalado um Frigorífico de Peixe na divisa de cima do loteamento, agravando a poluição atmosférica e gerando infiltrações nas casas, originárias das lagoas de tratamento de efluentes.



Foto 7: Imagem aérea do entorno - 2005.
Destaque: Antiga área da vila operária, área do Loteamento Ceval, fábrica de óleo de soja do grupo Sperafico, Frigorífico de Peixe e traçado da Sanga Beija-Flor.



Foto 6: Casa do morador Renato José Antes, transferida durante o carnaval de 1992.

Em situação irregular: uma indicação do problema habitacional

Em fevereiro de 2003, após onze anos de descaso, os moradores obtiveram um Laudo Técnico do Instituto Ambiental do Paraná/Escritório de Toledo (IAP/ERTOL), no qual afirmam a impossibilidade de conceder licenciamento

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

ambiental da área, haja vista sua localização (área de preservação ambiental), a formação física do solo e do relevo (erosão e declividade acima de 30°), o conflito entre área residencial e industrial, a concentração de poluição (ar e infiltrações) e os riscos à saúde pública (aspectos posteriormente confirmados pela equipe do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, do Ministério Público do Estado do Paraná). No laudo o IAP também propôs a remoção das casas e a recuperação da área degradada.

Em março foi aberto um procedimento administrativo junto à 2ª. Promotoria local, através do qual os moradores solicitam investigação e encaminhamentos. Em abril de 2005, a Drª. Silvia Tessari Freire, que responde pela 2ª. Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente ingressou na Vara Cível local, com o processo de *Ação Cível Pública Ambiental*, com pedido de concessão de liminar – *Autos n.º 225/2005*, indicando como réus o Município e a Sociedade Habitacional e propondo a remoção das moradias para outra área urbanizável e exigindo a recuperação do meio ambiente da aérea. No dia 11 de novembro ocorreu a primeira audiência pública e pelo acórdão, o Município apresentaria proposta de uma nova área.

Nos *Autos n.º 225/2005*, a promotora fundamentou o processo com base nos direitos difusos (saúde pública, integridade física) e ambiental (mata ciliar, áreas de preservação ambiental e meio ambiente), confirmou o estado irregular e ilegal (clandestino) do empreendimento e requereu que os réus tomassem medidas para a remoção e indicou a necessidade de ser realizada uma perícia para futuras indenizações das benfeitorias, afora as perdas morais e sociais acumuladas, hoje, por mais de 15 anos. Tratando-se de jurisprudência, a Promotoria elencou casos semelhantes (áreas públicas de preservação ambiental ocupadas por sem teto ou população de baixa renda), julgados pelo MP no Paraná e no Mato Grosso do Sul (Dourados), porém nenhum deles trata de área particular de preservação ambiental.

Além de garantir pertencimento, no caso, o direito de ter um endereço e a legalização do lote (escritura) e da moradia,

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

este caso ampliará os direitos sociais, no caso, de natureza difusa, dando condições para que o uso da terra (solo urbano) e do meio ambiente tenha caráter social e coletivo.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. *Armour: uma aposta no pampa*. 2. ed., Porto Alegre: Editora Pallotti, 2000.

ARENDT, Hannah. *A Condição humana*. 8. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. 5. ed.; Petrópolis: Vozes, 1987.

_____; *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel/PR: Assoeste, 1984.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SEIBERT, Carlos Alberto. *Os Moradores do Loteamento Ceval na História de Marechal Cândido Rondon (1991–2007): um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/ Programa de Pós-Graduação em História, 2007. (Dissertação de Mestrado).

Fonte Oral:

Estado e poder: Questões teóricas e estudos históricos

MASSARO, Alcides (79 anos). *Entrevista concedida* a Paulo Jose Koling e Carlos Alberto Seibert, realizada no dia 29 de abril de 2007, em sua residência. Marechal Cândido Rondon/PR.

Jornal Semanário:

O Alento. "Frigorífico Swift em um ano abateu 131.300 cabeças de suíno". Marechal Candido Rondon – Ano I, n. 29/02 a 06/03 de 1980. p. 5-6

O Alento. "Produtor e Secretário falam a respeito dos resultados do Frirondon da Swift". Marechal Candido Rondon – Ano I, n. 30, 07 a 13/02[03]/1980. p. 3

Documentação Judicial:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ –
2ª. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO
MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON. *Procedimento Administrativo Ministerial*
n.º 01/2003, de 31/03/2003.

_____; *Autos n.º 225/2005 – Ação Civil Pública Ambiental*.
Marechal Cândido Rondon. Fórum da Comarca de Marechal
Cândido Rondon – Vara Cível. Abril/2005.

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.
Plano Diretor do Município de Marechal Cândido Rondon – 1994.

